

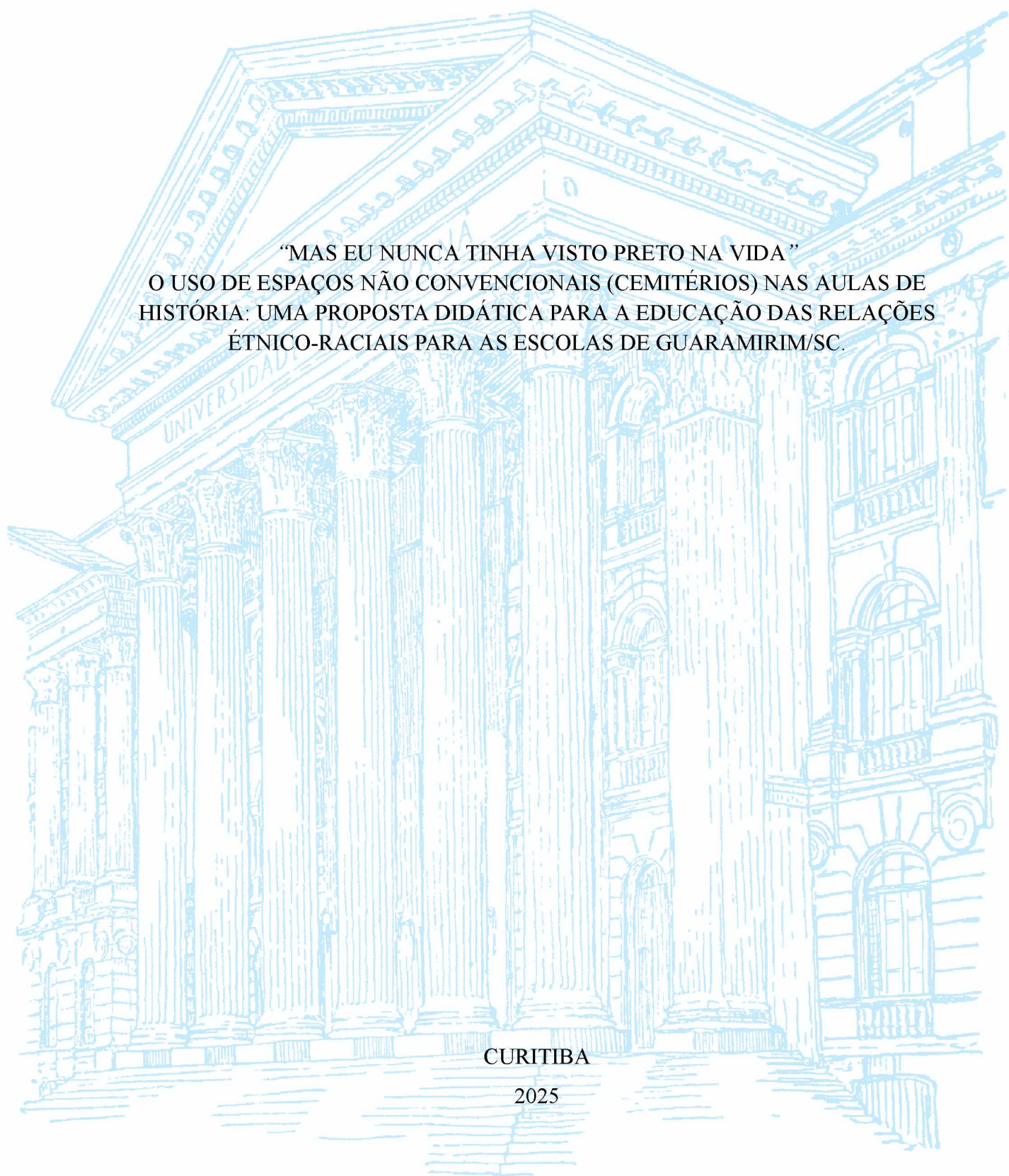
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELLER CRISTINE COSTA MÜLLER

“MAS EU NUNCA TINHA VISTO PRETO NA VIDA”  
O USO DE ESPAÇOS NÃO CONVENCIONAIS (CEMITÉRIOS) NAS AULAS DE  
HISTÓRIA: UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES  
ÉTNICO-RACIAIS PARA AS ESCOLAS DE GUARAMIRIM/SC.

CURITIBA

2025



ELLER CRISTINE COSTA MÜLLER

“MAS EU NUNCA TINHA VISTO PRETO NA VIDA”  
O USO DE ESPAÇOS NÃO CONVENCIONAIS (CEMITÉRIOS) NAS AULAS DE  
HISTÓRIA: UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES  
ÉTNICO-RACIAIS PARA AS ESCOLAS DE GUARAMIRIM/SC.

Dissertação apresentada ao Programa de  
Mestrado Profissional em Ensino de História  
(ProfHistória), da Universidade Federal do  
Paraná, como requisito parcial para a obtenção do  
título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Wilian Carlos Cipriani  
Barom.

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Müller, Eller Cristine Costa

“Mas eu nunca tinha visto preto na vida” o uso de espaços não convencionais (cemitérios) nas aulas de história: uma proposta didática para a Educação das Relações étnico-raciais para as escolas de Guaramirim/SC. / Eller Cristine Costa Müller. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Wilian Carlos Cipriani Barom.

1. História (Ensino médio) - Estudo e ensino. 2. Negros – Identidade étnica. 3. Guaramirim (SC) - História. 4. Cemitérios. I. Barom, Wilian Carlos Cipriani. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ELLER CRISTINE COSTA MULLER**, intitulada: **Mas eu nunca tinha visto preto na vida - O uso de espaços não convencionais (cemitérios) nas aulas de história: uma proposta didática para a Educação Das Relações Étnico-Raciais para as escolas de Guaramirim/SC.**, sob orientação do Prof. Dr. WILIAN CARLOS CIPRIANI BAROM, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Outubro de 2025.

Assinatura Eletrônica

30/10/2025 13:54:22.0

WILIAN CARLOS CIPRIANI BAROM

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

30/10/2025 15:30:05.0

OTÁVIO LUIZ VIEIRA PINTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

30/10/2025 22:42:59.0

MARISTELA CARNEIRO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO)

*Dedico esta obra a,  
Meu filho, Kauan Henrique Müller, que  
nasceu para mim durante a realização deste  
curso e por ocasião das falhas da vida, o  
perdi pelo caminho.  
Amarei-o eternamente.*

## AGRADECIMENTOS

É difícil passar para o papel tudo aquilo que vem à mente. Isso porque, nem sempre somos justos com nós mesmos, tampouco com os outros, sempre falta alguém ou falta alguma coisa para dizer.

O meu percurso até aqui foi único. Mesmo que tantas pessoas possam nos dizer que vivenciaram coisas parecidas, “*cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é*”, como diz Caetano Veloso, na canção Dom de Iludir (1984). As dores que trago no peito e a experiência acumulada nos últimos anos me fizeram amadurecer a contragosto, mas também permitiram-me conhecer a si mesma e me desafiar, dando um passo de cada vez.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, pela dádiva da vida e por me manter firme nesse propósito de ser uma educadora melhor a cada dia.

Agradeço também aos meus pais e irmãos por terem oferecido suporte físico e emocional, dentro do que podiam oferecer, além da experiência dura da vida que me serviram de exemplo e fizeram escolher traçar meu próprio caminho, muitas vezes distante fisicamente, e por sonhar com um amanhã mais humano, livre das injustiças, igualitário e caridoso com o próximo.

Agradeço aos meus amigos, colegas e vizinhos por todos os endereços que já transitei, Guaramirim, Blumenau e Curitiba, que proporcionaram o apoio financeiro, a presença, o afeto e o diálogo, cada um do seu modo, torcendo por mim e sabendo que o conhecimento é individual, mas a transformação é coletiva.

Agradeço também a todos os educadores que já passaram pela minha vida, ao longo de toda essa trajetória, desde quando ingressei no pré-escolar, enquanto uma aluna e fui me transformando e alçando voo, graças a vocês.

Sou grata, da mesma maneira, pelos conhecimentos adquiridos na Universidade Federal do Paraná, os debates com os professores e os colegas, as leituras feitas e as interpretações que deram outros sentidos à prática docente e, com certeza, contribuíram para que a minha formação enriquecesse um pouco mais. Em especial nominando-os, o professor Fábio Lucas da Cruz é uma grande inspiração para mim, pela sua metodologia, esforço em transmitir o conhecimento e pelo seu brilho nos olhos, demonstrando claramente ser apaixonado pelo o que faz; o professor Clóvis Mendes Gruner, pelas discussões acaloradas, os textos muito bem escolhidos um a um e pela empatia em compreender os nossos dilemas de acadêmicos-docentes; a professora Joseli Maria Nunes Mendonça, pela paciência que teve comigo e por ter sido a minha primeira orientadora, contribuindo para a delimitação inicial

desta pesquisa; aos professores Nadia Gaiofatto Gonçalves e Otávio Luiz Vieira Pinto pelas leituras e direcionamentos a respeito do projeto de pesquisa; à professora Verônica Aparecida Silveira Aguiar por ministrar uma disciplina tão necessária, História das Mulheres e por possibilitar que mais pessoas tivessem acesso ao seu conhecimento e reflexões, contribuindo numa revisão contínua da educação, da interseccionalidade e da diversidade étnica presente em nosso país, uma vez que cursei essa disciplina, na modalidade remota, por intermédio da Universidade Federal do Acre (UFAC), e pude estar em contato com estudantes das mais diversas regiões desse país; por fim, agradeço ao meu orientador, o professor Wilian Carlos Cipriani Barom por não desistir de mim, conseguir maiores prazos para a execução do trabalho, contribuir com o seu olhar na pesquisa e mesmo não sendo necessariamente sua área de pesquisa, ter se esforçado e dedicado atenção a esse conhecimento novo adquirido.

Da mesma maneira, estou honrada e agradecida pela participação dos professores Otávio Luiz Vieira Pinto e Maristela Carneiro, que aceitaram o convite de avaliarem o meu projeto de mestrado e a presente dissertação nas respectivas bancas de qualificação e defesa, na qual se dedicaram com afinco e apresentaram sugestões muito pertinentes para o melhor aproveitamento do tema e do tempo para enfim concluir este trabalho.

Concluo os meus agradecimentos estendendo eles aos meus estudantes, estes que me acompanharam ao longo dos últimos três anos e levaram-me a buscar aperfeiçoamento para continuar sendo uma sujeita crítica, capaz de transformar a vida de cada um deles, minimamente e da melhor maneira possível. Cada palavra de agradecimento, atenção, reconhecimento e a mudança que promoveram em suas próprias vidas, representou em mim, conforto.

## RESUMO

A história de uma cidade pode ser aquela em que inscrevem-se personagens ilustres que marcaram a trajetória do seu desenvolvimento, segundo quem a conta, mas também pode ser aquela em que uma diversidade de pessoas a constrói tijolo por tijolo, dia após dia e não são consideradas pois, não representam o discurso hegemônico colonizador de quem escreve. A presente pesquisa nasceu com o objetivo de contar uma outra história para a cidade de Guaramirim, aquela em que seriam valorizadas as memórias dos seus personagens negligenciados no tempo e no território. O espaço escolar, nesse sentido, desempenhou um papel social, ser o intermediário das discussões e do desenvolvimento de atividades que rompem com métodos tradicionais de ensinar História, abraçando perspectivas de metodologias ativas que enxerguem os cemitérios como espaços de produção do conhecimento, portadores de saberes, servindo de monumento para a inscrição de histórias na perspectiva das populações afro-brasileiras, uma vez que a cidade carece de instrumentos de patrimonialização e salvaguarda cultural e seu discurso histórico: memorialístico e historiográfico, pouco se preocupou em abordá-las. O potencial demonstrado pela pesquisa foi de arrolar um conjunto de bibliografias que abordassem a história da cidade, através da metodologia de pesquisa bibliográfica que, entre outras coisas, tem o papel de enxergar em um universo de referências, portadores de narrativas que possam ser entrecruzadas umas às outras, podendo ser questionadas e reorganizadas por meio de uma análise que melhor explorem determinada temática, antes desorganizada ou sem pretensão de abordagem. Desse universo, foram recortadas duas dissertações e um livro histórico, que nos forneceram as memórias de 8 personalidades negras da cidade de Guaramirim, que viveram ao longo do século XX, as amarras que condicionaram papéis sociais de homens e mulheres, negros e negras à territórios e espaços de sociabilidade às margens da sociedade, ao mundo do trabalho do campo e doméstico, a pouca escolaridade e a religiosidade católica, sendo partilhadas de igual pela maioria deles. Fenômenos historicamente perpetuados na experiência de outras populações afro-brasileiras em outros contextos, há séculos. Ao final, como forma de não deixar que essa história da negritude se perca e que não possamos ter referenciais, pois nos relegaram um passado já pronto, contado pelo dominador e incompleto ou inevitavelmente atrelado à escravidão, desenvolvemos uma proposição didática, valorizando a identidade negra, a localidade, o ensino de História, a autonomia do aluno, o patrimônio cultural e os cemitérios, tudo isso através do Mapeando: o meu túmulo conta!

Palavras-chave: ensino de História, identidade negra, cemitério, biografias. Guaramirim.

## ABSTRACT

The history of a city can be the one in which illustrious characters who have marked the trajectory of its development are recorded, according to those who tell it, but it can also be the one in which a diversity of people build it brick by brick, day by day, and who are not considered because they do not represent the hegemonic colonial discourse of those who write. This research was born with the objective of telling another story for the city of Guaramirim, one in which the memories of its characters neglected over time and territory would be valued. In this sense, the school environment played a social role, serving as an intermediary for discussions and the development of activities that break away from traditional methods of teaching History, embracing perspectives of active methodologies that view cemeteries as spaces of knowledge production, carriers of wisdom, serving as monuments for the inscription of histories from the perspective of Afro-Brazilian populations, given that the city lacks instruments for heritage preservation and cultural safeguarding, and its historical discourse both memorialistic and historiographical has paid little attention to addressing them. The potential demonstrated by the research lay in compiling a set of bibliographies that addressed the history of the city, through the methodology of bibliographic research which, among other things, plays the role of identifying within a universe of references those that carry narratives that can be cross-referenced with each other, questioned, and reorganized through an analysis that better explores a particular theme, previously disorganized or without an intended approach. From this universe, two dissertations and one historical book were selected, which provided us with the memories of 8 Black individuals from the city of Guaramirim, who lived throughout the 20th century, the constraints that shaped social roles of men and women, Black men and women in territories and social spaces on the margins of society, in rural and domestic labor, limited education, and Catholic religiosity, shared equally by the majority of them. Phenomena historically perpetuated in the experience of other Afro-Brazilian populations in different contexts, for centuries. In the end, as a way to ensure that this history of blackness is not lost and that we have reference points, since we have been left with a past already fabricated, told by the oppressor and incomplete or inevitably tied to slavery, we developed a didactic proposition, valuing black identity, locality, History education, student autonomy, cultural heritage, and cemeteries, all of this through Mapping: my grave tells the story!

Keywords: history teaching, black identity, cemetery, biographies. Guaramirim.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Vista parcial da sede do distrito de Bananal, na década de 1930.....	25
<b>Figura 2</b> – Enterro de Onofre Francisco da Rosa (08/10/1850 - 28/05/1924). Canoeiro de Jordan, em Itapocu (Legenda frente do proprietário da foto).....	29
<b>Figura 3</b> – A Revolução de 1930, defronte a Estação Ferroviária de Bananal (atual Guaramirim).....	32
<b>Figura 4</b> – Guaramirim vai criar a Fundação Cultural. Jornal Correio do Povo, Jaraguá do Sul/SC, abril de 1989.....	59
<b>Figura 5</b> – Dona Elsa Narcizo Ribeiro.....	70
<b>Figura 6</b> – Paula Júlia da Silva (06/04/1900 - 29/06/2000) (de azul) e Ana Butschardt (sua empregadora no Hotel Butschardt). Foto na Igreja Matriz Senhor Bom Jesus, Guaramirim/SC.....	71
<b>Figura 7</b> – Fernandes Laudelino Cândido (entre 11 e 14/12/1921 - 18/01/2016). Foto em sua residência. Guaramirim/SC.....	72
<b>Figura 8</b> – Dona Odete da Silva Borba (1930). Putanga, Guaramirim/SC.....	78
<b>Figura 9</b> – O Sr. Abílio Belarmino de Borba (01/04/1936 - 14/10/2016). Putanga, Guaramirim/SC.....	79
<b>Figura 10</b> – Procissão rumo à Igreja Nossa Senhora do Rosário de Itapocu, Araquari/SC.....	79
<b>Figura 11</b> – Comunidade acompanha a coroação dos reis e rainhas do Catumbi. Igreja Nossa Senhora do Rosário, Itapocu, Araquari/SC.....	80
<b>Figura 12</b> – O capelão Osvaldo Mário Eufrazio (12/06/1937 - 26/07/2024) preside a coroação dos reis e rainhas do Catumbi. Igreja Nossa Senhora do Rosário, Itapocu, Araquari/SC.....	81
<b>Figura 13</b> – Igreja Nossa Senhora do Rosário, Itapocu, Araquari/SC.....	82
<b>Figura 14</b> – Festa na comunidade do Putanga, Guaramirim/SC.....	82
<b>Figura 15</b> – Caso de Racismo em placa instalada em rua de Guaramirim/SC, com os dizeres “Rua da Escuridão”. “Bairro da África.”.....	83
<b>Figura 16</b> – Maria Júlia da Silva Rodrigues (25/05/1930 - 15/09/2009).....	85
<b>Figura 17</b> – Capa do Mapeando: o meu túmulo conta!.....	93
<b>Figura 18</b> – Verso do Mapeando: o meu túmulo conta!.....	94
<b>Figuras 19 e 20</b> – Mapeando: o meu túmulo conta! Recorte: História da cidade.....	95
<b>Figuras 21 e 22</b> – Mapeando: o meu túmulo conta! Recorte: Território.....	95

<b>Figura 23</b> – Mapeando: o meu túmulo conta! Recorte: Catumbi.....	96
<b>Figuras 24 e 25</b> – Mapeando: o meu túmulo conta! Recorte: Bailes e a Presença negra.....	96
<b>Figura 26</b> – Mapeando: o meu túmulo conta! Recorte: Cemitérios.....	97

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEC** – Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais
- ALESC** – Assembleia Legislativa de Santa Catarina
- ANC** – Assembleia Nacional Constituinte
- BNCC** – Base Nacional Comum Curricular
- CF** – Constituição Federal
- DOPS** – Departamento de Ordem Política e Social de Santa Catarina
- FURB** – Universidade Regional de Blumenau
- HIV** – Vírus da Imunodeficiência Humana
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- IHGB** – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- IAs** – Inteligências Artificiais
- INL** – Instituto Nacional do Livro
- IPTU** – Imposto Predial e Territorial Urbano
- ITR** – Imposto Territorial Rural
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LGBTQ's** – Lésbicas, Gays, Travestis/Trangêneros, Queer, etc...
- MEC** – Ministério da Educação
- PCN's** – Parâmetros Curriculares Nacionais
- PDT** – Partido Democrático Trabalhista
- PIBID** – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
- PNLD** – Programa Nacional do Livro e do Material Didático
- PR** – Paraná
- ProfHistória** – Mestrado Profissional em Ensino de História
- QR Codes** – Quick Response Code
- SC** – Santa Catarina
- SPHAN** – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- UFPR** – Universidade Federal do Paraná
- UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 CIDADES.....</b>	<b>21</b>
1.1 GUARAMIRIM: UMA CIDADE, MUITAS ORIGENS.....	21
<b>2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL, O ENSINO DE HISTÓRIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DA EXCLUSÃO A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PODER.....</b>	<b>36</b>
2.1 A IDENTIDADE NEGRA E O ENSINO DE HISTÓRIA.....	40
2.2 OS CEMITÉRIOS BRASILEIROS: DA MORTE ANUNCIADA A MORTE DOMADA.....	47
2.3 A IDENTIDADE, O PERTENCIMENTO E O LUGAR.....	53
2.4 O PATRIMÔNIO CULTURAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SALVAGUARDA.....	57
2.5 O ESTUDO DE TRAJETÓRIAS: A BIOGRAFIA.....	62
<b>3 A PESQUISA NA ÁREA DE ENSINO DE HISTÓRIA.....</b>	<b>64</b>
3.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: UMA METODOLOGIA COM POTENCIALIDADES E LIMITES.....	64
<b>4 AS BIOGRAFIAS NEGRAS: O FAZER HISTÓRICO DO COTIDIANO.....</b>	<b>69</b>
4.1 ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS: O MUNDO DO TRABALHO, A ESCOLARIZAÇÃO, O LAZER E A RELIGIOSIDADE EM GUARAMIRIM/SC.....	69
4.2 PROPOSIÇÃO DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA - MAPEANDO: O MEU TÚMULO CONTA!.....	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

Em minha vida fui atravessada por inúmeras questões relacionadas à racialidade que me marcaram, o convívio com a família paterna branca e a família materna negra, as dificuldades em integrar-se em uma ou outra, bem como a demora em reconhecer preconceitos disfarçados de piada, semelhante a episódios narrados em *O Averso da Pele*, de Jeferson Tenório:

[...] o namoro de vocês evoluiu para uma aliança de compromisso. Assim, os almoços na casa da avó de Juliana com os tios e primos dela começaram a ficar ainda mais frequentes. A intimidade com o negão da família aumentou. As piadas sobre negros agora eram contadas sem nenhum pudor. Eles te tornaram cúmplice. No início você ria, porque queria continuar agradando e mostrar que era superior a tudo aquilo, mas aos poucos, você ia sentindo que não queria mais ouvir certas coisas. (Tenório, 2022, p.31).

Na escola, não foi tão diferente, mas ali foi um local em que questionei quem eu era no mundo, nascida miscigenada, era difícil tomar posição quando tinha de assumir uma identidade única, era mais fácil aceitar o que diziam de mim do que ser questionada por assumir-se negra, mas não ser tanto assim, segundo os olhos dos outros que também pouco conheciam de raça e etnia.

Daquela época de estudante, para esta, de docente, pouca coisa mudou. O racismo ainda é um instrumento fundamental de dominação e hierarquização de sociedades e de sujeitos<sup>1</sup>, seja velado ou explícito (descarado), ele acontece mesmo assim, naquilo que para o filósofo e sociólogo francês, Pierre Bourdieu foi definido como *poder simbólico*, “é esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exerce.” (Bourdieu, 1989, p.7-8. apud: Souza, 2014, p.11). É o conceito pelo qual mecanismos simbólicos moldam crenças e valores individuais, de modo que as estruturas de poder, como o discurso dominante de uma cultura, a história, a linguagem, as instituições, as desigualdades e as hierarquias sociais, pareçam naturais e legítimas, numa dominação sutil, quase imperceptível, fazendo com que o dominado aceite até mesmo a sua condição subalterna ou quando ascende socialmente e intelectualmente passe a “qualificar pessoas de seus grupos de origem como preguiçosos, incompetentes, sem ambição”<sup>2</sup>, quando na realidade, há desconhecimento ou conveniência em negar, as estruturas

<sup>1</sup> Moura, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação I. *Lutas Sociais*, 27 (50), 2023, 61–73p. <https://doi.org/10.23925/ls.v27i50.69808>. Acesso em 13 de outubro de 2025, às 18h57min.

<sup>2</sup> SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, Ensinar e Relações Étnico-Raciais no Brasil. in: Relações étnico-raciais e educação no Brasil. FONSECA, Marcus Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES. Alexandra Borges (orgs.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. 216 p. p.16.

de poder que mantém as desigualdades sociais e étnico-raciais, impossibilitando que determinados sujeitos tenham maior dificuldade de avançar e romper com os grilhões que condicionaram, no passado, o corpo físico e hoje convém, aos opressores, ser usado no aspecto mental.

Apesar do letramento racial ter avançado, principalmente ao que concerne às políticas públicas instituídas após a Constituinte de 1988, e os jovens terem assumido a sua própria identidade, com orgulho, uma posição de contestação de discursos normatizados (consciência), rompendo com a cultura dominante que não permite que outras formas de expressão que não a europeia se atreva a ocupar espaço de representatividade e de destaque, ainda pouco fora feito, se pensarmos a proporcionalidade em que ainda ocorrem casos de racismo<sup>3</sup>, assassinatos de jovens negros<sup>4</sup> e a pequena e recente popularidade da representatividade e da representação de negros e negras na indústria cultural de filmes, séries, músicas e demais produtos. Este último elemento tem causado sensações distintas para os brancos e negros “o que nos era motivo de orgulho era visto como vergonha pelos olhos de quem começou a sentir o seu mundo branco idealizado enfraquecer de certa forma.” (Oliveira, 2024, p.168)

Neste local [a escola] em que se constrói a esperança de um mundo melhor, ainda ocorrem episódios racistas. Fui apresentada por diversas vezes a ele. Mas, um episódio em específico tenho fresco na memória. Ao trabalhar com uma turma de 1º ano do Ensino Médio, noturno, em uma aula que lecionei sobre a pré-história, ao mostrar as imagens com reconstruções computadorizadas de como seriam os hominídeos, um estudante foi comparado há alguns daqueles projetados no quadro, por seus colegas, isso porque o hominídeo apresentado possuía o corpo carregado de pêlos, num tom escuro, se assemelhando a um primata, caçoavam dele, mas também do seu colega a quem diziam ser semelhante. Eu percebi tardiamente o que aconteceu e quando pude intervir o estudante saiu imediatamente da sala, batendo a porta. Eu o alcancei, a certa distância. Procurando entender, e em meio a sua tentativa de balbuciar algumas palavras, chorou e eu me peguei fazendo o mesmo, sem nem perceber. O resultado do fato não tomou grandes proporções como era o esperado, e isso porque a escola não demonstrou muito esforço e também o estudante vitimado se recusou a prestar um Boletim de Ocorrência contra os seus colegas, agressores.

---

<sup>3</sup> Casos de Racismo - Geledés. Acesso em 12 de outubro de 2025, às 14h33min.

<sup>4</sup> Negros têm quase três vezes mais risco de assassinatos: casos recentes expõem violência racial no Brasil. Acesso em 12 de outubro de 2025, às 14h23min.

Será que se esse estudante tivesse o conhecimento suficiente de sua identidade, do valor que ela possui e da estrutura social que oprime alguns corpos em detrimento de outros, em nosso país, ele teria a mesma atitude? Bom, para responder a essa questão, primeiro, precisamos compreender qual o tipo de sociedade em que esse sujeito está inserido e como ele se vê nela. O lugar que ocupamos diz muito sobre nós mesmos. Trazer à tona a discussão da história da constituição das cidades, pode ser um importante meio de compreender as razões pelas quais, determinados grupos sociais são ignorados ou mesmo apagados em detrimento de outros, considerados superiores e assim merecedores de constar em livros de história, fachadas de escolas, nomes de ruas, bairros, pontes e no imaginário coletivo.

Durante a minha graduação cursada entre os anos de 2016 e 2020, na Universidade Regional de Blumenau (FURB), tive a oportunidade de trabalhar em um espaço museológico chamado Memorial Funerário Mathias Haas, localizado na Rua José Deeke, n. 751, bairro Escola Agrícola, cidade de Blumenau/SC, o espaço ainda não havia sido inaugurado, na realidade e, eu era provavelmente a quarta estagiária que passava por lá. Tinha a função de higienizar os objetos, fotografar, catalogar, inventariar, organizá-los e acondicioná-los corretamente. Nos preparávamos para montar aquele que é chamado de primeiro museu dedicado ao tema da morte e aos cemitérios no Brasil<sup>5</sup> e abrir ao público. A sua inauguração ocorreu um ano depois de eu ingressar ali, no ano de 2017, a partir disso descobri que eu não era tão maluca por gostar tanto assim dessa temática fúnebre. Com a inauguração, acumulei a função de mediadora das visitas que recebemos com certa regularidade e por agendamento.

Em minha experiência de vida, sempre achava de uma riqueza ímpar e belíssima visitar cemitérios e, como a minha família é muito grande, tínhamos muitas oportunidades pois, hora ou outra alguém “batia as botas”. Então, foi um choque saber que existia a ABEC (Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais)<sup>6</sup>, compreender a dimensão, a completude da temática e as diferentes formas de enxergar naquele espaço a oportunidade de adquirir algum conhecimento, encantamento e respeito por outrem, mesmo que estando morto e esta fosse a nossa única certeza, a finitude.

---

<sup>5</sup> <https://visite.museus.gov.br/instituicoes/museu-haas/>. Acesso em 12 de outubro de 2025, às 16h02 min.

<sup>6</sup> A ABEC foi fundada por ocasião do 1º Encontro sobre Cemitérios Brasileiros, ocorrido na Universidade de São Paulo (USP), o qual foi organizado pela Dra. Maria Elizia Borges, o geógrafo Me. Eduardo Coelho Morgado Rezende e o historiador Harry Rodrigues Bellomo. No dia 19 de novembro de 2004 os pesquisadores presentes no evento, reunidos em assembleia, decidiram criar a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), uma ação pioneira no Brasil, conforme <https://www.estudoscemiteriais.com.br/>. Acesso em 12 de outubro de 2025, às 16h08min.

Somado a atividade no Memorial Funerário Mathias Haas<sup>7</sup>, também tive a oportunidade de estabelecer o primeiro contato com a sala de aula, através do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), onde ao longo de dois anos, entre agosto de 2016 e agosto de 2018, desenvolvi as atividades de docente na Escola de Educação Básica Professora Izoete Elisa Gouveia Müller, localizada na Rua Adriano Schaefer, n. 77, bairro Valparaíso, na cidade de Blumenau, Santa Catarina, com dois projetos relacionando música e ensino de História, um que abordava a Revolução Industrial e o outro a História das Mulheres.

As reflexões que tive ao atuar profissionalmente nesses dois espaços tão distintos, museu e escola, corroboraram para perceber o quanto o ensino de História e os outros componentes curriculares podem ser apreendidos de maneiras variadas. Analisando as salas de aula, tendo contato com as crianças e adolescentes, percebemos o quanto temos a aprender com eles e o quanto nos tornamos mais eficazes em nossa prática pedagógica quando promovemos uma educação emancipadora, transformadora e legitimamente libertária, através de formas alternativas, que fujam um pouco do modelo tradicional de ensinar, enriquecendo não apenas a educação, mas também a vida em sociedade. É uma outra leitura que se faz do mundo.

Neste sentido, o presente trabalho busca reconstruir um pouco da história da cidade a partir de um breve levantamento biográfico, na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais. Tomando como referência três obras específicas, *Memórias e Relações Étnicas: um olhar a partir da oralidade (Distrito de Bananal - SC, 1930-1940)*, dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 2003, de autoria do professor Gerson Machado. É nela que estão contidas 11 entrevistas realizadas pelo autor, entre fevereiro de 1999 e agosto de 2002, das quais 4 delas nos foram muito úteis. Já na obra defendida pela sua irmã, Elaine Machado, intitulada *Em nome da fé e do pároco: memórias e experiências religiosas em Guaramirim (Décadas de 1950, 1960 e 1970)*, dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2012. Nela, estão contidas 6 entrevistas com 8 entrevistados, realizadas pela autora, entre outubro de 2010 a dezembro de 2011, dessa pesquisa, nos apropriamos de 3 entrevistados; e por último, e de igual importância, a terceira obra nos forneceu a nossa 8ª pessoa negra, trata-se da obra comercial encomendada pela Prefeitura Municipal de Guaramirim, intitulada *Perfil Cultural de Guaramirim*, publicada em 2011. Além disso, como complemento desta obra, temos um

---

<sup>7</sup> Atualmente chamado apenas de Museu Haas. Ver mais em: <https://haas.museum/>. Acesso em 01 de agosto de 2025, às 14h28min.

documento histórico que aborda a história de sua vida e que se encontra sob a guarda do Arquivo Histórico de Guaramirim - Pastor Wilhelm Gottfried Lange, cuja entrevista foi realizada em 2013, pela sua filha, Carmen Lúcia Lino, por intermédio do Historiador do Município, na época, Felipe Corte Real de Camargo, como parte de uma campanha em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, realizada pela Prefeitura Municipal de Guaramirim, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, que recebeu o título de Semana Dona Paulina Júlia da Silva, entre os dias 04 a 09 de março de 2013.

A partir desse levantamento bibliográfico, pudemos fazer um recorte dessas três historiografias e se apropriar do discurso de oito pessoas negras e suas trajetórias. Por meio da memória dessas pessoas comuns, moradoras da cidade de Guaramirim, Santa Catarina, experienciadas ao longo do século XX, discutimos suas contribuições e ligações com a cidade.

Perceberemos ao longo do estudo da historiografia oficial e não oficial, sobre a história da cidade, a invisibilidade das populações afro-brasileiras contidas nelas. A partir disso, questionamos, qual era o lugar do negro na sociedade guaramirense? O que levou a esse apagamento ou desqualificação de sua participação, trajetória e importância para não serem registrados, ao contrário do que ocorreu com os imigrantes europeus?

Para responder a essas questões, valei-me dos referenciais teóricos que se referem ao estudo de trajetórias: a biografia, a partir das discussões empreitadas por Kalina Vanderlei Silva (2010); a educação, o ensino de história e as relações étnico-raciais, no diálogo com Selva Guimarães Fonseca (2003; 2009), Maria Auxiliadora Schmidt (2003), Martha Abreu (2008), Hebe Mattos (2008), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2011) e Nilma Lino Gomes (2002; 2005; 2017; 2018), respectivamente; o conceito de identidade, nos estudos de Tomás Tadeu da Silva (2005) e Stuart Hall (2006); história local, a partir de Márcia Gonçalves (2007) e José D'Assunção Barros (2010; 2022); patrimônio cultural e educação patrimonial, pelas notáveis contribuições de Clara Emília Sanches Monteiro de Barros Malhano (2002) e através do IPHAN e, por fim, patrimônio cemiterial, nas discussões de Mauro Dillmann (2016) e Elisiana Trilha Castro (2008; 2013), especialmente.

Ao longo deste trabalho, serão mobilizados ainda, os conceitos de “representação” e “poder simbólico”, a partir de Pierre Bourdieu (1989; 2007), e “processo civilizador”, de Norbert Elias (2001), para compreendermos os mecanismos de poder que atravessaram a sociedade brasileira, da prática de colonização e dominação e ainda permanecem operantes, afetando a mobilidade das populações mais marginalizadas.

No término da presente dissertação, como proposta didática, sugerimos a criação de registros em *QR Code*, a serem instalados nos túmulos cimiteriais dos falecidos, constando suas trajetórias pessoais, como um recurso ao ensino de História, numa segunda etapa da pesquisa a ser realizada posteriormente, complementando às poucas informações que atualmente estão disponíveis sobre a história da população afro-brasileira, de Guaramirim/SC, uma vez que a cidade pouco incentivou a construção de monumentos, salvaguarda de construções, documentos, artefatos e demais itens do patrimônio histórico material edificado<sup>8</sup>. Os QR code serão utilizados futuramente como parte também naquilo que chamamos de Mapeando - O meu túmulo conta! Trata-se de um folder na mesma linha de um mapa turístico, que apresenta trechos de falas das personalidades, cortadas, mapas e fotografias, que selecionamos. Eles vêm com uma prévia e deverão ser completados pelos estudantes, com suas análises realizadas a partir de pesquisas, mediadas pelos professores.

Os cemitérios da cidade de Guaramirim possuem um acervo muito rico de túmulos com referências de seus habitantes, sendo um patrimônio histórico subexplorado. Particularmente, tratando-se da Educação Patrimonial, no que se refere às figuras negras da cidade, os cemitérios podem qualificar significativamente o ensino da História. A invisibilidade da população negra nas produções bibliográficas de Guaramirim é resultado de uma historiografia local que negligenciou e continua negligenciando as contribuições e trajetórias das pessoas negras para a história da cidade. A presente pesquisa pode oferecer uma outra narrativa histórica, por que não uma contranarrativa, com a valorização dos cemitérios ou de túmulos individuais como patrimônio histórico da cultura afro-brasileira e africana.

Assim, o produto didático pretende contribuir com a efetivação das leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008, disponibilizando aos docentes o acesso a recursos e estratégias que podem ser mobilizadas para o melhor aproveitamento da aula, nas diferentes nuances de abordagem sobre a identidade negra brasileira, permitindo aos educandos se aperceberem tanto pertencentes da história nacional, quanto da história da cidade, nessa história local que adquire caráter de excepcionalidade quando observado como central para a pesquisa, dotado de singularidades, elementos únicos que a faz ser o que é. (Barros, 2010. p. 231) Ampliando,

---

<sup>8</sup> Experiências semelhantes: **Blumenau/SC:** [Cemitério em Blumenau instala QR Code nas lápides para memorial virtual do falecido | Tech SC | G1 \(globo.com\)](#). **Jundiaí/SP:** [QR Code em sepulturas ajuda a divulgar histórias de pessoas em cemitério de Jundiaí | Sorocaba e Jundiaí | G1 \(globo.com\)](#). **São Paulo/SP:** [Mausoléus históricos do Cemitério da Consolação ganham QR Codes - 09/12/2023 - São Paulo Antiga - Folha \(uol.com.br\)](#). **Recife/PE:** [Cemitério no Recife usa tecnologia para disponibilizar informações sobre personalidades enterradas no local | Pernambuco | G1 \(globo.com\)](#). **Roskilde/Dinamarca:** [Cemitério na Dinamarca usa QR code em túmulos \(terra.com.br\)](#). Acesso em 18 de fevereiro de 2024, às 20h04 min.

desse modo, o repertório histórico dos estudantes e demonstrando sensibilidade a temas comunitários que merecem sim atenção e que fortalecem a identidade dos grupos historicamente marginalizados.

A escolha dos cemitérios como possibilidade de pesquisa para o ensino da História se alinha com as constatações a seguir: primeira, da pouca ou nenhuma atenção dada às populações afro-brasileiras inscritas na história da cidade de Guaramirim, seja em seus livros e documentos históricos oficiais, ou em seus materiais didáticos escolares; segundo, da tendência crescente em muitas cidades brasileiras de destruição de seus patrimônios culturais edificados, que na história da população negra, remete diretamente aos bens de natureza imaterial. Isso denota a compreensão de que o acesso ao ensino básico no Brasil, foi bem restrito, especialmente para as populações de origem afro-brasileira e isso quer dizer que, muitos conhecimentos (saberes populares) foram transmitidos por meio da oralidade no convívio familiar em comunidades. Os cemitérios também correm este risco de terem as suas histórias apagadas diante do descaso de parte dos órgãos públicos das cidades brasileiras, mas essa pesquisa representa um olhar diferenciado que de algum modo pode resguardar o mínimo de consideração e relevância para a sua preservação.

Portanto, reconhecemos ele como um “museu a céu aberto”, onde se narram as histórias de quem partiu, a partir da existência de múltiplos elementos biográficos, sejam nos dados de nascimento, falecimento, nomes e sobrenomes, inscritos nas lápides, características estéticas, presentes ou ausentes<sup>9</sup>, na arquitetura tumular, nos símbolos e nos signos, representados através de velas, flores, balaústres, santos, estátuas, cruzeiros e demais objetos pessoais.

Alguns estudiosos do tema defendem a criação de políticas públicas mais assertivas no que tange a classificação do que na atualidade vem sendo chamado de “museus a céu aberto” junto ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e do Conselho Internacional de Museus (ICOM). No Brasil, existem alguns cemitérios que recebem esse título, devido ao valor histórico de suas obras materiais (esculturas) provenientes de manifestações artísticas européias, como é o caso do: Cemitério da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (Porto Alegre, 1850); Cemitério Santo Amaro (Recife, 1851); Cemitério São João Batista (Rio de

---

<sup>9</sup> O saqueamento de túmulos é uma prática antiquíssima, as origens já aparecem no Egito Antigo, com o roubo de túmulos reais de faraós. Em nosso país, tem crescido o número de casos envolvendo o roubo de artigos de bronze, ferro e prata, etc, justificado pelo vício em drogas de quem furta e também a depredação por finalidades de discordância religiosa. A prática é vista como um crime e está inscrita no Código Penal “Art. 210 - Violar ou profanar sepultura ou urna funerária: Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.”. Disponível em: [Violação de Túmulos e Cemitérios: O Crime de Profanar a Paz dos Mortos | Jusbrasil](#). Acesso em 12 de outubro de 2025, às 19h05min.

Janeiro, 1852); Campo Santo (Salvador, 1853); Cemitério da Consolação (São Paulo, 1858); Cemitério do Bonfim (Belo Horizonte, 1897), mas não fazem parte do catálogo do IBRAM<sup>10</sup>. A presente dissertação, no entanto, defende a classificação, não apenas por esse caráter, mas também, pela existência e permanência de narrativas que podem ser construídas a partir da lápide, das inscrições realizadas num túmulo, da inexistência delas e, principalmente pela expressão popular consoante ao grupo social que pertencem os sujeitos estudados.

Tais perspectivas nessa linha de raciocínio do ensinar para libertar (Freire, 1996), vem de encontro a uma política pública comprometida em realmente construir uma educação antirracista, engajada e realista, que se proponha a dialogar e fomentar ações que possam ser reconhecidamente transformadoras, saindo do campo, apenas teórico da docência, da sala de aula para a sociedade, naquela perspectiva do poeta brasileiro, Mário Quintana “livros não mudam o mundo, quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas.”<sup>11</sup> ou mesmo na perspectiva prática de Paulo Freire, “Não há palavra verdadeira que não seja práxis. [...] esgotada a palavra de sua dimensão de ação, sacrificada, automaticamente, a reflexão também, se transforma em palavraria, verbalismo, blábláblá. Por tudo isto, alienada e alienante. É uma palavra oca, da qual não se pode esperar a denúncia do mundo, pois que não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação.”<sup>12</sup>. Ou seja, palavra sem ação é palavra vazia.

Luiz Gonzaga Pinto da Gama e Paulo Freire tem em comum a busca por uma educação emancipadora, o primeiro defendia que a educação é uma arma contra a opressão, enfatizando a importância do conhecimento e da alfabetização como mecanismos para a luta contra a escravidão, visto que o período em que viveu, o século XIX, e sua história de vida, notadamente são exemplos disso. Gama nasceu na Freguesia de Santana, em Salvador, na Bahia, em 21 de junho de 1831 e foi alforriado no batismo, três meses depois. Era fruto da relação de Luiza Mahin, uma mulher negra, de origem nagô, da África Ocidental, hoje se sabe que era escravizada de Maria Rosa de Jesus, com Antônio Agostinho Carlos Pinto da Gama (seu pai era primo de Maria), de ascendência lusa, um fidalgo que foi se endividando ao longo dos anos e quando seu filho, Luiz Gama, alcançou 9 anos de idade, o vendeu como cativo ao alferes Antônio Pereira Cardoso, no Rio de Janeiro, para quitar dívidas de jogos.

---

<sup>10</sup>BORGES, Maria Elizia. O cemitério como “museu a céu aberto”. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL IMAGENS DA MORTE: TEMPOS E ESPAÇOS DA MORTE NA SOCIEDADE. São Paulo: Instituto Goethe São Paulo. 2016. Anais do Colóquio. p.2. Disponível em: [texto-final-cem.-museu-imagens-da-morte-2016.pdf](http://texto-final-cem.-museu-imagens-da-morte-2016.pdf) ([artefunerariabrasil.com.br](http://artefunerariabrasil.com.br)) Acesso em 18 de fevereiro de 2024, às 18h28 min.

<sup>11</sup> Revista Caras, 15 de julho de 2016 – Ano 23 – Nº 29 – Edição 1184 – CITAÇÕES – Pág: 30. Disponível em: [“Livros não mudam o mundo, quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas.” Mário Quintana \(1906-1994\), tradutor, jornalista e poeta gaúcho.](http://www.caras.com.br) Acesso em 01 de agosto de 2025, às 13h28 min.

<sup>12</sup> FREIRE, Paulo. A Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970. p.89-91.

Aos 16 anos, ele foi alfabetizado pelo estudante Antônio Rodrigues de Araújo, que estava hospedado na fazenda do alferes. Alfabetizado, Gama fugiu para São Paulo, reivindicou sua alforria por via judicial, deu continuidade nos seus estudos na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP) e tornou-se um rábula (pessoa que advoga sem ser formado em direito). Isso porque era proibido aos negros cursar o ensino primário e secundário, estava implícita essa regra na lei n. 1, de 1837, em seu artigo 3º, “os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos estão proibidos de frequentar a escola pública.”<sup>13</sup> Antes disso, no entanto, havíamos visto a primeira lei que versava especificamente sobre o ensino no país, aprovada pela Assembléia Geral e sancionada pelo Imperador Dom Pedro I, a lei de 15 de outubro de 1827, determinando entre outras coisas, “Art. 1º - Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessarias”<sup>14</sup>, sem constar impedimento algum ao ingresso de escravizados ou libertos e livres. Fica a dúvida, o que aconteceu nesse transcurso de uma década para terem revisto a normatização alterando-na dessa forma.

Tampouco lhes cabia o ingresso num curso superior<sup>15</sup>. Contudo, nada disso impediu que Gama frequentasse as aulas, mesmo sem ter o registro de matrícula no curso. Apesar de todos os impedimentos legais, segundo a lei, ilegais segundo a humanidade, enfrentou dentro e fora da sala de aula os dilemas de um negro no Brasil. O advogado Luiz Gama, desafiou as estruturas de poder e entrou para a história brasileira como um dos grandes defensores do fim da escravidão no Brasil, tendo alforriado ao longo de sua mais de 500 escravizados. Hoje é reconhecido pelo título de primeiro advogado negro do Brasil e o maior abolicionista da história brasileira.<sup>16</sup>

Já Paulo Freire em sua célebre obra, *Pedagogia da Autonomia* (1996), estimula o educador com a tarefa de desafiar o educando, para que ele possa construir e reconstruir o que lhe está sendo ensinado e a entender o que está sendo comunicado. Numa prática pedagógica libertadora e democrática há o predomínio de saberes como o diálogo, temas geradores e as rodas de debates. Pois, o diálogo é essencial entre o mediador e o sujeito que aprende, assim como os temas geradores contribuem na humanização da educação e as rodas

---

<sup>13</sup> [View of Lei n. 1, de 1837, e o decreto n. 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro - 1837.](#) Acesso em 14 de outubro de 2025, às 12h00min.

<sup>14</sup> [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.1.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.1.htm). Acesso em 12 de outubro de 2025, às 21h19min.

<sup>15</sup> Os primeiros foram instituídos por Dom João VI, ainda em 1808, no perfil que se manteve até 1934 “o da formação para profissões liberais tradicionais, como direito e medicina, ou para as engenharias.” (SAMPAIO, 1991, p.1).

<sup>16</sup> [Documentos inéditos iluminam origem de Luiz Gama e elo com Luiza Mahin – Instituto Búzios.](#) Acesso em 01 de agosto de 2025, às 13h43 min.

de debate são importantes ferramentas no processo de ensino e aprendizagem, todos saem ganhando, quem ensina e quem aprende. Assim, todos os saberes pedagógicos, buscam em si uma educação voltada para a autonomia do educando. Afinal, não basta transmitir conteúdos, é necessário formar sujeitos críticos, seres capazes de intervir no meio em que vivem.<sup>17</sup>

A presente dissertação está dividida em 4 capítulos, o primeiro é aquele em que somos apresentados a história oficial da cidade, uma história hegemônica, única, colonizada e de certo modo num tom heróico, superior e de progresso, realizada em maior medida por memorialistas que a contaram apagando a participação de negros e indígenas ou quando o fizeram, não pouparam esforços em reduzi-los ou caracterizá-los como atrasados ou seres de pouco valor.

O segundo capítulo se concentra na discussão da inserção do Ensino Elementar das Primeiras Letras, instituído no Brasil, com a edição da Primeira Carta Constitucional Brasileira, em 1824. As limitações impostas pelas províncias que receberam a autonomia de organizarem os seus sistemas educativos, a maioria deles proibindo na íntegra a matrícula de africanos e afro-brasileiros, libertos e livres ou cativos e escravizados. Abordamos também a construção da identidade negra, quais os aspectos que definem, como ela é constituída e as relações que podemos estabelecer entre a identidade negra e o papel social da escola. As transformações vivenciadas pela disciplina de História, desde o século XIX, no Brasil, os manuais do Colégio Pedro II, a atuação do IHGB, a ditadura civil-militar no Brasil e a disciplina de Estudos Sociais, os currículos, as leis e a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Além disso, é feito um panorama sobre as práticas ligadas a morte e o morrer, as transformações ocorridas ao longo da história da humanidade, entre as práticas e rituais de uma morte anunciada e outra domada, cuja alternância entre uma e outra era possível e promoveu modificações drásticas na sociedade europeia e na brasileira. As definições de História Local, seus limites e as distinções entre lugar e local conectando à noção de espaço, elemento primordial no estabelecimento das identidades. As políticas públicas de monumentalização do Estado brasileiro, a nacionalização e a formação do SPHAN. O estudo de trajetórias, a construção de biografias negras e a relevância para o ensino de História.

Enquanto ao terceiro capítulo, nos detivemos em tecer algumas considerações sobre a prática de pesquisa histórica e discorreremos sobre a nossa metodologia de pesquisa bibliográfica, escolhida por compreender que a reunião de informações de diferentes

---

<sup>17</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

naturezas, sozinhos, não nos dizem muita coisa mas, quando ordenados, reunidos em torno de um objeto claro, podem revelar novas percepções sobre determinado assunto.

O quarto e último capítulo é aquele em que nos atemos a analisar as narrativas das 8 personalidades negras selecionadas, partindo do olhar atento a aspectos do lazer, da escolaridade, da religiosidade e do mundo do trabalho e entrecruzando essa tematização para encontrar elementos comuns entre as falas. Por fim, como resultado dos estudos do assunto, produzimos um objeto pedagógico, o Mapeando - O meu túmulo conta!

## 1 CIDADES

Uma cidade é constituída de pessoas, de experiências múltiplas de cidadãos, nas suas mais variadas atribuições. Ela pode ser espaço na qual se inscrevem personagens marcantes por suas ações, na história oficial das cidades ou daquelas silenciadas e que não estão escritas em livros de histórias. São essas últimas que nos interessam para esta pesquisa.

### 1.1 GUARAMIRIM: UMA CIDADE, MUITAS ORIGENS.

O município de Guaramirim está localizado no nordeste do Estado de Santa Catarina, possui uma área territorial de 267.514 km<sup>2</sup> e é considerado um município de pequeno porte. Segundo o último Censo Demográfico (IBGE) realizado em 2022, a cidade possui 44.711 habitantes, a maioria vive na área urbana.<sup>18</sup>

Mas, nem sempre foi assim, a cidade que no passado era majoritariamente dependente da agricultura, e isso refletia na ocupação do solo, na predominância das zonas rurais, entre as décadas de 1950 e 1960, hoje tem uma concentração de indústrias e comércio crescente, seguindo o perfil das suas vizinhas, Jaraguá do Sul, Joinville e Blumenau.

O município de Guaramirim foi criado pela Lei Estadual n. 295, em 18 de agosto de 1949 e instalado dez dias depois, pelo Governador do Estado José Boabaid, que nomeou o primeiro prefeito, o professor e inspetor escolar, José Motta Pires. A criação do município seguiu a lógica dos desmembramentos que vinham ocorrendo desde o fim da I Guerra Mundial, principalmente na região sul do país, com o objetivo de desmobilizar e enfraquecer a política das antigas colônias “alemãs” como as de Blumenau e Joinville que possuíam um amplo colégio eleitoral.

Sobre este processo de municipalização, vale destacar o período da Era Vargas, especificamente o ano de 1934, quando uma série de municípios se originaram, nesse contexto de invenção da brasilidade, levando a nacionalização de instituições estrangeiras e a repressão de suas ideias, evitando o avanço do “inimigo interno” (os estrangeiros), numa tentativa de forjar o “sentimento nacional”, a partir da imposição de uma unidade cultural.

Nesse sentido,

os colonos alemães, que chegaram ao Vale do Itajaí, em Santa Catarina, em 1850, tornaram a região próspera e uma elite de origem alemã se constituiu. Dona de terras, indústria, do comércio, inseria-se no cenário público com o domínio de cargos políticos locais, estaduais e até federais, e dona de jornais, de tiragem expressiva, tinha também o domínio da esfera literária. Elite que vinha ocupando, portanto, a liderança na criação de instituições de sociabilidades, na produção de

---

<sup>18</sup> [Guaramirim \(SC\) | Cidades e Estados | IBGE](#). Acesso em 19 de agosto de 2024, às 11h26 min.

saberes, de memória e de aparato simbólico. (Frotscher, 2007. p.11-12).

A proposta de Vargas era minar o poder local estabelecido e as denúncias do “perigo alemão” desempenhou esse papel no imaginário social, que incluía também outros imigrantes estrangeiros e seus descendentes: italianos, austriacos, russos, polacos, etc., todo indivíduo que oferecesse ameaça ao nacional desenvolvimentismo varguista, sofreria as consequências. “O futuro imbicava para a invenção e a criação da raça, nacional, luso-brasileira, pela integração territorial e homogeneização cultural.”<sup>19</sup> O risco com esse projeto de “abrasileiramento do povo”, era a promoção da exclusão das diferenças, singularidades das várias etnias e línguas presentes em nosso país.

Não se pode negar que havia nessa região, uma hegemonia da presença de populações imigrantes se comparado às populações nacionais e, por isso, parecia haver uma fronteira que impedia a difusão de ideais, mas também a circulação de populações nacionais. A própria literata, primeira mulher eleita para compor a Academia Brasileira de Letras (1977), Rachel de Queiroz (1910-2003), ao se aventurar por estas terras se deparou com tamanha diferença e, disse em seu artigo intitulado “Olhos Azuis”, publicado na revista Manchete, no ano de 1949:

Quem anda pela chamada ‘zona alemã’ dos estados do Sul e especialmente, pelo ‘Vale do Itajaí’, em Santa Catarina, a sensação que tem é de estar em país estrangeiro, e país estrangeiro inamistoso (...) De Brusque para lá [em direção a Blumenau] acham que fica a fronteira da sua nação (...) se há, pois quisto racial ainda em plena exuberância é aquele. Aquilo não é Brasil ou se o é: é Brasil transviado, Brasil em mãos alheias. (...) Vivem os nacionais para um lado, vivem os alemães para o outro, quase tão separados quanto negros e brancos nos EUA. (...) Alguém tem que dar um jeito nesse problema enquanto ele não se vira drama.<sup>20</sup>

A fala de Rachel surtiu um efeito tamanho a ponto de sofrer uma tentativa de silenciamento que partiu da Câmara Legislativa Municipal, representada por Herbert Georg, o prefeito Frederico Guilherme Busch Jr., o deputado federal, Max Tavares D’Amaral, entre outras personalidades públicas tomaram nota da situação e enviaram correspondências ao editorial exigindo retratação da literata, o que não aconteceu. A crítica feita por ela, se adequa perfeitamente a correspondência defensora do nacionalismo, durante o Estado Novo (1937-1945).

O governo federal incubiu-se de manter o plano de integração nacional, nacionalizando as instituições privadas estrangeiras, como associações culturais, programas de rádio, jornais, livros e até mesmo um alicerce basilar em que o próprio nazismo se valeu,

<sup>19</sup> Ibid., p.12.

<sup>20</sup> QUEIROZ, Rachel de. “Olhos Azuis”. Publicado originalmente em 19 de março de 1949, na revista O Cruzeiro, edição de No 19, e republicado no Tomo XLIII, Edição No 5 e 6, de maio/junho de 2002, na Revista Blumenau em Cadernos.

em Santa Catarina, o ensino. Segundo Aluizio Batista de Amorim, citando o Coronel Antônio Lara Ribas que atuou em Santa Catarina, como principal agente do combate ao nazismo, através do Departamento de Ordem Política e Social de Santa Catarina, o DOPS e, é autor do livro esgotado há décadas, *O punhal nazista no coração do Brasil (1943)*, Aurélio da Silva Py, chefe da polícia do Rio Grande do Sul, também atuou na caçada aos nazistas no Sul, publicou a obra, rara igualmente a anterior, *A 5ª coluna no Brasil (1942)* e a escritora, pesquisadora e socióloga, Neide Almeida Fiori, “um dos principais veículos de penetração nazista em Santa Catarina foram as escolas particulares alemãs, as *Deutsche Schule*, a partir da década de 1930”, segundo, Amorim e Ribas o discurso seguia da seguinte forma, “os agentes de Hitler primeiro passavam a exercer o controle sobre elas, depois catequizavam os alunos. Através dos alunos, os nazistas obtinham o apoio das mães e essas arrastariam os pais.”, conforme Py. O que nas palavras de Fiori, o envolvimento emocional e a ligação política com a pátria mãe dos antepassados, “de maneira mais ou menos inconsciente” eram condições favoráveis para esse quadro pois, “tinham sido educados num clima de respeito e amor para com o país de seus ancestrais, onde ainda acreditavam conservar raízes.” (Amorim, 2000, p.69-70).

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), instituído por meio do Decreto n. 91.542, de 19 de agosto de 1985, e seus antecessores da década de 1930, como a criação do Ministério da Educação e Saúde, a Fundação Cairu, o Instituto Nacional do Livro (INL) e a Comissão Nacional do Livro Didático (através do Decreto de Lei n. 1.006, de dezembro de 1938), “que passou a controlar as ações relacionadas à produção e distribuição de livros no país, a organizar e a publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional.” (Corrêa; Doro, 2023, p.4) foram outros elementos que reforçaram a vocação de Vargas em impor a sua vontade de construir a identidade nacional brasileira, homogênea.

O ensino, nessa época, não era mais tão restrito como aquele que presenciamos no Oitocentos. Seguindo a lógica do avanço industrial e urbano, o crescimento das cidades e a necessidade da disponibilidade de mão de obra especializada, o governo instituiu leis que ampliaram a oferta do acesso à educação no país. No entanto, foi uma educação que permaneceu tradicionalmente elitizada, pois, “aos trabalhadores é fornecido acesso ao ensino médio e técnico. Já à elite é dada a garantia do estudo acadêmico visto que continuariam no papel de condutores intelectuais e administrativos nas empresas e no governo.” (Corrêa; Doro, 2023, p.5) Os livros, além de estimularem a prática da leitura no povo brasileiro, na difusão da cultura, tinha um segundo caráter, o ideológico e universal, na qual, segundo a pesquisadora Tânia de Luca, a partir da observação da atuação da Comissão Nacional do

Livro Didático, tinha o cuidado de “centralizar as decisões, conduzir uma política unificada para todo o país e intervir na produção, com a delimitação de diretrizes gerais que puniam qualquer crítica ao regime político em vigor e ao chefe da nação.” (Luca, 2009, p.167 apud: Matos, 2013, p.217 ).

A escritora imortal da Academia Brasileira de Letras, não estava de todo errada em sua análise, existia sim um projeto de instalação e formação de “colônias alemãs fechadas”, em Santa Catarina, a partir de investidas externas do governo alemão para a América Latina, durante a República de Weimar (1919-1934), que orientava e incentivava a emigração, para ocupação dirigida a lugares onde não havia pressão para assimilação cultural, onde já houvessem alemães residindo ou pudessem ser criadas outras colônias fechadas.<sup>21</sup>

Com a queda de Getúlio Vargas e a abertura à democracia em 1945, foi instituída uma nova Carta Constitucional (1946) e convocada novas eleições (1947). A Carta tornava um direito de todo cidadão brasileiro, maior de 18 anos, alfabetizado, o voto obrigatório, independente do gênero.<sup>22</sup> É nesse contexto que uma outra leva de municípios surge no pós-2ª Guerra Mundial, inclusive o município de Guaramirim, reduzindo, como ocorreu na década anterior, a influência das elites econômicas locais na política.

Mas, vamos com calma. Para entendermos o processo histórico do desmembramento de Joinville para a criação de Guaramirim, não será nada fácil.

Em 16 de agosto de 1921, foi criado o 9º distrito de Blumenau, chamado de Massaranduba, pela Lei Municipal n. 142 e instalado em 10 de outubro do mesmo ano. Pela Lei Estadual n. 247, de 30 de dezembro de 1948, aprovada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), o distrito perdeu esse status para ser transformado num município, desmembrando-se de Blumenau, Itajaí e Joinville. O novo município nascia com a sede localizada em Massaranduba e um distrito, o vizinho Guaramirim que pertencia a Joinville. A Lei foi assinada pelo governador Aderbal Ramos da Silva, que nomeou José Cordeiro da Silva, como o 1º prefeito e o instalou em 13 de fevereiro de 1949. Porém, sua criação foi efêmera pois, nesse mesmo ano, a decisão de criação do novo município foi contestada pelo distrito de Guaramirim, por políticos locais, industriais, comerciantes e agricultores, que realizaram um abaixo assinado demonstrando sua insatisfação com o episódio.

Guaramirim, havia sido o 4º distrito de Joinville, criado em 02 de junho de 1919, sob a Lei Municipal n. 281. Na época ainda se chamava Bananal, mas teve o seu nome alterado

---

<sup>21</sup> FROTSCHER, 2007. p.40.

<sup>22</sup> No caso das mulheres, só era obrigatório se exercessem um cargo público. Ver mais em: SILVA, Michel Honório da. Combates pela cidade: Pomerode, de distrito a município (1934-1959). Blumenau: EdiFurb, 2018. 134 p. p.68.

para Guaramirim, pelo Decreto de Lei Estadual n. 941, de 31 de dezembro de 1943. E em 1948 acabou sendo unificado ao distrito de Massaranduba para se tornar um município. A assembleia legislativa de Santa Catarina ouviu os argumentos apresentados pelos reclamantes que haviam se mobilizado inclusive para ir à capital. Os argumentos eram plausíveis para questionar a decisão, justificaram afirmando que o número elevado de habitantes em Guaramirim era superior ao de Massaranduba, a presença de indústrias era outro fator importante, a existência da linha férrea cortando-a já era o bastante e assim, a Alesc acatou a decisão e transferiu a sede do novo município para Guaramirim<sup>23</sup> e Massaranduba passou a ser o seu distrito.

**Figura 1** – Vista parcial da sede do distrito de Bananal (atual Guaramirim/SC), na década de 1930.



Acervo: Arquivo Histórico de Guaramirim Pastor Wilhelm Gottfried Lange. Autoria Arthur Júlio Wischral (1894-1982).

Na figura 1, alguns pontos chamam a atenção, é possível ver ao fundo o Morro do Jaraguá, abaixo, um enorme comboio de trem, da linha ferroviária São Paulo - Rio Grande, que se estende do porto de São Francisco do Sul até Porto União e cuja presença faz parte da paisagem do município desde 01 de junho de 1910, quando este trecho foi inaugurado. Também vemos, no primeiro plano, a criação de gados, num local muito conhecido por mim,

<sup>23</sup> Este tema merece maior atenção, pois, no momento, não há nenhum trabalho com rigor acadêmico que tenha se detido a estudar esse movimento histórico da Emancipação Político-Administrativa de Guaramirim. A sua complexidade pode demonstrar interesses pessoais ou partidários atrelados, aproximação com outros eventos macro-históricos ou mesmo seu caráter excepcional, único dentro da história da formação dos municípios catarinenses e brasileiros.

o Morro do Satuca, pois foi ali que nasci, na década de 1990. No centro, há visivelmente desenhado, o trecho da principal rua da cidade, a rua 28 de agosto, com imóveis residenciais em sua maioria e alguns comércios, como o Maluta e o Hotel Butschardt. Por fim, o prédio da Igreja Matriz Senhor Bom Jesus aparece mais distante, à direita.

O fato da emancipação ter ocorrido naquele contexto histórico demonstra a instabilidade vivenciada nessa região durante o regime democrático (1945-1964), os desafios atrelados a cultura política em afirmação e reestruturação, devido ao longo período da Era Vargas, em que os partidos políticos foram suprimidos e a liberdade cerceada.

Essas disputas cujo cerne era a política, não foram as únicas que envolveram o passado da cidade de Guaramirim, há uma disputa histórica de narrativas, em que parece haver um predomínio e perpetuação de narrativas memorialísticas em contraponto as poucas referências acadêmicas disponíveis para melhor interpretação das Histórias da cidade.

As narrativas que predominam e fazem parte do imaginário social da cidade é aquela veiculada e publicizada há décadas por autores como Ternes, Schömockel, Stulzer, Emendörfer, Adami, Piazza, Barbosa, entre outros. A História memorialista da cidade de Guaramirim começa a ser contada da seguinte maneira, o passado desta terra teria origem na presença e ocupação desse território por indígenas Macro-Tupi e Macro Jê, estes eram “guerreiros” e ao mesmo tempo “atrasados”, viviam com poucos recursos de infraestrutura e quase nenhuma experiência com o comércio. A chegada de imigrantes para estas terras ocorreu “na metade do século XIX” e com eles o desenvolvimento socioeconômico e cultural da cidade, conforme reforça a Prefeitura Municipal de Guaramirim em sua página de internet, na aba “História.”<sup>24</sup> Também reforça essa narrativa da ocupação do território ter ocorrido naquele período histórico, a informação da existência de uma capela católica, com o nome de Bananal, na região de Guaramirim, por volta de 1872, e que era atendida pelos padres de São Francisco do Sul, na época.<sup>25</sup>

O primeiro esforço histórico em reunir indícios e construir a origem da cidade de Guaramirim, está determinado na concepção do desbravador europeu sobre a terra a ser explorada, este procurou realizar incursões pela América, com fins de assegurar os interesses da metrópole espanhola e não portuguesa. Essa narrativa, trata-se da expedição realizada pelo espanhol Cabeza de Vaca, como consta nas poucas fontes apresentadas por Emendorfer (2001), o autor afirma que, o recém empossado governador da Província do Rio da Prata, foi

---

<sup>24</sup> [Prefeitura de Guaramirim \(atende.net\)](http://www.prefeitura.de.guaramirim.atende.net). Acesso em 18 de julho de 2024, às 18h05min.

<sup>25</sup> EMENDÖERFER FILHO, Victor. Primeira história de Guaramirim. Jaraguá do Sul: Ed. Correio do Povo, 2001. p.28.

incumbido pelo Rei Espanhol Carlos V, em 1540, a “conquistar, governar e explorar terras americanas”. Além disso, deveria “impor a autoridade real espanhola, fundar cidades, converter os nativos e pagar ao Rei parte dos seus ganhos.”<sup>26</sup>

Quando desembarcaram em 02 de novembro de 1540, no Porto de Cananéia, deslocaram-se ao Sul até alcançar o Rio São Francisco (atual Baía da Babitonga). Ali teriam recebido informações dos indígenas locais, da possibilidade da viagem prosseguir por vias terrestres e que o caminho poderia ser melhor encurtado se utilizassem um rio um pouco acima, a 20 léguas, de nome itabocu [Itapocu]. Este rio é o que corta a cidade de Guaramirim e suas vizinhas, atualmente. O volume do rio naquela época era muito maior do que hoje, tornando-o navegável, o que possibilitou o estabelecimento de empreendimentos ao longo de todo o seu entorno e, por conseguinte, a exploração da região e o seu desenvolvimento socioeconômico<sup>27</sup>. Assim, foram divididos dois grupos, um alcançaria Buenos Aires por mar, e outro alcançaria Assunção por terra, mediante o percurso da trilha do Peabiru<sup>28</sup>, um “caminho de pedras, construído pelos nativos que provavelmente partia do Andes e alcançava a ilha de Santa Catarina”<sup>29</sup>.

A segunda narrativa que corrobora na construção de uma história da cidade de Guaramirim, é aquela intimamente ligada a Joinville. Guaramirim, no passado era parte do domínio da Colônia Dona Francisca, terras devolutas que foram concedidas pelo imperador Dom Pedro II, como parte do dote a sua irmã Francisca, ao se casar com o príncipe de Joinville, Francisco de Orleans. Em 1851, o príncipe contratou o engenheiro Christian Mathias Schröder para criar a colônia e administrar as terras reais, sendo sua sede a atual cidade de Joinville (mais tarde, foram desmembrados os territórios e criado os municípios de: São Bento do Sul, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Schröder, Massaranduba e Corupá). A Sociedade Colonizadora de Hamburgo era a responsável por trazer imigrantes para esta região e assim foi desde 1849 até 1888, tendo atraído cerca de 17.408 colonos para ocupar Joinville e São Bento do Sul.<sup>30</sup> Posteriormente, os negócios foram realizados pela Sociedade

<sup>26</sup> Ibid., p. 14.

<sup>27</sup> CARDOSO, Fernando Henrique, 2000, p.140. apud: AUED, Bernadete Wrublevski, EISSLER, Roberto João. Alfaiates imprescindíveis: imigração, trabalho e memória. Jaraguá do Sul: Design Editora. 2006. p.56.

<sup>28</sup> “O Peabiru somava aproximadamente três mil quilômetros, desde o Oceano Atlântico até ao Pacífico, atravessando terras do Brasil, Paraguai, Bolívia e Peru. [...] No Brasil, o caminho tinha dois pontos de partida, ou de chegada. Um deles era no litoral de Santa Catarina, hoje regiões de Florianópolis e Barra Velha, onde penetrava o interior na altura do rio Itapocu. O outro era nas proximidades de São Vicente e Cananéia, no litoral paulista”. Ver mais em: BOND, Rosana. A saga de Aleixo Garcia: o descobridor do império Inca. Florianópolis: Insular/Fundação Franklin Cascaes, 2ª ed., 2004. p. 82.

<sup>29</sup> EMENDÖERFER, 2001. p.15-16.

<sup>30</sup> RICHTER, Klaus. A sociedade Colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau. 2ª ed. Florianópolis, Blumenau: UFSC. 1992. p.15.

Colonizadora Hanseática, que iniciou as operações em 1897 e permaneceu ativa até a década de 1930, predominante na região de Corupá (antigamente Hansa Humboldt).

No outro extremo dessa colônia, surgia quase que simultaneamente, a Colônia Blumenau, administrada pelo Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau e tendo sido criada em 1850. A narrativa oficial estabelece esses dois eventos como os responsáveis pelo despertar do interesse que mobilizou imigrantes a se estabelecerem na atual cidade de Guaramirim, por ser um entremeio das possessões, fora encomendado os serviços de Wunderwald que, nos idos de 1859, partiu de Anaburgo (Joinville) em direção a Blumenau, e anos depois esse picadão serviu para desenhar o traçado da Rodovia SC-413 (alterada em 2013, para SC-108, como parte da revisão do Plano Nacional de Viação), ligação das duas colônias mais prósperas do Estado, a Colônia Dona Francisca e a Colônia Blumenau<sup>31</sup>.

Soma-se a isso, a colonização repentina da cidade vizinha, Jaraguá do Sul, também compreendida como terras pertencentes ao dote da Colônia Dona Francisca. Este território recebeu as medições do agrimensor Emílio Carlos Jourdan que interessou-se por essas terras, em 1876, e decidiu estabelecer ali uma colônia, contrariando os relatórios anteriores que acusavam dificuldades para instalação de empreendimentos em determinadas regiões, como ficou destacado por Emendörfer (2001), ao se referir ao motivo de, por volta de 1859, terem buscado serviços de demarcação das terras do dote da Colônia Dona Francisca, mas “a demarcação não foi concluída, devido ao fato de tratar-se de terrenos alagadiços e imprestáveis à exploração econômica.”<sup>32</sup> No entanto, havia um problema, um grande problema, na realidade, as medições de Jordan acusavam que as informações anteriores estavam incorretas e estas realizadas por ele deveriam ser consideradas aceitas e ainda determinava que este domínio fazia parte de outro dote, o dote da princesa Isabel, que havia recentemente contraído casamento com o Conde D’eu.

Tendo requerido a instalação de uma colônia naquele domínio, conseguiu autorização, mas abandonou ao final do século XIX, pois, se sentiu traído pela tentativa do conde, de repassar as terras para a administração da Companhia Colonizadora Hamburguesa. Após a sua partida de Jaraguá, houve o desmantelamento do que havia sido construído, o que nas palavras discriminatórias de Ficker (1965) acusava um determinado grupo, representante da maioria populacional da época, os brasileiros, naquele núcleo, de serem os responsáveis pela queima dos equipamentos, do engenho de açúcar e demais itens pertencentes aquela colônia.

---

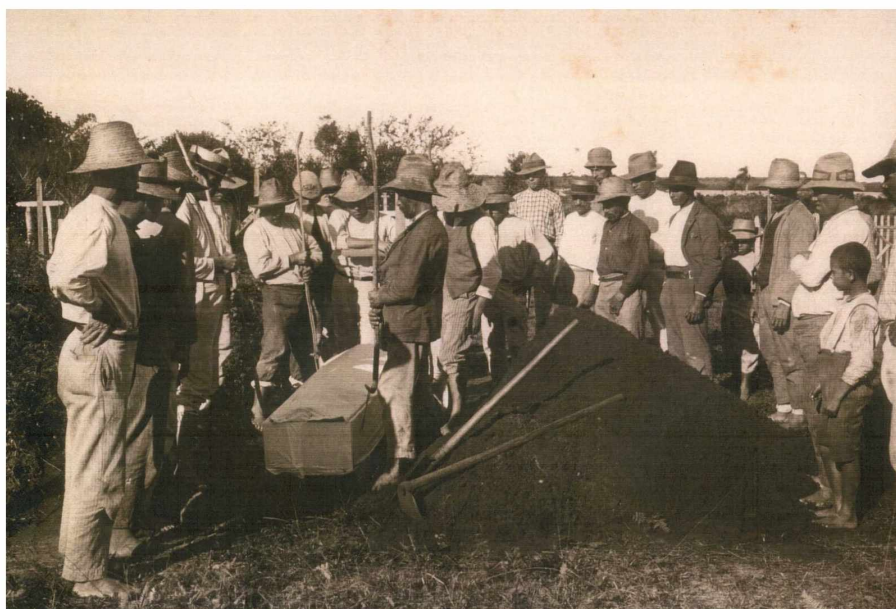
<sup>31</sup> TERNES, Apolinário, et al. Rodovia do Arroz: um marco da nossa história. Joinville: Editora Letra D’água. 2007. p.15.

<sup>32</sup> EMENDÖRFER, 2001. p. 29.

Justifica ainda, como se não pudesse ter ocorrido o desmantelamento daquela colônia por mãos imigrantes, pois, “havia poucas famílias de colonos europeus vivendo aqui, em 1884.”<sup>33</sup>

Essa narrativa da existência de negros na região, se assemelha aquela destacada por Barbosa (2011), em que o autor indica que Jourdan, após ter participado da Guerra do Paraguai (1864-1870), teria ao fim do conflito, “trazido para a Colônia Jaraguá os ex-escravos que foram alforriados em razão da participação naquele que foi o maior conflito armado sul-americano.”<sup>34</sup> e estes compõem a sociedade jaraguense.

**Figura 2** – Enterro de Onofre Francisco da Rosa (08/10/1850 - 28/05/1924). Canoeiro de Jordan, em Itapocu.



*Enterro de Onofre Francisco da Rosa 28-05-1924 = 08-10-1850 Canoeiro de Jordan, Itapocu.*

Acervo: Arquivo Histórico de Guaramirim Pastor Wilhelm Gottfried Lange. Autoria desconhecida.

A figura 2 faz parte do acervo do Arquivo Histórico de Guaramirim, mas antes pertencia ao Sr. Daniel Graudin da Silva, aposentado, ex-tratorista da Prefeitura Municipal e memorialista da cidade, atualmente com 90 anos de idade. Foi ele quem reuniu um acervo diverso, muito rico e que garantiu a preservação de parte da história da cidade. O seu acervo reunia objetos, móveis, fotografias, documentos, livros, entre outros. Boa parte dele foi vendido à prefeitura para fazer parte da instituição arquivística, inaugurada em 2012.

Para além desse histórico do nascimento da instituição, chamou-nos a atenção a legenda constante no verso, registrada pelo Sr. Daniel, ao analisar a fotografia:

Um enterro como manda a lei da selva, em enterro de homem só vai homem.  
Mulher fica em casa chorando. Homem que é homem não chora. [...] Canoeiro que

<sup>33</sup> FICKER, Carlos. História de Joinville. Impressora Ipiranga Ltda, 2ª edição, 1965. p.323.

<sup>34</sup> BARBOSA, José Alberto Barbosa. Emílio da Silva e seu século. Jaraguá do Sul: Design Editora. 2011. 872 p. p.21.

fazia a travessia do Itapocu para Massaranduba e Luiz Alves, quando Emilio Carlos Jourdan veio formar Jaraguá, em 1875. Ele ajudou na viagem.

As datas constantes na frente e no verso não batem entre si, bem como uma delas não confere com a da colonização de Jaraguá, por Jourdan. Outra problemática está na divisão sexual do enterro, estabelecida por Graudin, são vícios de uma época e sociedade que naturalizava o machismo e os papéis sociais que atribuíam aos gêneros. Isso demonstra que temos que olhar com cuidado as fontes que nos chegam. Elas podem apresentar incoerências e preconceitos por inúmeros motivos. No entanto, nada disso tira o seu valor, enquanto testemunho, ela continua expressando uma das afirmações que fazemos há algum tempo, negros já viviam na região do transcurso do Rio Itapocu e já haviam estabelecido contato com os colonizadores, até mesmo em Guaramirim.

A narrativa predominante é sempre composta do depois dos imigrantes, é perceptível pouco interesse em alongar análises que dêem suporte ao entendimento da dinâmica de ocupação deste solo por povos negligenciados ou invisibilizados mas, eles também merecem atenção. Quando são apresentados, recebem estereótipos a fim de desqualificá-los, como este: “efetivamente, tais terras, até então virgens da presença civilizada, habitadas apenas por alguns poucos índios botocudos<sup>35</sup> e por dois foragidos homiziados nesses então ermos sertões”<sup>36</sup>. Continua o autor, o serviço de canoeiro era muito perigoso, e não só pelos risco de afogamento, mas também pelo risco de ataque dos botocudos. O rio é estreito e era fácil flechar alguém a partir das matas das margens. Os acampamentos eram inseguros. Os botocudos, porém, eram nômades, viviam enfurnados nas matas, caçando. Não tinham no vale um paradeiro fixo; ainda assim a região, na época, era ainda infestada deles, e eram agressivos, chegando a flechar e matar colonos, independentemente de sexo ou idade.”<sup>37</sup>

A partir da análise das narrativas apresentadas, percebemos três núcleos principais de colonização da cidade de Guaramirim, a saber Brüderthal, Itapocuzinho I e o Núcleo Colonial Barão do Rio Branco, ambos são objetos constantes de disputas de memorialistas locais que tentam estabelecer a origem da cidade, não é atoa que, nesse ínterim, a Prefeitura Municipal de Guaramirim, a fim de manter-se longe de um posicionamento mais incisivo, prefira manter

---

<sup>35</sup> Os indígenas botocudos, originários da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, recebem esse nome, pelos colonizadores europeus, devido ao uso dos botoques nos lábios e nos lóbulos das orelhas. Raspavam a cabeça, o corpo era pintado de vermelho e negro - a partir do urucum e do jenipapo. Eram vistos também como guerreiros que resistiram à colonização, desde o século XVI até o século XX, e os seus últimos remanescentes são os Krenaks. Ver mais em: DUARTE, Regina Horta. Histórias de uma guerra: os índios botocudos e a sociedade oitocentista. Revista de História 139 (1998), 35-53. Disponível em: estagiorh,+a03n139.pdf. Acesso em 14 de dezembro de 2024, às 11h45min.

<sup>36</sup> BARBOSA, 2011. p. 33.

<sup>37</sup> Ibid.,p.35-36.

a data de aniversário, o 28 de agosto, no seu calendário oficial, marcando as comemorações atreladas a data de sua emancipação, diferentemente do que ocorre com cidades vizinhas como Blumenau, Joinville, Jaraguá do Sul e Corupá, na qual suas festividades ocorrerem na data em que registra-se a chegada dos primeiros imigrantes.

O primeiro núcleo de povoação, como citado anteriormente, está intimamente ligado à Colônia Dona Francisca, região de divisa e que foram intermediados acordos de compra de lotes coloniais. O segundo está relacionado a Colônia Jaraguá, pois o domínio territorial compreendia terras de ambos os futuros municípios a se formar. Enquanto ao terceiro, este núcleo foi instalado, pelo Governo Federal de Hermes da Fonseca, no caminho que ia em direção a Colônia Blumenau. A respeito desses três fluxos migratórios, discorreremos adiante.

Já sabemos que a cidade reforça a construção de uma identidade baseada no imigrante europeu. Essa colonização, principalmente germânica, iniciou em 1824, com a formação da colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, ainda no I Império Brasileiro, sob a administração de Dom Pedro I. Ao longo de todo o século XIX houve um fluxo maciço acompanhando a crescente estruturação das colônias. A partir do século XX, o processo se alterou ao que se refere à inserção de outras etnias, como é o caso dos japoneses. No Estado de Santa Catarina, o Governo Federal, de Hermes da Fonseca, a partir da Diretoria Geral do Serviço de Povoamento e no Estado a Inspetoria de Povoamento do Solo, criaram três núcleos coloniais: Senador Esteves Júnior, em 1910, na região do município de Nova Trento, Anitápolis, em 1907, no território do município homônimo e o Núcleo Colonial Barão do Rio Branco, em Guaramirim (1913).

O Núcleo Colonial Barão do Rio Branco foi criado pelo decreto n. 10.059, de 14 de fevereiro de 1913, os 40 mil metros de terras foram divididos em 198 lotes rurais e se instalaram ali, colonos alemães, italianos, russos, poloneses e também brasileiros, ao longo das seções que correspondiam a: Estrada Geral, Ponta Comprida Norte, Ponta Comprida Sul, Vicinal Rio Branco (Novo Tibagi), Jacu Açu e Palmital. O núcleo foi administrado pelo professor, político, farmacêutico, prebisteriano e subdelegado de polícia, Cantalício Érico Flores<sup>38</sup>. O fim do núcleo pode ter ocorrido após as constantes denúncias dos residentes que sofreram com problemas de desassistência do Governo Federal e estadual, as condições de moradia, saneamento e assistência médica precárias, entre outros motivos.

---

<sup>38</sup> [IBGE | Cidades@ | Santa Catarina | Guaramirim | História & Fotos](#). Acesso em 19 de agosto de 2024, às 18h47min.

Em 1924, a zeladoria da colônia é dissolvida, mas anos antes (1920), pelo Decreto n. 1372, de 12 de Abril, do Governo do Estado, passa a ser distrito policial, comportando a sub-delegacia de polícia regional, o que lhe garante um respiro final até 1930, quando do estouro da Revolução de 1930, em que ocorrem mudanças, colocando em xeque a continuidade dos serviços ligados à colonização. As tropas ligadas ao apoio a Revolução de 1930, de Getúlio Vargas<sup>39</sup>, num episódio marcante do deslocamento do Rio Grande do Sul para São Paulo, fez uma parada com o trem na estação do distrito de Bananal (atual Guaramirim), conforme figura 3<sup>40</sup>, para abastecer de suprimentos e também recrutar mais soldados.

**Figura 3** – A Revolução de 1930, defronte a Estação Ferroviária de Bananal (atual Guaramirim).



Acervo: Arquivo Histórico de Guaramirim Pastor Wilhelm Gottfried Lange. Autoria desconhecida.

Isso demonstra mais uma vez que, sua colocação no cargo de presidente da república, em 03 de novembro do mesmo ano, dependia em grande parte do apoio popular.

A ocupação da região que tinha tudo para ser a sede da cidade de Guaramirim, conhecida como Itapocuzinho I, onde foi instalado o rancho de recepção dos imigrantes, nas proximidades com o Rio Itapocuzinho, onde também foi erguida a primeira ponte da cidade

<sup>39</sup> DERETTI, 2011. p.32-33.

<sup>40</sup> As marcas, ao fundo da fotografia, em que aparecem letras, são resquícios de uma técnica utilizada em 2013, quando ocorreu uma forte enchente na cidade de Guaramirim e o Arquivo Histórico ficou tomado pelas águas da chuva. Como forma de preservar a integridade das fotografias expostas a essa tragédia, o historiador do município e os estagiários, utilizaram jornais para extrair a umidade. A técnica funcionou e assim pudemos ter a chance de novamente enxergá-las. Informações complementares disponíveis em: [G1 - Mais de 50 cidades e cinco mil pessoas sofrem com chuvas em SC - notícias em Santa Catarina](#). Acesso em 22 de dezembro de 2025, às 16h03 min.

na década de 1890<sup>41</sup>, liderados por Gustavo e João Doubrawa, Carlos Schüffer, Julius Friedmann, Ferdinand Hansch, Carl Vassel e Johann Gottlieb Stein. Além de colonos portugueses como Manoel Alves da Siqueira, José Vicente Caetano e Bento Ricardo de Souza.<sup>42</sup> Interessa-nos falar de todos esses detalhes da composição desse lugar, em razão da ligação que ele possuía diretamente com a Colônia Jaraguá e do que poderia oferecer enquanto hospedagem de imigrantes, contando, aliás, com um pequeno porto fluvial comercial. Além disso, os eventos da Revolução Federalista estão ligados a essa localidade, como afirmou Stulzer (1973) e Emendörfer (2001), “nas ações de Gumercindo Saraiva e seus comandados durante a Revolução Federalista. (...) “até a ponte do Itapocuzinho tudo correu normal. Nessa ponte havia um guarda. Todo o local fora ocupado pelos federalistas”.<sup>43</sup> Isso demonstra que a região de uma forma ou de outra, mesmo que pareça interessar muito pouco a historiografia catarinense, relaciona-se a eventos que tiveram um alcance nacional.

Por último, a narrativa oficial da cidade, utiliza de uma certa gama de documentação disponível para estabelecer como o primeiro núcleo de imigração organizado e o mais antigo, a formação da comunidade de Brürdethal, em 1886, que surgiu enquanto uma comuna, sob a liderança do Pastor Wilhelm Gottfried Lange que se refugiou no Brasil com um grupo de cerca de 130 imigrantes advindos da Rússia, onde até certo momento possuíam a liberdade religiosa para professar a sua fé na irmandade Herrnhut, dos Irmãos Morávios, mas, posteriormente, receberam o mesmo tratamento que tiveram na Alemanha, foram perseguidos em razão da fé. Em terras brasileiras, o pastor adquiriu lotes da Sociedade Colonizadora de Hamburgo para formar uma colônia e essa colônia durou cerca de 10 anos, até que o líder partiu para outras cidades do Estado de Santa Catarina, quando o seu empreendimento ruiu, especialmente, por ter sido boicotado de diversas maneiras, como o episódio do incêndio em sua residência.<sup>44</sup>

As questões desenvolvidas em torno desse tema permitem observar a quase inexistência do negro inserido na história da sociedade guaramirense. Portanto, devemos contribuir e suscitar maiores debates que inscrevam o negro na história dessa cidade, seus locais de sociabilidade, seus lugares de memórias. Tal preocupação decorre primeiramente, da coisificação dos negros amplamente vinculada ao passado escravista e que repercute no

<sup>41</sup> <https://www.guaramirim.com.br/historia/>. Acesso em 19 de agosto de 2024, às 19h18 min.

<sup>42</sup> GUARAMIRIM. Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina – Guaramirim. SEBRAE. 2019. 80 p. p.12. Acesso em 19 de agosto de 2024, às 19h22min.

<sup>43</sup> DERETTI, Valdinei. Ensinar História na Cidade: uma proposta de educação patrimonial para Guaramirim. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em Ensino de História - ProfHistória. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. 90 p. p.25.

<sup>44</sup> ADAMI, Luiz Saulo. Testemunho de fé: memorial do pastor Wilhelm Gottfried Lange = Ein Leben im Glauben: Memoiren des pastors Wilhelm Gottfried Lange. Blumenau: Nova Letra, 2003.

próprio processo de ensino-aprendizagem de alguns profissionais e de escolas do nosso país, na atualidade e do mesmo modo se interessam pelo tema da negritude apenas no mês de novembro.

Segundo, a história oficial da cidade descarta a presença e protagonismo de populações afro-brasileiras na sua formação socioeconômica. Isso só corrobora para a necessidade de apresentar ao leitor outras perspectivas da atuação de africanos e afrodescendentes na povoação e desenvolvimento da sociedade norte-catarinense que, por vezes, caíram no esquecimento ou tiveram seus papéis sociais demasiadamente diminuídos ou deixados em segundo plano, como mesmo atesta os espaços de produção cultural locais (jornais, revistas, livros, programas de tevê, cinema, música, etc.) que priva-nos de conhecer a importância de suas relações sociais e culturais para a constituição da identidade catarinense.

Essa narrativa se assemelha ao quadro presente em outras cidades do nosso Estado. Quando são destacadas as etnias que o compõe, é destacado: “a influência de imigrantes europeus se faz sentir em todas as partes de Santa Catarina, tanto na culinária, nas festas e especialmente nos sotaques, com destaque para o açoriano, o alemão mesclado com o português, o italiano que também criou matiz brasileira. Em cada canto e lugar percebem-se os fortes e inconfundíveis traços europeus impressos nas fisionomias de seus indivíduos, bem como em seu modo peculiar de ser e agir”<sup>45</sup>. Se, por um acaso, perceberem a necessidade de citar outros grupos, eles serão retratados de uma maneira secundária ou inferior. Como afirmou a obra Perfil Cultural de Guaramirim: “o processo de formação do povo guaramirense deu-se através dos seus primeiros colonizadores vindos d’além mar, acrescido das miscigenações indígenas-brasileiras, das migrações posteriores procedentes dos estados vizinhos, dos paulistas e nordestinos que aqui chegam em busca de trabalho e negócios”<sup>46</sup>.

É referendado feitos memoráveis, atos heróicos ou de enorme relevância em que inscrevem figuras históricas pontuais, em que se silencia e se apaga a existência e atuação de outros grupos sociais que não o imigrante europeu. Pois, de acordo com a obra citada anteriormente, “este progresso foi solidificado pela coragem e persistência dos imigrantes alemães vindos de Joinville, somado às valiosas contribuições de todos os demais que aqui se estabeleceram e criaram raízes, como os italianos, russos, açorianos, poloneses e outros”<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> GUARAMIRIM, Prefeitura Municipal de. Perfil Cultural de Guaramirim. Edição de Luxo. Guaramirim: Glück edições, 2011. p.13.

<sup>46</sup> Guaramirim, Prefeitura Municipal de. 2011. p.13.

<sup>47</sup> Guaramirim, Prefeitura Municipal de. 2011. p.15.

Mas, os brasileiros só são citados como “outros”, nomeá-los por etnia ou cor parece não importar, muito menos os seus feitos que comparados ao dos europeus parecem desqualificá-los. Isso demonstra não apenas a ignorância, o esquecimento ou a falta de informações suficientes para dar os seus nomes, e sim a aplicação de um mecanismo de poder que é muito complexo e antigo: a dominação, como o colonialismo, o capitalismo e o racismo, naquilo que Boaventura Sousa Santos chamou de “sociologia das ausências e das emergências”<sup>48</sup>, ocorre quando nas relações de poder “determinados sujeitos, histórias, participações políticas, conhecimentos e conquistas foram invisibilizados no campo epistemológico e político e, mais do que isso, muitos se tornaram ausentes.”<sup>49</sup> como afirmou Ellison (1990) ao estudar o caso da manifestação do racismo nos Estados Unidos, a invisibilidade do negro é um aspecto da ideologia do branqueamento, se não podemos banir totalmente o negro da sociedade, é preciso um olhar que nega a sua existência<sup>50</sup>. Isso quer dizer que, o discurso do dominador prevalece hegemônico, sem a possibilidade de contar uma outra história a não ser aquela mesma, desenhada tal qual aos olhos de quem operou essa ferramenta no passado e que continua se beneficiando na atualidade, de visões equivocadas, reforçadas nos ambientes de produção do conhecimento, como a escola.

---

<sup>48</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 63 | 2002, publicado a 01 de outubro de 2012. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/1285>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>. Acesso em 01 agosto 2025, às 15h55 min.

<sup>49</sup> SANTOS, 2002. apud: GOMES, 2018. p.929.

<sup>50</sup> ELLISON, Ralph. *Homem Invisível*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

## 2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL, O ENSINO DE HISTÓRIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DA EXCLUSÃO A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PODER.

A luta antirracista no Brasil tem um longo caminho, empreendida em maior medida pelo movimento negro que, desde a década de 1970, promoveu o enfrentamento das injustiças sociais presentes em nosso país desde a invasão de Pindorama, nome pelo qual os nativos chamavam essa terra que hoje conhecemos como Brasil.

As injustiças com a população afro-brasileira já era perceptível por meio de um simples aspecto, o acesso à educação. O primeiro documento a versar sobre esse assunto no Brasil, foi a Constituição de 1824, ela dizia “a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”, exceto os escravos. A necessidade de instruir a população se justificava pela preocupação da elite nacional em “alinhar-se aos países cultos”, mas, não havia obrigatoriedade em cursar o que foi chamado de Primeiras Letras. No entanto, as leis que se seguiram compartilham das contradições do contexto histórico do país, em que por hora proibida, por outra deixava aberto a oportunidade de ingresso de escravizados, no ensino noturno, por exemplo. Esse fato ocorreu principalmente após o Ato Adicional de 1834, que alterava trechos da constituição imperial e criava as Assembleias Provinciais que, entre suas atribuições, deveria “legislar sobre a instrução pública”. Foi exatamente esse ponto que abriu brechas para as províncias organizarem a educação pública de acordo com as suas próprias especificidades<sup>51</sup>. Vejamos um caso ocorrido na Capitania do Rio Grande Norte, em 1836, ao tratar das matrículas, para as Primeiras Letras:

Os Professores não admitirão em suas aulas alunos, que *não sejam livres*: as Professoras porém podem receber *escravas*; para o fim tão somente de lhes ensinar as prendas domésticas, não as compreendendo, todavia, na matrícula, de que trata o artigo 16, sob pena de perda do ordenado correspondente a um mês. (grifo meu) (Barros, 2016, p.595)

O que fica claro, de antemão, é que as proibições, interditos e limitações foram sendo construídas no passar dos anos moldados por experiências vividas dentro da própria capitania e por meio de reformulações de leis que poderiam ou não terem sido compartilhadas por outras capitanias.

Um outro caso, chama a nossa atenção, na Paraíba, a primeira lei que versava sobre a instrução escolar, foi instituída em 1835 e não mencionava quem poderia ou não se matricular. Contudo, dois anos depois, em 06 de maio de 1837, a lei foi editada e orientava

---

<sup>51</sup> BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016. p. 593-594.

“os professores só admitirão em suas aulas pessoas livres”. A pesquisadora de educação, Surya Pombo de Barros, questiona, “O que teria provocado essa proibição? A procura de escravos pela escola? O exemplo das outras províncias teria influenciado os legisladores paraibanos?”

A província de Minas Gerais, é outro caso a parte, ela também desenvolveu suas leis educacionais e foi uma das primeiras regiões do país a se sobrepôr a Constituição Federal e instituir a Lei n.13 de 1835, incorporando a obrigatoriedade do ensino elementar, mesmo não havendo clareza de como esse dispositivo seria fiscalizado. O objetivo era “disciplinar a população mineira, garantindo a sua inscrição nos aportes civilizacionais” e esse discurso foi articulado com força pelas autoridades de todo o Império, mas ali adquiriu caráter próprio, em razão da imensa densidade demográfica da população negra (cerca de 74%, nos anos 1830). “ Na visão das elites do século XIX, esta composição da população era tida como negativa, exigindo a construção de instrumentos de controle social para moralizar e civilizar o povo.”<sup>52</sup> Ressalta-se que esta lei não proibiu o ingresso de negros nas escolas, mas, de acordo com o seu artigo 11, “somente as pessoas livres podem frequentar as Escolas Públicas, ficando sujeitas aos seus regulamentos.”<sup>53</sup>. A população livre era expressa da seguinte maneira, 41% eram brancos e 59% eram negros. Ou seja, o percentual de pessoas que teriam o acesso à educação nesta capitania seria enorme e muito significativo, do ponto de vista que a Educação era um importante instrumento de mobilidade social, vide o já citado caso de Luiz Gama.

Parte desse esforço, das movimentações empreendidas pelo Movimento Negro Brasileiro se deu pelo reconhecimento do que é a identidade negra. Até hoje esse é um ponto de discussão legítimo, as populações que passaram pela miscigenação e são constantemente declaradas como pardas ou não brancas, por vezes, encontram problemas em acessar certos espaços pelos estigmas atribuídos a essa pertença, tal qual ocorre também com os negros de pele retinta. Contudo, isso não ocorre, com brancos, eles não precisam justificar porque o são, pois “pessoas brancas não costumam sentir-se pertencentes a um grupo étnico-racial, ou dão pouca atenção para sua identidade racial, uma vez que ser e viver como brancos é a norma aceita pela sociedade.” (Silva, 2011, p.15)

---

<sup>52</sup>FONSECA, Marcus Vinicius. Educação e controle em relação à população negra de Minas Gerais no século XIX. In: Relações étnico-raciais e educação no Brasil. FONSECA, Marcus Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES. Alexandra Borges (orgs.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. 216 p. 65-68.

<sup>53</sup> MINAS GERAIS. Regula a Criação das cadeiras de instrução primária, o provimento, e os ordenados dos professores. Disponível em: [Lei nº 13, de 28/03/1835 - Texto Original - Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#). Acesso em 15 de outubro de 2025, às 17h06min.

A luta também se deu pelo questionamento da histórica relação de violência policial e das desigualdades sociais, a busca por melhores condições de trabalho para homens e mulheres negros e negras. No campo educacional, notadamente já se buscava corrigir falhas, intencionais ou não, no currículo escolar, com a defesa da introdução da História da África e do Negro no Brasil, algo que só veio a se concretizar em 2003, com a aprovação da Lei n. 10.639/03 e da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que alterou a Lei n. 9394/96, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Mas esta lei, bem como aquela que veio pouco depois, a Lei n. 11645/08, não foram capazes de mitigar os problemas enfrentados pelo negro no nosso país.

Os estudos desenvolvidos pela pesquisadora Nilma Lino Gomes, demonstraram que, desde a implementação das referidas leis, muitas escolas se orientaram, no momento de lecionar os conteúdos programáticos pertinentes à história e à cultura afro-brasileira, por representações estereotipadas do continente africano, bem como da população afro-brasileira, enquanto outras reservavam as últimas semanas do mês de novembro para trabalhar tais conteúdos, ambas fomentando e reafirmando representações equivocadas e estereotipadas, ocasionando no fortalecimento do racismo em nosso país<sup>54</sup>.

Parece também haver uma dificuldade muito grande em preparar materiais didáticos e formar educadores responsáveis, engajados e comprometidos em repensar suas ações pedagógicas de modo a questionar o ensino de história eurocêntrica. Este que reforça a hegemonia de discursos e narrativas que mantêm a população afro refém de todo tipo de ridicularização e do próprio racismo que nos impede de avançar socialmente, economicamente, politicamente e culturalmente. Sendo que, o papel da educação das relações étnico-raciais está em “promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais”<sup>55</sup>, que atravessam a história do nosso país, profundamente marcado por pluriculturas.

O problema, nesse caso, não está em aceitarmos o título de país notadamente multiétnico, e sim em continuar estabelecendo relações hierárquicas e visões equivocadas do colonizador europeu e da população nacional (afro-brasileira e indígena). As iniciativas do europeu no seu expansionismo, a partir do século XV, não apenas convenceram o mundo e os próprios indígenas, africanos e aborígenes, de sua inferioridade, como também, aqueles que não foram exterminados fisicamente, tiveram embutido no seu pensamento aspectos

---

<sup>54</sup> FELIPE, 2019. p.12-13.

<sup>55</sup> SILVA, 2011, p.12-13.

negativos a sua existência, transferido por meio da própria escolarização e catequização, quando havia. Convenceram-nos de que deveríamos ocupar lugares de subserviência. Assim, “ser negro era visto como enorme desvantagem, utilizava-se a educação para despertar e incentivar o desejo de ser branco”<sup>56</sup>, não apenas no sentido da pele, mas do lugar de poder a ocupar na sociedade.

Vejamos um caso específico relatado pela pesquisadora Marília Carvalho (2005), em seu artigo intitulado: *Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos*, cujo objetivo era compreender os processos cotidianos que tem conduzido a um pior desempenho escolar especialmente de meninos nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, evidenciado no altíssimo índice de evasão escolar e repetência, a nível nacional. A metodologia de pesquisa partiu de uma série de entrevistas semiestruturadas com oito professoras de classe e com a coordenadora pedagógica, realizadas com um conjunto de crianças da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, de uma escola pública do município de São Paulo, entre os anos de 2002 e 2003.

O que chamou atenção foi o fato dos formulários de classificação racial dos alunos preenchidos pelas professoras (heteroatribuição) e aqueles realizados pelos próprios alunos (autoatribuição), envolvendo 8 turmas e totalizando 243 crianças. Foi realizada pela pesquisadora a orientação às crianças e as professoras atribuir a cor/raça, de acordo com o que definia o IBGE (branco, preto, pardo, amarelo e indígena). Os resultados impressionam, isso porque, a tendência das professoras foi de branquear as crianças,

as professoras tenderam a classificar um número muito maior de alunos como brancos do que eles mesmos o fizeram na auto-atribuição de cor. Para as educadoras, seriam 136 crianças brancas e 53 negras (pretas ou pardas), enquanto para os alunos e alunas seriam 80 brancos e 109 negros. (Carvalho, 2005, p.87)

Os dados demonstram que para as crianças o número de negros é mais do que o dobro daquele identificado pelas professoras. A discrepância nos números pode ser explicada pelo fato das professoras não terem utilizado unicamente marcadores físicos (fenótipos), de sexo biológico e socioeconômicos, mas estavam relacionados também ao desempenho escolar dos alunos.<sup>57</sup>

Deste modo, como despertar o reconhecimento do componente curricular de História como algo relevante para a vida dos estudantes, se os próprios educadores não possuem

---

<sup>56</sup> SILVA, 2011, p. 21.

<sup>57</sup> CARVALHO, Marília. Quem é negro e quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. Revista Brasileira de Educação. Jan /Fev /Mar /Abr 2005. n. 28 2011. p. 88-89. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PHZCR8tDdbgDtFCbTQ7dL8z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 de outubro de 2025, às 18h45min.

formação necessária, apresentam poucas referências no que tange ao compartilhamento de saberes mútuos, numa abordagem colaborativa ou mesmo velhas práticas preconceituosas. Claro que devemos situar a pesquisa no tempo e no espaço em que fora feita. Contudo, será que muita coisa mudou de lá para cá?

Não temos tantas respostas como gostaríamos de tê-las, quem sabe esta pesquisa possa ser mais uma oportunidade de reforçar a necessidade do diálogo e elaboração de materiais e metodologias ativas acessíveis e que dêem um norte e levem para a superação das desigualdades raciais presentes no Brasil.

## 2.1 A IDENTIDADE NEGRA E O ENSINO DE HISTÓRIA.

Como uma conquista dos movimentos sociais, como já vimos anteriormente, a educação para as relações étnico-raciais tornou-se realidade a partir da aprovação da Lei n. 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas do país.

Mas, o percurso até chegarmos a essa aprovação foi longo. Pensar sobre as populações afro-brasileiras e africanas ou mesmo sobre a escravidão, só foi possível a partir das comemorações do Centenário da Abolição da Escravidão no Brasil, em 1988, em que houve a organização dos arquivos e a propagação de diversos grupos de pesquisas pelo país, nas universidades Federais e Estaduais, permitindo diversos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento darem atenção a esse campo, além, é claro, da aprovação da Constituição Cidadã, como ficou conhecida a Constituição Federal (CF), promulgada em 05 de outubro do mesmo ano, que resguardou políticas públicas e tornou as populações afro-brasileiras e indígenas portadoras de direitos. Entretanto, mesmo com os avanços promovidos pelo texto, ela encontrou limites, alguns que só puderam ser corrigidos pelas leis complementares 10.639/03 e 11.645/08.

O contexto em que está inserido a construção do texto constituinte, elaborado pela Assembleia Nacional Constituinte (ANC) é da perspectiva de uma abertura definitiva do país a democracia, que por mais de vinte anos era refém de um regime ditatorial instaurado no Brasil, com o Golpe Civil Militar contra o presidente João Goulart (Jango), deposto do seu cargo, em 31 de março de 1964. Nesse ínterim, sujeitos historicamente marginalizados, sem o direito à cidadania, vítimas da exclusão, da violência e da discriminação imposta, negros, quilombolas, mulheres, indígenas, trabalhadores do campo, pessoas com deficiência, a

população LGBTQ+, silenciados pelos conservadores e partidários de direita dos debates sobre cidadania, se fizeram ser reconhecidos nas suas particularidades, nas suas diferenças.

Engana-se quem pensa que a redemocratização foi fruto de políticos, pela tensão entre os partidos, os sindicatos, os religiosos ou mesmo os capitalistas, a autoria é dos movimentos sociais. Ativistas de diversas frentes, organizações, atuando na clandestinidade, lutando contra o racismo e todas as outras formas de opressão e dominação.<sup>58</sup>

A atuação do movimento negro em meio as discussões da CF, refletia em ações como a luta pelo reconhecimento das terras quilombolas e a criminalização do racismo. No entanto, ao que se referia à educação, as reivindicações do movimento negro não foram bem acolhidas naquele momento, o direcionamento era apontar a necessidade do sistema educacional reforçar as implicações da discriminação racial e do racismo no que se refere a mobilidade social da população negra. A ideia era pontuar a questão da raça como elemento central na transformação democrática do país.

O esforço do movimento negro e seus aliados políticos, como a senadora Benedita da Silva, os deputados federais Carlos Alberto Caó, Edmilson Valentim e Paulo Paim, se deu no conteúdo das duas principais ferramentas legislativas que orientariam as políticas educacionais do nosso país, a CF já citada e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394/1996, cujo objetivo era:

inserir a discussão da temática racial nesse processo a fim de que as políticas públicas em educação reconhecessem e valorizassem as características multiculturais da sociedade brasileira, especialmente as referentes à população negra. Do ponto de vista do conteúdo, as críticas do movimento poriam sob suspensão um dos principais fundamentos da matriz educacional, qual seja, sua orientação eurocêntrica e homogeneizadora, viabilizada por um discurso de democracia racial. (Gomes, 2018, p.931)

Essa trajetória, no entanto, é longa e demasiadamente desgastante, de modo que foram realizados diversos encontros, eventos, estaduais e municipais para pontuar a necessidade de pautar a questão racial na CF, entre os anos de 1985 e 1988. O deputado constituinte, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Carlos Alberto Caó apontou, em depoimento que, as discordâncias de estar ou não presente a questão racial no processo constituinte não se limitou aos setores conservadores unicamente. Progressistas, aqueles acrícos a visão freireana, do autor Gilberto Freyre, de *Casa Grande e Senzala* e o seu mito da “democracia racial”, em que acreditavam que o problema poderia ser facilmente resolvido com a integração do negro à

---

<sup>58</sup> GOMES, Nilma Lino; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Resistência democrática: a questão racial e a constituição federal de 1988. Educ. Soc., Campinas, v. 39, n.º. 145, out.-dez., 2018. p.928-945. Disponível em: [scielo.br/j/es/a/LF9R5KRdpmDkCSRvDjmWyfL/?format=pdf](https://scielo.br/j/es/a/LF9R5KRdpmDkCSRvDjmWyfL/?format=pdf). Acesso em 01 de agosto de 2025, às 15h14 min.

sociedade de classes. Outro ponto de discordância do movimento negro era a constatare e equivocada afirmação de que as reivindicações eram para agradar uma minoria, os negros.

A ANC acabou por restringir a temática racial a uma subcomissão, a Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, pessoas Deficientes e Minorias”, integrada a Comissão Temática “Da ordem Social”. Desde o início dos trabalhos, os problemas apareceram, o movimento negro logo pontual que a extensão da subcomissão com a amplitude de temáticas reunidas em uma única subcomissão restringiria a discussão da questão racial, ainda mais temas com especificidades tão distintas, o que se comprovou após dois únicos encontros formais. Além disso, a dificuldade da instalação da subcomissão se deu também pela ausência de quórum, o que reflete a pouca importância dada pela ANC ao tema.

Apesar das dificuldades constatadas, foi a partir dessa subcomissão que o movimento negro pôde desenhar suas propostas e acompanhar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e ter aprovado um anteprojeto de encontro ao que pensava o movimento negro, que entre outras coisas, versava ao que concerne a educação, a enfatizar a necessidade das escolas terem também como suas atribuições promoverem a valorização da diversidade cultural brasileira e o combate ao racismo e todas as demais formas de discriminação. Versava também sobre a obrigatoriedade do ensino de História das populações negras do Brasil e primordialmente argumentava sobre o currículo escolar, nos três níveis do sistema educacional brasileiro e indagava-se quais as formas de incluir o negro como sujeito na História do Brasil? De modo crítico e em contraponto à hegemonia eurocêntrica no que refere-se à formação da sociedade brasileira<sup>59</sup>.

Apesar da sugestão e do acolhimento de uma parte das demandas apresentadas, inclusive algumas delas citadas acima, ao que se refere ao currículo, a proposta de obrigatoriedade do estudo da cultura e da história africana nos três níveis de ensino, não passou na comissão temática da Ordem Social e, apenas foi reformulada como uma sinalização, uma sugestão do que poderia ser feito, uma vez que acreditavam que a demanda era muito específica e deveria ser tratada em leis ordinárias próprias. Assim nasceu o Art. 85, do anteprojeto da comissão – “O Poder Público reformulará, em todos os níveis, o ensino de história do Brasil, com o objetivo de contemplar com igualdade a contribuição das diferentes etnias para a formação multicultural e pluriétnica do povo brasileiro”<sup>60</sup>. Isso reforça como o

---

<sup>59</sup>GOMES, 2018. p.932-936.

<sup>60</sup> BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. VII Comissão da ordem social: anteprojeto da comissão. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1987.

tema foi tratado de maneira genérica e de pouco interesse por parte dos legisladores, membros da comissão.

No entanto, apesar das manobras e dos impedimentos que não permitiram a inclusão de ações pontuais, a CF foi o documento mais progressista, principalmente ao que tange os direitos da população negra e isso não era visto desde a Lei Afonso Arinos, de 1951. As leis complementares que sucederam, retomaram a discussão e a possibilidade das reivindicações levantadas pelo movimento negro anteriormente serem cumpridas, especialmente orientadas ao currículo escolar e a educação básica brasileira.

Em 1996, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), o termo Pluralidade Cultural nasce como um tema transversal a ser abordado em todo o Ensino Fundamental, com o objetivo de analisar a pluralidade da sociedade brasileira a partir do Multiculturalismo, que possibilitou reconhecer a diversidade como parte da identidade nacional, como marca da vida social brasileira e como reação contra a ideologia de *assimilação*, da imagem do *brasileiro cordial* e do mito da *democracia racial*, que tratam todos como iguais e ignora deliberadamente as diferenças, ambos compartilhados desde o século XIX, por autores como Monteiro Lobato, na obra *Negrinha* (1920)<sup>61</sup>, Fernando de Azevedo, com *A Cultura Brasileira* (1943)<sup>62</sup> e Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (1963)<sup>63</sup>.

Em 17 de junho de 2004, a partir da Lei 10.639/2003, foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. A partir desses dois documentos norteadores, ficou clara que a responsabilidade pela mediação do conhecimento sobre o tema seria responsabilidade do campo disciplinar de História, que passa a discutir e promover maior alcance das demandas do movimento negro, trazidos para dentro da sala de aula.

É fato que toda essa movimentação em torno do assunto é fruto dos movimentos sociais que fazem e sempre fizeram o enfrentamento e promoveram a emancipação e superação das desigualdades sociorraciais. Segundo Nina Lemos, “os movimentos sociais cumprem uma importante tarefa não só de denúncia e reinterpretação da realidade social e racial brasileira como, também, de reeducação da população, dos meios políticos e

---

<sup>61</sup> [Negrinha: mais que um conto, uma reflexão antirracista - Monteiro Lobato](#). Acesso em 15 de outubro de 2025, às 10h39min.

<sup>62</sup> AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. São Paulo: CIA. Editora Melhoramentos/Editora da Universidade de São Paulo. 1971. A obra publicada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), em 1943, “defendia a ideia da unidade através das forças culturais assimiladas entre si.” (AZEVEDO, 1971, p.698).

<sup>63</sup> SILVA, 2011, p. 26-28.

acadêmicos.”<sup>64</sup> ou como o próprio prefaciador da obra da mesma autora, *O movimento negro educador* (2017), Boaventura de Souza Santos, “uma das valências mais preciosas dos movimentos sociais e suas lutas é o de transformar o próprio conhecimento convencional construído a respeito deles. Isso é possível porque os movimentos têm um valor epistemológico intrínseco, são produtores de um tipo específico de conhecimento, o conhecimento nascido na luta.”<sup>65</sup>

Outro ponto importante, no que tange o currículo escolar e que merece atenção é a compreensão de que os instrumentos legais de que se valem estados e nações, alguns deles falamos há pouco, são projetos políticos nacionais e sempre foram elaborados pelo aparelho estatal, com ou sem participação popular e, em regimes autoritários detinham o controle, especialmente sobre o ensino de História, como uma questão estratégica para os governantes. Não é à toa que “todo currículo é político. Como prática de representação e poder” impacta na vida social, (Bill Green, 2017. apud: Realejo et al, 2021, p.3) ou mesmo naquilo que Gabriel e Costa (2011) chamaram de “disputas pelo estabelecimento da verdade”, na construção de narrativas e discursos que lhes favoreçam ou maquiem ações que não seriam de outro modo conhecidas, como a desigualdade social, o racismo, perseguições políticas, a pobreza, a crueldade do sistema capitalista, por exemplo. Vejamos:

o currículo pressupõe processos de constituição de hegemonias, que ocorrem no âmbito da produção, distribuição e consumo do conhecimento histórico escolar em meio a um sistema de diferenças, no qual são travadas diversas disputas pelo estabelecimento da verdade e pelo estabelecimento daquilo que deve ser ensinado nas escolas. (Gabriel; Costa, 2011, 127-146. apud: Realejo et al, 2021, p.4)

No século XIX, a área passou a ser de preocupação e não à toa, o primeiro colégio instalado no Brasil, o Pedro II, no Rio de Janeiro, possuía uma cadeira catedrática de Ensino de História. As evidências desse período apontam para o predomínio de narrativas que abordavam o Brasil gestado no vínculo com a Europa, uma relação de dependência das letras e do passado, retrocedem-se 400 anos de história europeia e 20 anos da brasileira, conforme a obra *Compêndio de História do Brasil*, de Abreu e Lima adotado como manual do secundário a compor a grade curricular do Pedro II, entre 1850 a 1862.

Posteriormente, a influência no ensino de História do Brasil, passou a ser realizada por autores como Joaquim Manoel de Macedo Francisco Adolfo Varnhagen, Antônio Álvares

---

<sup>64</sup> GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 39 – 62. p.39. Disponível em: vol2antirac.pdf\_- \_Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Relaes-R.pdf

<sup>65</sup> GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 154 p. p.9.

Pereira Coruja, ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e que produziam manuais didáticos, adotados pelos colégios brasileiros, num tamanho mais extenso. O tipo de conhecimento transmitido variava, alguns contavam sobre a história do país a partir da colonização, outros preferiam retomar ao período anterior à “descoberta”.

Já no século XX, grande parte dos manuais foi reduzida, logo no início do século e enquanto ao conteúdo, eles se tornaram mais interessados em falar de questões sociais, como a escravidão africana e o genocídio indígena, mas, ainda assim reforçava estereótipos e visões equivocadas. “Se décadas anteriores eles estavam à margem da história, sendo o orgulho histórico a atuação dos europeus, agora apareciam nesse outro contexto como úteis e dando sua contribuição ao desenvolvimento da nação. Ainda não emergiam como protagonistas. Mas, alguns de seus elementos culturais eram eleitos como heranças a serem valorizadas.”<sup>66</sup>

A partir da década de 1930, enormes reformas foram realizadas, principalmente afetando o ensino de História como é o caso da Reforma Capanema (1942), que instituiu as disciplinas de História Geral e História do Brasil, no Ginásio; entre 1950 e 1960 ocorreu a criação de uma nova disciplina, a disciplina de História da América; na década de 1970, a partir da Lei 5.682/71, a disciplina de História foi substituída por Estudos Sociais, para os estudantes do II Grau e permaneceu a mesma para os anos finais do I Grau. Na década de 1980, com o fim da Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) a disciplina retornou à grade de todas as turmas.

Essas transformações, acumuladas ao longo dos anos, dão conta de explicar parcialmente, a defasagem educacional e demonstram como o país enfrentou regimes que pensaram a educação e o campo de história como uma arma ideológica para legitimar o poder de governantes e convencer a nação de que vivíamos em uma democracia.

Em 2015, a fim de eliminar as distâncias e disparidades no ensino nacional que até aquele momento era construído pelos próprios estados, o que gerava enormes abismos educacionais entre as regiões do Brasil. O Ministério da Educação estabeleceu, em diálogo com a comunidade um documento curricular para toda a Educação Básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que veio corrigir esses erros e promover uma padronização do que deveria ser ensinado nas escolas, os estados e municípios. Estes, por sua vez, deveriam basear os seus próprios currículos a partir dessa base, levando em conta as suas próprias especificidades, porém, sem ignorar ou desqualificar a base de conhecimento

---

<sup>66</sup>FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Ensino de História e seus conteúdos. ESTUDOS AVANÇADOS 32 (93), 2018. p.164.

nacional de que todos deveriam compartilhar, conectando-se ao que estava previsto no Plano Nacional da Educação (PNE, 2014).

A primeira edição da BNCC, foi elaborada em 2015, tendo imenso debate da comunidade disciplinar, onde se pensava quais os conhecimentos deveriam constar no currículo e demonstrava ser uma versão que rompia com a História tradicional e o eurocentrismo. No entanto, a comissão encarregada de discutir foi dissolvida, formando uma nova equipe e conseqüentemente uma segunda edição, esta ficou a cargo de representantes de uma única universidade brasileira, predominantemente. Essa versão foi apresentada ao público em 2016 e logo recebeu duras críticas por ser muito conteudista e estabelecer uma história do país pelo viés eurocêntrico. Já, a terceira edição (2017, atual), para a disciplina de História, chegou ao público, com poucas alterações, no ano seguinte e tinha um perfil semelhante ao movimento dos reformistas da década de 1990, amparando o currículo por meio do conceito de competências.<sup>67</sup>

Assim, para os estudantes do Ensino Fundamental, as competências e habilidades foram pensadas para os Componentes Curriculares, cada qual com o seu conjunto. Mas, o Ensino Médio foi estruturado em Áreas do Conhecimento, as competências para a História passaram a ser integradas a Filosofia, Geografia e Sociologia, em que se,

propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. (Brasil, 2017, p. 561)

Dessa, forma, fica claro que a proposta procurou estabelecer uma relação de codependência entre os componentes curriculares e acelerou ou demonstrou uma maior necessidade de articulação entre eles, de modo a promover discussões que não se limitem a um único componente, e isso não quer dizer que estejamos realizando a defesa desse currículo como está, muito menos de que a nossa observação seja lida como uma verdade absoluta e que não cabe críticas. Jamais! Apenas destacamos que a aproximação maior das áreas, por meio de uma proposta única, orientada por uma lista de 6 competências, deverá

---

<sup>67</sup> RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. DOSSIÊ – Bases Nacionais e o Ensino de História: embates, desafios e possibilidades na/entre a Educação Básica e a formação de professores. Educar em Revista. Curitiba: v.37.e77056. 2021. 2-3. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/77056/44762>. Acesso em 15 de outubro de 2025, às 23h53min.

levar em conta os domínios próprios, as leis que as fazem serem as ciências que são. O olhar sociológico sobre um evento, não será o mesmo que de um historiador.

## 2.2 OS CEMITÉRIOS BRASILEIROS: DA MORTE ANUNCIADA A MORTE DOMADA.

O uso de cemitérios como um objeto de estudo, permite ressignificar aquele espaço para além do objetivo pelo qual foi concebido “recinto onde se enterram, e guardam os mortos”<sup>68</sup> ou “terreno destinado a sepultura dos cadáveres humanos”<sup>69</sup>. Permitindo compreender as mudanças ocorridas não apenas no que se refere ao local de sepultamento, mas também as práticas ligadas aos rituais fúnebres, isso quer dizer: a preparação dos corpos, o testamento, a extrema unção, o uso de mortalhas, o velar do corpo na própria residência e fora dela, etc.<sup>70</sup>

Até meados do século XIX, em pleno Segundo Reinado monárquico de Dom Pedro II, majoritariamente os protestantes eram sepultados no chamado Campo Santo (alguns deles já chamados de Cemitérios), devido a manifestação religiosa que professavam, eles não poderiam construir capelas, muito menos serem sepultados em instituições católicas (intramuros)<sup>71</sup>. Os católicos, em sua maioria, por sua vez, eram sepultados no corpo, parte interna da igreja, ou no adro, no entorno do templo religioso ou na sua proximidade.

Os sepultamentos correspondiam à hierarquia social das famílias, quanto mais próximo do altar, mais posses o sujeito devia ter e a crença cristã faziam-nos acreditar que mais facilmente alcançariam o céu. Por isso, majoritariamente aqueles sepultados no entorno das paróquias e das irmandades religiosas, pelo lado de fora, eram escravizados ou libertos, sem posse alguma e que recorriam a outros elementos, signos, a fim de terem a chance de ocuparem o céu, como era o caso do sepultamento utilizando-se a mortalha de São Francisco, conhecidíssimo por realizar visitas ao purgatório e recolher almas para o plano celeste.<sup>72</sup> O fenômeno dos cemitérios só se tornou popular entre os católicos, após as campanhas

---

<sup>68</sup> FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

<sup>69</sup> [Cemitério | Michaelis On-line](#) Acesso em 27 de janeiro de 2025, às 18h22min.

<sup>70</sup> RODRIGUES, Cláudia. Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997. 276 p. p.21-24. Disponível em: [Lugares\\_dos\\_mortos\\_na\\_cidade\\_dos\\_vivos\\_t.pdf](#). Acesso em: 18 de fevereiro de 2024, às 19h32 min.

<sup>71</sup> CASTRO, Elisiana. Trilha. Para cada morto, a sua cova: algumas restrições para o sepultamento de protestantes no Brasil, Século XIX. Revista Inter-Legere, [S. l.], v. 1, n. 12, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4199>. Acesso em 18 de fevereiro de 2024, às 18h44 min.

<sup>72</sup> REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (6ª reimpressão: 2012). 357 p.

higienistas, importadas da Europa, que procuravam conscientizar a população da possibilidade dos corpos transmitirem miasmas aos que exalavam a decomposição do corpo presente nas catacumbas, e a permanência de vivos no mesmo espaço poderia levar ao alastramento de doenças ou mesmo epidemias.

Portanto, o Governo Brasileiro encarregou-se de determinar a transferência dos sepultamentos e o afastamento das pessoas, dos sepultados. Para isso, foram construídos cemitérios a certa distância da cidade, a fim de afastar os mortos das igrejas, mas também das próprias cidades<sup>73</sup>. Com isso, os rituais relacionados à morte e o morrer receberam uma nova roupagem. Ou seja, a cultura da sociedade brasileira também mudou, acompanhando as transformações sociais em que mesclavam-se num mesmo espaço diferentes classes sociais, religiões, cores e etnias.

Ainda que haja uma série de pesquisas relacionadas à temática cemiterial, e uma maior preocupação na sua relação com as discussões no campo do patrimônio histórico material e muito pouco no imaterial. O patrimônio histórico cemiterial está longe de ser tratado com tamanha naturalidade, a ponto de se popularizar como um objeto de estudo na perspectiva da área de ensino de História.

Apesar da morte estar presente em nossas vidas, desde o início das sociedades. Ela foi tratada de diferentes maneiras ao longo da história, como as práticas de sepultamento realizadas em pirâmides a realzas egípcias, por volta de 3.500 a.C. Para Catroga:

o morrer, sendo intrínseco à vida, surge como o problema radical que, em vez de ser recalado, nos pode ensinar a compreender e, a saber, vivê-la. E, como da morte só poderemos reconhecer a sua semiótica, os discursos tanatológicos serão sempre uma fala de (e sobre) os vivos. Se toda esta fenomenologia tem uma via teórica privilegiada — a analítica existencial (Heidegger, Lévinas) —, não são de menor valor, porém, os caminhos abertos pela biologia, pela antropologia cultural, pela etnologia e pela história das mentalidades. (Catroga, 2010. p.165)

Nesse sentido, toda informação sobre a morte que dispomos nada mais são do que interpretações que fazemos a respeito da partida de alguém e dos signos que atribuímos a experiência dos vivos, de lidar com os sentimentos de perda, ausência e saudade.

O que Philippe Ariès, Michel Vovelle, Norbert Elias, Jacques Le Goff e Fustel de Coulanges, têm em comum é a preocupação em demonstrar em suas obras na história do cotidiano, os aspectos da morte, reconhecendo múltiplas realidades e experiências ainda pouco exploradas pela historiografia até a primeira metade do século XX. O tabu sobre essa temática era algo recorrente não apenas na sociedade, mas também na academia. Segundo a historiadora Maria Elizia Borges:

---

<sup>73</sup> RODRIGUES, 1997. p. 21-24.

coube aos historiadores da Nova História Francesa iniciar estudos neste espaço para compreender o significado das atitudes dos homens diante da morte (ARIÈS, 1977/1982; VOVELLE, 1987/1988). A partir da década de 1980 a historiografia brasileira também inicia seus estudos voltados para a História das Mentalidades. O livro *A Morte é uma festa* (1991), onde o historiador João José Reis pesquisa questões pertinentes aos conceitos de morte no século XIX e a instalação do Cemitério Campo Santo de Salvador (BA) é um dos principais exemplares dessa mudança de paradigma. (Borges, 2011, p.2)

As principais mudanças anunciadas sobre a morte nas sociedades, desde que este aspecto passou a ser considerado integrante como parte substancialmente imutável da humanidade, na Antiguidade, foram aquelas ocorridas por volta do século XII, durante a Idade Média, era o tempo da morte anunciada, sabia-se por signos naturais que a morte ocorreria e ela era alarmantemente determinada, ‘não tenho mais do que dois dias ou chegou a minha hora’ e que atravessou as idades e ainda pode ser encontrado em nossos dias, em sociedades industriais. Era mais do que uma ‘premonição sobrenatural ou mágica’, era algo muito simples, de estranho à maravilhoso, na ótica piedosa cristã, como afirmou Philippe Ariès.<sup>74</sup>

Era algo muito bem planejado, temia-se a morte sem aviso ou mesmo solitária, sem a presença de alguém a testemunhar, são práticas, gestos rituais, antigos costumes que atravessam épocas e lugares das mais diversas camadas sociais, como podemos ver em um episódio com a família Pouget, em 1874, a mãe de Pouget, adoentada de uma doença má, de nome colerine, dá instruções a seus familiares: “ide buscar o senhor cura, avisar-vos-ei quando for necessário”, e dois dias depois: “ide dizer ao senhor cura que venha dar-me a extrema-unção.” O que pode ser interpretado por Jean Guitton, que escreveu a respeito em 1941, como:

vemos como os Pouget nesses tempos idos (1874) passavam deste para o outro mundo, gente prática e simples, observadores dos signos e, antes de mais nada, de si mesmos. Não tinham pressa em morrer, mas quando viam chegar a hora, sem precipitação nem atraso, como devia ser, morriam cristãos.”! Mas outros indivíduos, não cristãos, morriam de modo igualmente simples. (Ariès, 2012, p. 36)

Somava-se a essas práticas aquelas em que jazendo o corpo do enfermo em seu leito, a morte era uma cerimônia pública em que participavam as crianças também. O próprio Ariès, explícita em maior medida esse aspecto que, “levavam-se as crianças - não há representação de um quarto de moribundo até o século XVIII sem algumas crianças. E quando se pensa nos cuidados tomados hoje em dia para afastar as crianças das coisas da morte!”<sup>75</sup> Sendo a morte uma cerimônia pública organizada, assistida por familiares, amigos e

<sup>74</sup> ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Tradução: Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Saraiva de Bolso). 2012. p.33-34.

<sup>75</sup> ARIÈS, 2012. p. 39.

vizinhos. O próprio moribundo se encarregava de organizá-la, conhecendo todo o seu protocolo, ‘na maior simplicidade possível, mas sem caráter dramático ou gestos de emoções excessivas.’

As mudanças na tradição serão percebidas mais densamente a partir do final do século XVIII. Mas, isso não quer dizer que, ao longo de toda história da humanidade, não tenha havido continuidades ou rupturas nas práticas pertinentes ao morrer. A antiga atitude era de ao mesmo tempo haver a familiaridade e proximidade com a morte, por um lado e atenuada e indiferente por outro, era uma ‘morte domada’. Já a nossa morte, ela é vista como aquela que amedronta a ponto de não dizermos o seu nome, numa contradição de um mundo que experimenta ao mesmo tempo, a contragosto, ela, presente em filmes, séries, no meio jornalístico e midiático dos telejornais.

Na Antiguidade, apesar da familiaridade, os antigos temiam a proximidade dos mortos e os mantinham a certa distância. Honravam as sepulturas, mas queriam-os longe. Em Roma, encontramos documentos que atestam isto, a Lei das Doze Tábuas proibia o enterro ‘in urbe’, isto é, no interior da cidade. Também por essa razão, os sepultamentos eram reservados a cemitérios fora das cidades, à beira de estradas, como a Via Appia, em Roma, e os Alyscamps, em Arles, na França. Essa tradição já era uma prática presente dentre os mártires do cristianismo, enterrados em seus locais de ‘sacrifício’ e por veneração desses locais, atraíam-se sepulturas de pessoas comuns, feitas nas proximidades ao do morto cristão. Por último, nestes locais foram erguidas basílicas. Maxime de Turim, autor do século V, justifica que “cuidarão de nós, enquanto vivermos com nossos corpos, e se encarregarão de nós quando tivermos deixado nossos corpos.”<sup>76</sup>

A modernidade inaugurada no contato ambicionista de sociedades mercantilistas ibéricas (Espanha e Portugal), no século XV, possibilitaram os avanços positivos, por vezes, pelo aspecto das ciências, da urbanização, do comércio e negativos, por outro lado, em razão do extermínio de culturas e, posteriormente, a industrialização, na contemporaneidade e o estabelecimento do capitalismo como sistema econômico universal, levaram em maior ou menor grau a interferência nas práticas sociais que conhecemos sobre a morte, antes, em grande medida, administradas pela religiosidade.

A estes fatores, o sociólogo alemão Norbert Elias atribuiu o silenciamento de aspectos naturais e biológicos da velhice e da morte. O isolamento dos velhos e moribundos da comunidade dos vivos, o esfriamento das relações sociais e familiares, a separação das

---

<sup>76</sup> ARIÈS, 2012. p. 41-42.

pessoas em geral, que dava sentido e segurança. Isso tudo é testemunho cabível das dificuldades que muitos têm em identificar-se com os velhos e moribundos.

Elias ainda afirma que, “a grande contradição de nossa época é, a morte tornou-se mais asséptica, mas a solidão dos moribundos aumentou. Os vivos não conseguem demonstrar-lhes afeto justamente quando este se faz mais necessário. Da mesma forma, nas sociedades avançadas, na atualidade, é comum nos defrontarmos com posições em que assumimos uma imortalidade inabalável, como se “os outros morrem, eu não.”<sup>77</sup>

Embora, nunca antes se soube tanto sobre a morte e a vida, quanto sabemos hoje. Nunca essa experiência foi tão segregadora para aqueles que se encontram em situações de doença, velhice e morte. A técnica foi sequestrada pela higiene, pela psicologia, pela busca por uma experimentação controlada, mais regrada do fim da vida. Antes, mesmo que precários, o acesso a cuidados básicos, os mortos despediam-se dos seus entes cercados por eles, agora o que cabe é um isolamento crescente. Não suportamos a dor, o sofrimento e a morte. Assim, desaprendemos a conviver com o fim da vida.<sup>78</sup>

Recorremos novamente a Philippe Ariès para nos explicar, o que fez mudar? Essa aceleração crescente na forma da morte ser recebida se deu pelo “deslocamento do lugar da morte. Já não se morre em casa, em meio aos seus, mas sim no hospital, sozinho. Morre-se no hospital porque este tornou-se o local onde se prestam os cuidados que já não se podem prestar em casa.”<sup>79</sup>

Com o crescimento massivo das cidades, os antigos bairros suburbanos ou interioranos em que se localizavam os cemitérios, foram engolidos e ocupados por cada vez mais pessoas e estabelecimentos comerciais, numa tendência no mínimo estranha, para não dizer contraditória. Para a historiadora Elisiana Trilha Castro, uma das alternativas adotadas, principalmente por cidades em que a densidade demográfica é altíssima, foi “camuflar tal equipamento no meio citadino, com projetos de cemitérios jardins ou verticais”<sup>80</sup>.

Castro (2008), citando Rossi (1998) ao elaborar sua reflexão sobre o que é a cidade contemporânea afirma:

a cidade é hoje um organismo sem vida, que faz o cidadão perder todas suas referências em um lugar homogêneo sem seus elementos urbanos heterogêneos, sem elementos que possibilitem relações de identidade e integração. Visões que indicam

<sup>77</sup> ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos: seguido de envelhecer e morrer*. Tradução de: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. 2001. 112p. p.97-98.

<sup>78</sup> ELIAS, 2001. p. 100-102.

<sup>79</sup> ARIÈS, 2012. p.85-86.

<sup>80</sup> CASTRO, Elisiana Trilha. *Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação - Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis. 2008. p.1.

a mutabilidade e a heterogeneidade das cidades contemporâneas, contudo as cidades, seus espaços e elementos, mesmo diante da fragmentação e das mutações, podem ser alvos de ações, como as de preservação de patrimônio cultural, que buscam aproximar e reunir valores e singularidades. (Castro, 2008, p.12)

Essa aproximação, pode ser entendida como um mecanismo de salvaguarda não apenas de um bem imóvel, um patrimônio cultural, mas da história dos agentes históricos que representa, seja qual for o espaço adotado.

Mas, por que não o tornar uma ferramenta didática no ensino de história? O estudante, por vezes, encontra-se confuso da sua identidade racial, por desconhecimento ou desinformação e pela imagem negativa que é veiculada nas mídias sociais de massa. Ele está distante da história teórica que estuda nos livros didáticos, dos fatos que se passaram há décadas e não encontra relação entre o presente e o passado, pois ele não está nele ou os seus pares, as suas figuras simbólicas parecem não ter validade histórica. Mesmo que tais competências deveriam ser responsabilidade das famílias, e a escola apenas viria a lapidá-las, o que encontramos, na realidade, são inúmeros jovens desconectados e desencorajados a estudar história e a conhecer suas próprias histórias.

Esta estratégia de aproximação com o espaço cemiterial seria capaz de promover uma maior conexão entre os jovens e suas histórias? Por meio do cemitério, podemos estudar genealogia e descobrir informações de nossos antepassados que, frequentemente, não são ou não podem ser encontradas em outros lugares. Essa abordagem torna-se ainda mais relevante quando consideramos os africanos e afrobrasileiros, cujos registros documentais são escassos. Como afirmou Gomes,

[...] um dos caminhos para a ampliação do estudo da questão racial no campo da educação, na tentativa de compreender a sua relação com o universo simbólico, pode ser a construção de um olhar mais alargado sobre a educação como processo de humanização, que inclua e incorpore os processos educativos não-escolares. (Gomes, 2002, p. 40).

Esse processo educativo não formal que aponte para as possibilidades do fazer histórico engajado com o aproveitamento de recursos físicos, do espaço social urbano e rural da realidade do estudante e do universo de representações que possam ser construídas em favor do pertencimento e da desconstrução de conhecimentos prévios, negativos, que tenham sido elaborados e repetidos ao passar dos anos.

### 2.3 A IDENTIDADE, O PERTENCIMENTO E O LUGAR.

O papel da educação, em vista disso, é também na “formação da identidade do adolescente, na possibilidade de criar e partilhar experiências significativas no espaço escolar, no desenvolvimento de valores e reafirmação de crenças, bem como na formação de um futuro adulto centrado na sua condição humana”.<sup>81</sup>

Assim, resgatar o interesse do educando pelo ensino de história, a partir de uma metodologia de aprendizagem significativa, uma ferramenta pedagógica não muito convencional, uma história prática, ou seja, partir da experiência do estudante, pois, é muito provável que, nessa etapa escolar, no Ensino Médio, os estudantes já tenham se defrontado com as questões do luto e a morte. Pois, saímos do século XIX com o interdito da morte, sendo banido da comunicação entre as pessoas, para o século XXI, cada vez ela é mais próxima da gente, principalmente em razão do desenvolvimento e aprimoramento das telecomunicações que diariamente bombardeiam a sociedade com cenas de morte, violência, de acidentes, de doenças, sem a mínima possibilidade de elaboração, dado o ritmo propositalmente acelerado dos veículos de comunicação. E, parece que, “quanto mais se nega a morte, mais esta parece fazer-se presente através da violência urbana, do crescimento do número de pessoas portadoras do HIV, do suicídio, das guerras”<sup>82</sup>.

O estudo de trajetórias de pessoas em que o estudante possa se localizar, encontrar relação, proximidade temporal e espacial e, principalmente racial, lhe poupará da mera memorização de conteúdos que não encontra sentido prático. Por conseguinte, do insuficiente rendimento escolar e do desconhecimento de sua própria história. Pois,

a rejeição de muitos alunos em estudar história pode não ser somente uma displicência com os estudos ou uma falta de habilidade com essa matéria, mas um confronto de concepções muito distintas sobre o tempo, que não encontram nenhum ponto de contato com o tempo histórico tal como aparece na narrativa de caráter quase biográfico das nações ou da humanidade. (Cerri, 2011, p.17)

Além disso, levando em conta as disparidades geracionais, estamos vivendo uma realidade nunca antes vista, uma sociedade que precisa se adaptar e enquadrar o sistema educacional a uma dinâmica didática que leve em conta as tecnologias e os jovens da atualidade. Há uma real necessidade de criar estratégias para aliar o “mundo real” ao mundo virtual, utilizando de ferramentas como a de um *Qr Code* em espaços patrimoniais ou

---

<sup>81</sup> RIGO, Kate Fabiani. Morte e Cemitério no Espaço Escolar? Revista Científica CENSUPEG, no. 3, 2014, p. 134-139. ISSN 2318-1044. p.135. Disponível: [Artigo\\_Censupeg-libre.pdf](http://Artigo_Censupeg-libre.pdf) (d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net). Acesso em 18 de fevereiro de 2024, às 20h46.

<sup>82</sup> KOVÁCS, Maria Júlia. Educação para a morte. Temas e reflexões. São Paulo: Casa do Psicólogo: Fapesp, 2003. p.486-487.

culturais, nesse caso cemiteriais, que trazem explicações e informações relevantes sobre pessoas e locais e, principalmente, dar sentido às experiências das identidades que podem estar em conflito pela negação de si ou mesmo pelas perspectivas negativas que são construídas e atribuídas especialmente às pessoas negras, dentro e fora dos muros escolares.

Isso quer dizer que, provavelmente, o espaço escolar será o responsável por lidar com as demandas de todo o século XXI, principalmente como um espaço de contradições, onde reforçam-se estereótipos, de um lado e, por outro, quebram-se preconceitos e transformam a realidade estudantil, influenciando na construção de referências que lhes serão úteis ao longo da vida adulta, quando se defrontar com a diversidade encontrada no Brasil.

Para Tomaz Tadeu da Silva (2005) e Stuart Hall (2006) a identidade nasce da diferença, isso quer dizer que “eu sou”, o que “o outro” não é. A humanidade e as civilizações desde Antiguidade constituem-se de diferenças que ora as aproximam, ora as distanciam.

Identidade e diferença são palavras inseparáveis, que se alimentam e retroalimentam. As características compartilhadas por um grupo, como nacionalidade ou aquelas individuais, como gênero, classe e raça colaboram na construção da cultura que unifica povos em torno de um país, estado, cidade ou bairro. Embora, para Hall, a unificação de Estados Nacionais, numa cultura nacional, “nunca foi um ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela também é uma estrutura de poder cultural”, na qual, “a maioria das nações [...] foram unificadas por um longo processo de conquista violenta - isto é, pela supressão forçada da diferença cultural.”<sup>83</sup>

Simbolicamente a identidade de um povo é construída a partir da representação feita dele que o diferencia do outro. “Os usos sociais das representações são, assim, a condição e a expressão do ‘processo de civilização’ (Norbert Elias) e como ressalta Pierre Bourdieu, ‘a *representação* que os indivíduos e os grupos exibem inevitavelmente por meio de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social. Uma classe é definida tanto por seu *ser-percebido*, quanto por seu *ser*, por seu consumo”<sup>84</sup>. Atualmente, com as fronteiras menos definidas, as identidades podem sofrer modificações estruturais que com o tempo podem se tornar permanentes, numa ocorrência chamada crise de identidade, “essa crise que produz não uma única, mas várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não

---

<sup>83</sup> HALL, Stuart. As culturas nacionais como comunidades imaginadas. In: A identidade cultural na pós-modernidade. 11 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006. p. 59 e SILVA, Tomáz Tadeu da. Documentos e Identidades: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 156p. p.85.

<sup>84</sup> GUIMARÃES, Valéria dos Santos. Entrevista com Roger Chartier- representações das práticas, práticas da representação. História (São Paulo), v.40, e2021065, 2021. p.11. Disponível em: [Revista História \(São Paulo\), 2021 \(scielo.br\)](https://doi.org/10.12957/hist.2021.065) Acesso em 02 de setembro de 2024, às 10h45min.

resolvidas. [...] O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.”<sup>85</sup>

A identidade, nesse sentido, é negociada ao longo da vida por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Pois, nenhuma identidade é construída no isolamento. Nem a pessoal, tão pouco a social. A identidade negra, assim, “implica na construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/ racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela a nossa própria identidade.”<sup>86</sup> Num complexo jogo de alteridade, de semelhanças e diferenças, a identidade negra é construída. Mas não tão somente como oposição ao branco, e sim pelas negociações estabelecidas, pelo conflito e pelo diálogo, por meio da aproximação e do distanciamento entre eles e, é a diferença que contorna a nossa identidade.

Quando abordamos a identidade de um povo, estamos evocando sentidos sobre o espaço, e quando falamos de espaço, estamos nos armando do Lugar e do Local - os dois termos constituem-se por portarem significados próprios, embora pareçam similares. Pegamos eles por empréstimo da Geografia e de outras ciências humanas, para o nosso campo de conhecimento e empregamos na análise daquilo que se propomos chamar de História Local, desde a década de 1950.

A reformulação mais distante que encontramos na historiografia sobre as redefinições dos termos citados anteriormente na Geografia, surgem na década de 1960, segundo José D’Assunção Barros, “lugar”, era um conceito que frequentemente vinha sendo empregado de maneira acrítica, mas, com o tempo passou a perder a conotação exclusivamente de localidade, e foi dotado de uma análise que compreendeu: “o seu lado de dentro e o seu lado de fora (o seu entorno). A relação deste lado de dentro (ou deste sítio) com o entorno ou com realidades mais distantes”, nos fez querer saber também sobre “a experiência humana que no interior desta relação se estabelece, os modos de ver o mundo que afloram quando se está em um lugar e não em outro, os mecanismos de identidade que se impõem de dentro de um lugar ou contra este mesmo lugar.”<sup>87</sup>

Lugar é um espaço e assim sendo, é aquele que possui regras próprias de organização, seus próprios sentidos, em que adquire visibilidade para alguém por algum motivo, como se todos os lugares fossem “pequenos mundos”. Nessa relação, como definiu o geógrafo

---

<sup>85</sup> HALL, 2006. p.12.

<sup>86</sup> GOMES, 2002. p. 39.

<sup>87</sup> BARROS, José D’ Assunção. História Local e História Regional. A historiografia do pequeno espaço. Revista Tamoios, v. 18, n. 2, 21 jul. 2022. p. 23-24.

sino-americano Yi-Fu Tuan, “lugar é uma entidade única, um conjunto especial que tem história e significado, [...] uma realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado.” Envolve inseparavelmente duas palavras “identidade”, e “estabilidade”, “assegurada por um forte sentimento de pertença e pela permanência objetiva do lugar no espaço e através do tempo – produzindo nas pessoas sensações diversas de apego ao ambiente construído ou natural.”<sup>88</sup>

Nesse sentido, os estudos de história, o interesse, a curiosidade, nascem de problemas, perguntas que procuramos responder, e quando esse problema envolve uma localidade, essa história será uma história local no momento em que o “local” torna-se central para a análise, [...] implica aqui uma referência a uma cultura ou política local, a uma singularidade regional, a uma prática que só se encontra aqui ou que aqui adquire conotações especiais a serem examinadas em primeiro plano. Isso não impede que essa história local se conecte a uma totalidade, a um fato ou prática que seja comum e possa ser visto em outras regiões, países, estados, bairros ou vizinhanças, pois, a proposta não é fazer uma “história em migalhas”, como pontuou François Dosse, “a região torna-se caminho – e não obstáculo – para se entender uma totalidade que a inclui. De igual maneira, um estudo regional como este pode ser útil para retornar a essa totalidade, agora de uma outra forma, e confrontar generalizações redutoras e abusivas ao mostrar uma diversificação de casos que frequentemente é encoberta pelos modelos generalistas,”<sup>89</sup>

Isto quer dizer que, definições hegemônicas, historicamente compartilhadas e reforçadas por uma série de ações como a produção historiográfica, agora podem ser confrontadas.

E quais os limites, as fronteiras, as demarcações da História Local? Quando ela deixa de ser local e passa a ser global? Essas são algumas questões importantes que merecem atenção, principalmente para o entendimento de uma outra questão, “local” seria mobilizado como um objeto de análise ou um conceito? A resposta encontra-se na própria definição do que é local e o que não é. A “dimensão do local” permite ampliar e compreender a relação entre espaço e ação, ou pensar e problematizar o espaço como lugar de ação, o que coloca, por conseguinte, a relação sujeito/espaço no centro das discussões. Nesse sentido, o “local”

---

<sup>88</sup> BARROS, 2022. p.25.

<sup>89</sup> BARROS, 2022. p. 27.

seria um recorte eleito por aquele que desejasse refletir sobre as experiências dos sujeitos em espaços sociais delimitados.”<sup>90</sup>

Além disso, o seu uso, na atualidade, vem ocupando muito espaço nas discussões levantadas pela área de ensino de história, em que a preocupação está em “compreender o entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência - escola, casa, comunidade, trabalho e lazer”, mas não sem dissociar a produção do conhecimento distanciando-se da história feita pelos “grandes nomes”, aquela do discurso dominante. Assim, “não se limitando a reproduzir, em dimensões micro, o estudo da vida e das atividades de prefeitos e demais autoridades de determinado lugar, por exemplo. Para evitar essas armadilhas, ‘é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas...’”<sup>91</sup>

## 2.4 O PATRIMÔNIO CULTURAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SALVAGUARDA.

A identidade de um povo é reconhecida através das manifestações culturais expressa no tempo e no espaço compartilhado. Podemos citar a arquitetura, fator fundamental para a valorização do passado e referência para o futuro.

A preservação do patrimônio é parte fundamental de uma política pública de respeito à cidade, à memória e à história de seus ocupantes. É parte de um desejo de pertencimento e de autoconhecimento. “O valor cultural das edificações, da gastronomia e dos atrativos naturais articula imagetivamente os sentidos de uma memória coletiva supostamente compartilhada no presente que teria sido preservada graças à ambiência [...] dos sujeitos nela inseridos”<sup>92</sup>, numa proposta de “perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas”, como se do passado tivéssemos esses correspondentes que nos conectam. Para Jacques Le Goff, “quando alguns países conseguem uma relativa independência, o confronto entre o antigo e o moderno deságua sempre na busca de uma identidade, de um suporte para a construção de uma memória nacional.”<sup>93</sup>

---

<sup>90</sup> GONÇALVES, Márcia de A. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Org.). Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 275.

<sup>91</sup> GONÇALVES, 2007. p.277.

<sup>92</sup> GREIN, Gustavo.; COELHO, Ilanil. Patrimônio e identificações culturais: consumos contemporâneos. In: II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2013, Belo Horizonte. Anais do II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2013. p.7.

<sup>93</sup> LE GOFF, Jacques. História e Memória. São Paulo: UNICAMP, 1992.p.196. apud: MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado. Rio de Janeiro: Lucerna, FAPERJ, 2002. 296p. p.15.

No período do Estado Novo (1937-1945) muitas políticas culturais foram criadas nos seus diferentes âmbitos. O Decreto de Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937 forneceu suporte legal para a implantação e a organização das políticas de patrimônio cultural na sociedade brasileira, criando nesse aparato legal o órgão de preservação chamado Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>94</sup> e o seu conselho consultivo. As legislações estaduais e municipais foram criadas à luz do decreto-lei federal. Era uma medida, de contraponto do movimento modernista arquitetônico à preservação de sítios arqueológicos coloniais de imigração europeia, privilegiando em sua maioria o que remetesse ao barroco. Ao mesmo tempo, remetendo ao século XIX e à brasilidade.<sup>95</sup>

Em Santa Catarina foi criada tardiamente a Lei Estadual n. 5846, de 22 de Dezembro de 1980, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do Estado, e, em Guaramirim, foram instituídas as leis: Lei Municipal n. 1009, de 29 abril de 1986, que cria incentivos construtivos para a preservação de imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico; e a Lei Municipal n. 1032, de 27 de junho de 1986 cuja finalidade é a isenção fiscal às edificações em estilo enxaimel, existentes no perímetro urbano. Posteriormente ainda, neste arcabouço de transformações promovidas, na tentativa de acompanhar a sociedade que se desenvolvia, foi criada a Fundação Cultural de Guaramirim, através da Lei Municipal n. 1295, de 30 de maio de 1989 e o seu estatuto através da Lei Municipal n. 1301, de mesmo ano, entre os seus objetivos, o inciso *F* determina a instituição e a regulamentação de tombamentos artísticos, culturais, históricos e paisagísticos do município de Guaramirim<sup>96</sup>.

O Jornal centenário Correio do Povo, de Jaraguá do Sul, em abril de 1989 noticiava a ideia de Guaramirim criar a sua Fundação Cultural, conforme trecho abaixo.

---

<sup>94</sup> Nome alterado para IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1946, através da Lei n. 8.534, de 02 de janeiro.

<sup>95</sup> SOUZA, Giane Maria de; ABRANTES, Cristiano Viana; ROTHERT, Dietlinde Clara. Tombamentos, processos, disputas e tensões nas histórias do patrimônio cultural de Joinville: outras questões para o debate público. FRONTEIRAS: REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA, v. 32, 2018. 71-91 p.

<sup>96</sup><https://leismunicipais.com.br/a/sc/g/guaramirim/lei-ordinaria/1989/130/1295/lei-ordinaria-n-1295-1989-cria-fundacao-cultural-de-guaramirim?q=funda%E7%E3o%20cultural> Acesso em 19 de fevereiro de 2019, às 13h39min.

**Figura 4** – Guaramirim vai criar a Fundação Cultural. Jornal Correio do Povo, Jaraguá do Sul/SC, abril de 1989.



Acervo: Arquivo Histórico de Guaramirim Pastor Wilhelm Gottfried Lange.

Essas etapas apresentadas acima se tomadas desorganizadas não nos dizem muito, mas ao reunirmos todas essas peças do quebra cabeça podemos perceber a preocupação que a cidade teve em se preparar para o crescimento urbano, assim procurou planejar uma salvaguarda do seu patrimônio cultural, mesmo que esse se relacionava a população de origem europeia.

No entanto, infelizmente, passados mais de 30 anos, o planejamento realizado, não saiu do aspecto teórico para o prático e a realidade apresentada pelo município é a mesma de milhares deles espalhados pelo Brasil, não há uma efetiva preocupação de salvaguarda do patrimônio cultural da cidade e, todas as vezes em que tivemos a oportunidade de fazê-la, fomos interpelados, não ouvidos e considerados irrelevantes.<sup>97</sup>

Uma das principais formas de salvaguarda de um patrimônio cultural, de acordo com o IPHAN, é o tombamento, cujo objetivo é garantir a integridade, não só física, mas das operações intangíveis, da memória, de seus atores sociais. Reconhecendo e estimulando a proteção de bens possuidores de valor histórico e cultural. Neste sentido, bens que possuam relevância a uma sociedade podem ser tombados, visto, a necessidade de compartilhamento das experiências intrínsecas aos espaços e indivíduos.

Em contrapartida ao tombamento de espaços e imóveis históricos, o Poder Público pode implementar algumas políticas para a valorização desses patrimônios e melhor

<sup>97</sup> O projeto de Lei N. 100/2018, de autoria da mestrandia que vos fala, visava a proteção do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, natural e cultural da cidade de Guaramirim, criando o conselho e o fundo de proteção do patrimônio. Foi enviado à casa legislativa no mesmo ano, pelo executivo municipal. No entanto, o projeto não foi colocado na pauta do dia e encontra-se engavetado até os dias atuais.

acolhimento da ideia por parte dos proprietários, como garantir a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e, em casos do meio rural, o ITR. Instituir junto aos carnês de IPTU do contribuinte, um boleto livre para contribuição de qualquer valor, a ser destinado ao Fundo Municipal de Cultura, utilizado para a manutenção e revitalização de imóveis e espaços tombados. Promover rotas turísticas com a oferta de produtos artesanais locais e serviços de ruralidade, como passeios de tratores e tobatas, além do incremento de acolhidas na colônia, preparação de cafés coloniais, venda de bibelôs e cartões postais e da musealização do espaço com peças e adornos do cotidiano. Ainda, poderá estar à disposição do proprietário a assessoria técnica pelo Estado e o IPHAN, assim mantendo a integridade das construções.

Dessa forma, a fabricação, comercialização e difusão desses produtos artesanais e serviços contribui para o turismo e automaticamente gera renda e emprego para diversas famílias. Tais produtos adquirem status “cultural” na medida em que são relacionados a uma identidade étnica, acionada por sentidos históricos que a singularizam no contexto local”.<sup>98</sup>

Algumas dessas atividades já podem ser percebidas nos roteiros turísticos da região, a Estrada Bonita, no distrito de Pirabeiraba, em Joinville/SC; o projeto em planejamento, Acolhida na colônia, do Rio da Luz, em Jaraguá do Sul/SC, é outro exemplo. Cada um desses roteiros possui singularidades, características próprias de seus produtos e serviços, motivados pelo processo imigratório no passado e efetivado por diferentes nacionalidades que compõem a região. Mas, claramente demonstram o predomínio de narrativas colonialistas europeias.

Uma vez tombado, os bens não podem passar por reformas sem que haja o aval do Setor de Patrimônio, do Conselho e do Poder Público Municipal.

Esse diálogo de patrimonialização deve ter início e contar com o apoio da comunidade e impreterivelmente de órgãos e representantes do Poder Público. Os projetos que em si parecem distintos de nossa realidade, são sugestões que, na prática efetivamente tornariam-se viáveis à medida que os proprietários de seus bens em contrapartida estariam recebendo auxílio e, em alguns casos valorizando suas atividades agrícolas e artesanais, além do conhecimento e reconhecimento da historicidade de seus bens. Assim sendo, livrando-o de mal entendimentos quanto à finalidade da ação e propriedade de seu bem que continua sim sendo seu, o que muda são as atitudes antes vistas da ótica particular, tomado agora do reconhecimento e compartilhamento da unidade por toda uma comunidade que partilha daquela experiência.

---

<sup>98</sup> GREIN, 2013, p.7.

Mas, no entanto, não esqueçamos da ampliação do conceito de patrimônio histórico, ocorrido no final do século passado, como desdobramento das discussões em torno da Constituinte de 1988, no seu artigo 216 - “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”<sup>99</sup>, em que permitiu se pensar para além do elitismo ainda incrustado na salvaguarda dos bens de valor imóvel. A concepção passou a ser de valorização do patrimônio cultural nas diferentes expressões, e da própria imaterialidade.

Assim como a História vivenciou as transformações do campo histórico e da disciplina ao longo de todo o século XX, em que a História deixou de contar apenas com narrativas de acontecimentos e estudo biográfico de grandes personalidades públicas e patrimônios arquitetônicos da classe dominante. O patrimônio cultural, atualmente, preocupa-se em:

preservar a memória coletiva e se construir as identidades dos diversos grupos sociais, étnicos e culturais responsáveis pela formação histórica da sociedade brasileira por meio da proteção e difusão de bens culturais do passado. Isso implica em se incluir [...] múltiplos objetos (documentos escritos, instrumentos de trabalho, vestimentas, canções populares, entre outras fontes), de diferentes acervos. (Eschriqui, 2008, p.183)

As narrativas orais também fazem parte dessa ampliação e, por conseguinte, a aproximação do patrimônio cultural à educação, possibilitou maior percepção do valor desse recurso didático no processo de ensino e aprendizagem, estabelecidos a partir dos programas curriculares nacionais, em que se reconheceu a oportunidade de “despertar no aluno a conscientização da importância de se valorizar os diversos tipos de bens culturais relacionados à existência e ação dos diferentes elementos formadores da nação brasileira.”<sup>100</sup>

Dessa maneira, o conhecimento histórico, torna-se um elemento despertador de maior interesse do educando, pois ele enxerga uma praticidade na disciplina, intervindo na sua realidade, pois, “o uso do patrimônio cultural como recurso didático cria as condições para uma aprendizagem significativa ao trazer os conhecimentos históricos ensinados para além dos limites de espaço e tempo da escola e em conexão com o cotidiano da vida do estudante na sociedade a qual está inserido.”<sup>101</sup> Do mesmo modo, não se restringindo aos

<sup>99</sup> BRASIL. Constituição Federal Brasileira (1988). Disponível em: [Art. 216 da Constituição Federal de 88 | Jusbrasil](#). Acesso em 15 de outubro de 2025, às 16h13min.

<sup>100</sup> Ibid., p. 184.

<sup>101</sup> Ibid., p. 188.

conhecimentos veiculados apenas por manuais didáticos, “o conteúdo de História pode ser encontrado em todo lugar, e o conhecimento histórico está na experiência humana.”<sup>102</sup>

Contudo, a escola não é o único local em que se constrói a educação. A educação se dá em diferentes espaços sociais como, na família, na comunidade, no trabalho, nos movimentos sociais, entre outros e, é parte do processo de humanização do sujeito. A escola, por sua vez, “é um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade.”<sup>103</sup>

## 2.5 O ESTUDO DE TRAJETÓRIAS: A BIOGRAFIA.

As pesquisadoras Martha Abreu (2008) e Hebe Mattos (2008) ao analisarem as diretrizes das relações étnico-raciais, reforçam o uso das biografias como uma potencialidade para o ensino de História, a partir do estudo de personagens negros. As experiências dessas pessoas, apesar dos limites, deixam claro os destinos que foram tomados por eles durante a escravidão, bem como no pós-abolição<sup>104</sup>.

Na medida em que abordamos as histórias de pessoas, seus nomes, idades, gênero, família, local em que viveu, considerando-os sujeitos históricos, eles passam a ser testemunhas do seu tempo, protagonistas das histórias da cidade, do bairro e da comunidade em que viveram. Nesse sentido, a biografia “se apresenta como um meio que facilita a discussão histórica ao despertar a curiosidade dos alunos porque fornece nomes e faces aos processos históricos. Ou seja, a biografia personaliza a história que enfoca estruturas e processos amplos.”<sup>105</sup>

O uso de biografias em sala de aula, pode despertar o maior interesse dos educandos pelo ensino de história e por sua própria história, uma vez que é mobilizado uma série de acontecimentos e pessoas, numa relação emotiva de proximidade e de raízes que inspiram sentidos maiores que não havia dimensão antes, isolados no tempo e dispersas em pequenas informações, muitas vezes compartilhadas por meio da oralidade.

---

<sup>102</sup> SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Braga. O trabalho histórico em sala de aula. in: **História & Ensino**. Londrina: UEL, v. 9, out. 2003. p.236.

<sup>103</sup> GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade negra. AletriA: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. p.39.

<sup>104</sup> ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das diretrizes “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira: uma conversa com historiadores.” Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.21, n.41, jan.- jun. 2008. p.5-20.

<sup>105</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. Biografias. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Novos Temas nas aulas de História. São Paulo: Contexto, 2010. p.13-28.

Pois, um dos desafios da educação, principalmente da História Escolar, está necessariamente pautado na construção do sentido, isto é “para alguns alunos, há um corte radical entre o mundo da escola e os referenciais que utilizam no seu cotidiano.”<sup>106</sup>

---

<sup>106</sup> MONTEIRO, Ana Maria. Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.109.

### 3 A PESQUISA NA ÁREA DE ENSINO DE HISTÓRIA

As problemáticas formuladas pelo historiador surgem através do seu interesse, da sua curiosidade ou sua percepção apurada sobre algo que lhe intriga. o seu aporte teórico-metodológico que escolhe para se orientar é tão importante quanto a pergunta que tens para fazer, para isso é necessário delimitar o método que utilizará para a condução e validação de sua análise, isto é, o “modo de fazer”, passível de verificação, conferindo cientificidade e seriedade ao seu trabalho.

#### 3.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: UMA METODOLOGIA COM POTENCIALIDADES E LIMITES.

A metodologia aplicada a esta pesquisa está pautada na perspectiva de análise bibliográfica, respeitando-se, é claro, as distinções muito conflituosas que existem entre aqueles pesquisadores que confundem “revisão bibliográfica” e “pesquisa bibliográfica”. o primeiro entendemos que se refere a parte primária de uma pesquisa, onde se é realizado um rastreamento detalhado da produção de pesquisas relacionados ao seu tema de estudo. Mas, enquanto ao segundo, estamos falando de “um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.”<sup>107</sup>

A pesquisa científica surge para contribuir na formulação de hipóteses sobre determinada ação social que esteja presente ou esteve em dado momento histórico e que mereça receber críticas, análises mais apuradas e oferecer conclusões para temas que não tiveram o merecido cuidado, em tempo. Pois, “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.”<sup>108</sup> Isto quer dizer que, a pesquisa científica é mobilizada para responder a um problema, quando as informações disponíveis não são suficientes ou estão em completa desordem e não podem levar a compreensão de determinado fato.

Nessa modalidade de recurso metodológico, é necessário que se possa ler, reler, analisar, entender e interpretar as referências que lhe caíram nas mãos, mesmo que pareça esgotável as visões que possamos ter sobre ele:

---

<sup>107</sup> LIMA, Telma Cristiane Sasso de.; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007. p.38.

<sup>108</sup> MINAYO, Maria. Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: \_\_\_\_\_. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.p.17.

É necessário ir além do texto para compreendê-lo, e isso em vários sentidos e de várias formas. É óbvio que toda boa leitura o respeita, pretendendo explicitar o seu sentido sem deformá-lo, sem lhe acrescentar nem subtrair nada. Uma boa leitura, no entanto, não é jamais um mero espelho do texto. Existem diferentes maneiras de “estar no texto”. Há muitas coisas que “estão” nele ainda que não sejam propriamente “ditas” (e, em consequência, não possam ser, em sentido literal, lidas). Elas só são acessíveis na medida em que, distanciando-nos do texto, assumimos uma posição ativa diante dele. (Porta, 2014. p.73-74)

Além disso, a utilização desse método contribui para o aprimoramento e atualização do conhecimento, por meio de investigação científica de obras já publicadas. O autor da pesquisa, terá, a partir disso, a oportunidade de “se dedicar na leitura das obras consultadas, tendo uma leitura, exploratória, seletiva e crítica, na função de selecionar, classificar e solucionar o problema da pesquisa ou testar as hipóteses.”<sup>109</sup>

A metodologia de pesquisa bibliográfica, nesse sentido, “possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto”<sup>110</sup>. Sendo assim, em temas pouco explorados esse arrolamento de informações, a elaboração de hipóteses e interpretações servirão como ponto de partida para as demais pesquisas futuras que possam surgir.

Para esta pesquisa, de cunho bibliográfico, foi realizado um mapeamento de produções sobre a História da Cidade de Guaramirim, sendo obras historiográficas ou mesmo de caráter memorialístico, buscando referências que indiquem a presença das populações negras na constituição da cidade, levando em conta a percepção do momento em que aparecem, o papel que ocupam, quem são e quantas vezes podem ser citados.

Três obras, em especial, foram escolhidas para o pontapé inicial dessa pesquisa, são elas, *Memórias e Relações Étnicas: um olhar a partir da oralidade (Distrito de Bananal - SC, 1930-1940)*, dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 2003, de autoria do professor Gerson Machado. É nela que estão contidas as 11 entrevistas realizadas pelo autor, entre fevereiro de 1999 e agosto de 2002. É através dessas narrativas pessoais que conhecemos parte importante da sociedade guaramirense da primeira metade do século XX.

Machado (2003) afirma que, “as décadas de 1930 e 1940 são marcadas por uma mudança, em termos de estratégia da ocupação do território, por parte da Companhia

<sup>109</sup> SOUZA, Angélica Silva de.; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de.; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43. 2021. p.64-83. p.81.

<sup>110</sup> GIL, 1994. apud: LIMA, Telma Cristiane Sasso de.; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45. 2007. p.40.

Colonizadora de Hamburgo. Naquele período ocorreram quase metade das negociações de lotes de terra na região. Nas quase cinco décadas anteriores, encontramos uma constituição de localidades que tinham por característica a proximidade de famílias que possuíam identidades étnicas semelhantes”. Isso se altera nesse período, a constituição das localidades passam a compor maior heterogeneidade. O que pode ser explicado pela “aproximação da empresa colonizadora aos ideais de nacionalização do estado brasileiro, intensificado durante o governo de Getúlio Vargas e uma migração interna, atraindo migrantes das mais variadas regiões do país. os quais estabeleceram laços de solidariedade e convivência maiores com os vizinhos, possibilitando uma negociação mais intensa em termos identitários.”

O autor ainda reforça que sua intenção foi a de contribuir com essas discussões, ao privilegiar a construção de uma narrativa historiográfica apoiando-se principalmente nas memórias de vários narradores. Assim sendo, defendendo que todas as lembranças são, acima de tudo, partes da organização do presente e do futuro, [a partir de] um grupo de pessoas com idade superior a 65 anos de idade que se encontram na fase de “revisão de vida.”<sup>111</sup>

Nosso recorte privilegiou a seleção de 4 das 11 pessoas entrevistadas, isto é: Fernandes Laudelino Cândido, Maria da Silva Rodrigues, Francisca Martins e José Tomaz Machado, essa escolha foi motivada pela relevância das informações prestadas e do perfil étnico a qual era identificado o autor da mesma, assim respeitando o objeto de estudo, as pessoas negras, da nossa pesquisa e as especificidades com que abordavam suas histórias de vidas e perspectivas que travamos compartilhadas, em comum, a outras vozes, naquilo que classificamos como tematização, por meio da análise do mundo do trabalho, da escolarização, do lazer e da religiosidade.

Já na obra defendida pela irmã do autor anterior, Elaine Cristina Machado, intitulada *Em nome da fé e do pároco: memórias e experiências religiosas em Guaramirim (Décadas de 1950, 1960 e 1970)*, dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2012. Nela, estão contidas 6 entrevistas com 8 entrevistados, realizadas pela autora, entre outubro de 2010 a dezembro de 2011. Parte significativa da religiosidade da cidade de Guaramirim, particularmente ligada ao catolicismo, crença predominante nessa sociedade, a partir da atuação de um pároco [Monsenhora Matias Maria Stein] que influenciou a vida pública guaramirense, ao longo da segunda metade do século XX, é conhecida por meio desse trabalho.

---

<sup>111</sup> MACHADO, Gerson. Memórias e relações étnicas: um olhar a partir da oralidade (Distrito de Bananal - SC, 1930-1940). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em História. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2003. 174 p. p.145-146.

Se bem observado, o recorte histórico de Elaine corre concomitante a do seu irmão, como se dessem continuidade a uma história que não mereça ter lacunas e, da mesma forma, identifica temas que parecem estar ligados ao contexto, isto é, se Gerson identificou que a temática política e social era predominante nos relatos das décadas de 1930 e 1940. Elaine, por sua vez, percebeu que, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, a religiosidade foi um elemento que atravessou o período. Ambos utilizam a oralidade como metodologia de pesquisa, o que pode ser justificado, primeiramente, pelo caráter excepcional das informações que podem ser extraídas de uma entrevista, havendo a valorização e reconhecimento da história de vida desses sujeitos que, muito provavelmente seriam lembrados apenas pelos seus familiares e amigos mais chegados. Segundo, a disponibilidade de historiografias sobre a história da cidade na época de produção das suas dissertações ainda eram recentes e reduzidas, no início dos anos 2000.

Nosso recorte, nesse caso, privilegiou a seleção de 3 das 8 pessoas entrevistadas, isto é: D. Elsa Narcizo Ribeiro, e o casal: Sr. Abílio Belarmino de Borba e a Sra. Odete de Borba, e isso foi motivado pelo nosso objeto de estudo que se estabeleceu na dinâmica da ocupação do território por populações afro-brasileiras.

Machado (2012) afirma que, em sua produção acadêmica, procurou “investigar como moradores de Guaramirim, hoje trabalham suas memórias sobre o período em questão (décadas de 1950, 1960 e 1970) e como esses mesmos indivíduos lidam com uma memória institucionalizada buscando perceber nesse exercício as implicações e os diálogos entre uma categoria e outra.”<sup>112</sup> A questão racial é atravessada na obra, em razão da escolha dos entrevistados, que não necessariamente foram incorporados na pesquisa numa premissa de abordagem desse aspecto, e sim pelo fato de terem vivido em Guaramirim no período em questão, sendo, nesse caso, a pesquisa motivada pela “possibilidade de nos depararmos e apurarmos uma perspectiva diferente daquela dada pelas memórias institucionalizadas em Guaramirim”, principalmente a respeito das memórias e experiências religiosas.

A terceira obra nos forneceu a nossa 8ª pessoa negra, trata-se da obra comercial encomendada pela Prefeitura Municipal de Guaramirim, intitulada *Perfil Cultural de Guaramirim*, publicada em 2011. Nos referimos a Paula Júlia da Silva, mulher negra e parteira que “entre 1945 e 1980, ajudou a trazer ao mundo muitas crianças que, graças a ela, podem dizer ‘nasci aqui em Guaramirim’, embora já houvesse hospital no município, bem

---

<sup>112</sup> MACHADO, Elaine Cristina. Em nome da fé e do pároco: memórias e experiências religiosas em Guaramirim (Décadas de 1950, 1960 e 1970). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em História. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. 136 p. p.18.

como nas cidades de Jaraguá do Sul e Joinville<sup>113</sup>. Além disso, somado a essa obra, temos um documento histórico que aborda a história de vida da personagem citada e que se encontra sob a guarda do Arquivo Histórico de Guaramirim - Pastor Wilhelm Gottfried Lange, inaugurado em 2012, que possui uma entrevista transcrita, realizada em 2013, pela sua filha, Carmen Lúcia Lino, por intermédio do Historiador do Município, na época, Felipe Corte Real de Camargo, como parte de uma campanha em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, realizada pela Prefeitura Municipal de Guaramirim, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, que recebeu o título de Semana Dona Paulina Júlia da Silva, entre os dias 04 a 09 de março de 2013<sup>114</sup>.

---

<sup>113</sup> GUARAMIRIM, Prefeitura Municipal de. Perfil Cultural de Guaramirim. Edição de Luxo. Guaramirim: Glück edições, 2011. p.200.

<sup>114</sup> Guaramirim terá semana da mulher – AMVALI – Associação dos Municípios do Vale do Itapocu. Acesso em 08 de fevereiro de 2025, às 14h30min.

#### **4 AS BIOGRAFIAS NEGRAS: O FAZER HISTÓRICO DO COTIDIANO.**

Abaixo, selecionamos e analisamos alguns dos relatos presentes nas obras arroladas anteriormente, que reforçam mais uma vez a necessidade da discussão da temática da cultura afro-brasileira, em razão do seu conteúdo apresentado e mesmo da valorização de uma educação que se quer construir no país amparada no reconhecimento das diversidades e que muito avançou em se tratando de políticas de renovação curriculares, mas, que nas relações sociais estabelecidas no seio da comunidade ainda encontra desafios, ao que se refere ao conhecimento e aprimoramento de informações sobre a composição étnica, há uma carência muito grande em propostas educativas que tornem a sala de aula também um ambiente de experimentação, e não estamos falando no sentido genérico, experimentação na área biológica e física, apenas, e sim aquela de cunho social, político e cultural.

Citando Selva Guimarães Fonseca,

Assim, o ensinar e o aprender História não é algo externo, ao ser proposto e difundido como uma metodologia específica, mas sim algo a ser construído no diálogo, na experiência cotidiana, em um trabalho que valorize a diversidade e a complexidade de forma ativa e crítica. (Fonseca, 2009, p.125)

O arrolamento das memórias negras, mobilizadas para a nossa pesquisa, nos fez perceber que, em maior grau, alguns assuntos eram atravessados nos discursos empreendidos pelos entrevistados, naquilo que nos permitiu tematizar da seguinte maneira: o mundo do trabalho, a escolarização, o lazer e a religiosidade. Levantando questionamentos, como elas foram desempenhadas entre as populações afro-brasileiras ao longo do século XX, comparadas àquelas realizadas entre a população branca?

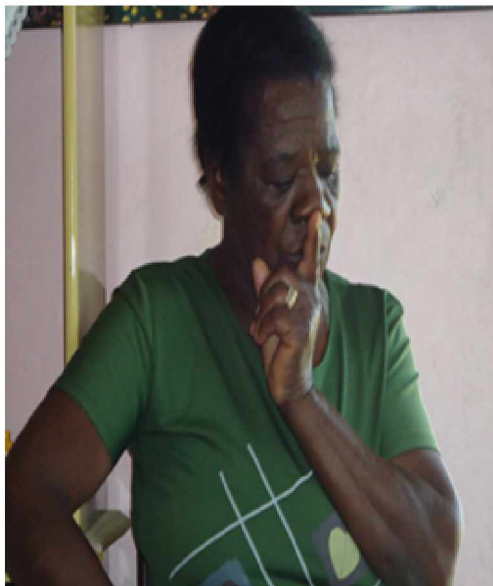
##### **4.1 ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS: O MUNDO DO TRABALHO, A ESCOLARIZAÇÃO, O LAZER E A RELIGIOSIDADE EM GUARAMIRIM/SC.**

O aspecto do mundo do trabalho, no Distrito de Bananal (posteriormente renomeado para Guaramirim), da primeira metade do século XX, parece demonstrar que posições subalternas em se tratando do papel desempenhado por mulheres, em especial as negras, se mantiveram nessa localidade, à lógica nacional. Conforme a memória da entrevistada por Elaine Cristina Machado:

D. Elsa mora no bairro Caixa D'Água desde seu nascimento, porém durante sua juventude migrou para Joinville para trabalhar em casa de família, motivo que ela mesma atribui à sua saída. D. Elsa, senhora negra, que até a realização da entrevista tinha 75 anos, é filha de João Manoel Narcizo e Matilde Tomazi Martins Narcizo,

agricultores, tal como ela e seu falecido esposo, o Sr. José Nazário Ribeiro. (Machado, 2012, p.41)

**Figura 5** – Dona Elsa Narcizo Ribeiro.



Fonte: MACHADO, 2012, p.47. 21 de outubro de 2010. Autora: Elaine Cristina Machado. Disponível em: [Microsoft Word - Dissertacao Elaine Cristina Machado.doc](#)  
Acesso em 18 de outubro de 2025, às 18h56min.

No entanto, há uma valorização da sua identidade e a autopercepção de situações que as colocam nessa posição desfavorável socialmente. As mulheres presentes também, na pesquisa do historiador Gerson Machado evocam situações em que passaram, apontadas por elas mesmas como sendo racistas. Entretanto, talvez tal percepção seja uma leitura do mundo em que viviam quando das entrevistas realizadas (final dos anos 1990), época que se passara pouco mais de um século do fim da escravidão legal no Brasil, ocorrida em 1888, ou seja, as discussões entorno das questões negras já haviam tomado proporções avassaladoras e já haviam rompido o espaço acadêmico e tomado as ruas, a cidade e os lares, e não do momento oportuno dos episódios narrados, resgatados da memória.

Muitas dessas mulheres aprenderam os seus ofícios na prática diária de casa, dos seus próprios serviços domésticos. O curioso ainda, é o fato de muitas terem migrado por vezes, para proporcionarem melhores condições de vida para a família. Paula Júlia da Silva, também conhecida como Paulina, a parteira, nascida provavelmente por volta de 1900, foi uma dessas mulheres, nascida em Luiz Alves, residiu e trabalhou ainda muito jovem em Blumenau. Foi lá que aprendeu o seu ofício medicinal com um médico alemão de que não recorda o nome. Segundo a narrativa de sua filha Maria Paulina que a acompanhava sempre nos partos:

Chegando em Guarimirim foi ser empregada doméstica do primeiro intendente do distrito [equivalente a sub-prefeito], Agostinho Valentim do Rosário. Tanto o Dr. Kieffer, quanto Batalha [Álvaro] não podiam prescindir da ajuda de Dona Paulina

na realização de partos, naquela época, na obstetrícia guaramirense, eles eram os estranhos no ninho.<sup>115</sup> (grifo meu)

**Figura 6** – Paula Júlia da Silva (06/04/1900 - 29/06/2000) (de azul) e Ana Butschartt (sua empregadora no Hotel Butschartt). Foto na Igreja Matriz Senhor Bom Jesus, Guaramirim/SC.



Acervo: Arquivo Histórico de Guaramirim Pastor Wilhelm Gottfried Lange. Autora: Maria Paulina Mathias (04/01/1932 - 18/11/2022). Sem data.

Os serviços domésticos, especialmente praticados por mulheres, se mantiveram nos mesmos grupos raciais sendo praticados, mesmo após a proclamação da república, conforme destaca Rocha citando Chalhoub (2001):

os dados censitários de 1890 indicam, mais da metade dos estrangeiros economicamente ativos, totalizando 89 mil, estavam inseridos nos setores dinâmicos do comércio, indústria manufatureira e atividades artísticas, enquanto 48% dos não-brancos economicamente ativos estavam empregados em serviços domésticos, o que evidencia uma concentração significativa nessa esfera ocupacional. (Rocha, 2024, p.290)

Do mesmo modo, os dados denunciam a escolha feita pelo Estado em abrir o mercado de trabalho, nas fábricas e comércios, para os imigrantes europeus, enquanto a população nacional não branca ficou refém de trabalhos considerados inferiores ou subalternos.

Outra constatação que nos interessa e que reforça a afirmativa anterior, as posições subalternas de mulheres negras, é a de que, mesmo, no caso do relato de mulheres classificadas como brancas, o mundo do trabalho já era presente em suas vidas, porém, a priori, este trabalho era para a autossuficiência e complementação da renda do grupo familiar, no trabalho de casa, do sítio, do comércio pessoal, e dificilmente era prestado para outrem, conforme aquele prestado pelos homens e mulheres afro-brasileiros. Para esses últimos, a renda era sobrevivência de todo um grupo familiar ou da sua comunidade, conforme relata o

<sup>115</sup> A vida de Paula Júlia da Silva (1900-2000). Entrevista concedida a Felipe Real Corte de Camargo, em 2013, pela professora de Joinville, Maria Paulina Mathias (1932-2022), filha de Paula, em referência a Semana Dona Paulina Júlia da Silva, uma campanha em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Documento pertencente ao acervo do Arquivo Histórico de Guaramirim - Pastor Wilhelm Gottfried Lange.

Sr. Fernandes Laudelino Cândido (conforme figura 7), homem negro, nascido em Balneário Piçarras ou Penha, em 1921, não possuindo terras para o roçado, sua força de trabalho era contratada, “só trabalhava para os outros, de empreitada, por dia.”; Francisca Martins (Dona Chica), mulher negra, cuja família era originária de Itapocu, Araquari/SC e tendo vivido por quase cem anos, afirmou que sempre trabalhou para os vizinhos, uma vez que sua família não possuía terras férteis; Maria Julia da Silva Rodrigues (Dona Mariquinha), porém, afirmou que até casar-se, sempre trabalhou nas terras da família que, [...] localizavam-se muito distantes da sede do núcleo colonial Rio Branco, o que inviabilizava o escoamento da produção agrícola, devido ao precário estado de conservação das estradas, obrigando-os a práticas agrícolas de subsistência.” Nas análises do historiador Gerson Machado, essa série de fatores parecem apontar para o fato de que os negros de Guaramirim, em geral, viviam distantes dos centros urbanos e receberam as terras menos férteis, de difícil acesso e cujo tamanho era desproporcional aos demais proprietários. Dessa forma, esta desproporcionalidade de condições levou muitos afro-brasileiros a viverem a partir da prestação de serviços aos outros e em muitos casos a terem de se deslocar ao longo dos anos a fim de garantir o emprego e o sustento de suas famílias<sup>116</sup>.

**Figura 7** – Fernandes Laudelino Cândido (entre 11 e 14/12/1921 - 18/01/2016). Foto em sua residência. Guaramirim/SC.



Fonte: MACHADO, 2003, p.47. 07 de abril de 2002. Autor: Gerson Machado. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/24682/D%20-%20MACHADO%2c%20GERSON.pdf?sequence=1>. Acesso em 29 de dezembro de 2025, às 21h15min.

<sup>116</sup> MACHADO, 2003, p. 134.

Além disso, o relato específico de D. Chica aponta para o conhecimento e reconhecimento da ancestralidade, ao mesmo tempo que parece denunciar e não apenas informar que sua tia havia sido uma escravizada,<sup>117</sup> na época em que o Brasil do século XIX se encarregou de relegar o cativo às pessoas negras. A transmissão dessa informação específica de forma hereditária, denota que o silenciamento acabou. Não era símbolo de vergonha carregar esse passado. E isso importa muito para aqueles que descendem de africanos.

O mundo do trabalho é naturalizado como um aspecto positivo e de enorme orgulho entre os entrevistados, a própria Dona Chica, no auge dos seus 98 anos, por vezes evidenciou isso, “a idade avançada, ao mesmo tempo, possibilitou-lhe ter orgulho de si mesma, ao fazer um balanço de sua vida e perceber que sempre foi respeitada pela comunidade, em decorrência de ser muito trabalhadora.”<sup>118</sup> e sua condição de saúde que requer cuidado impedia de fazer o que mais gostava, trabalhar. Como afirma o historiador Sidney Chalhoub, ao analisar as transformações da capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, na perspectiva do fim da escravidão, os possuidores de capital viam a necessidade de modificar radicalmente o conceito de trabalho e para garantir a continuidade no fornecimento de mão de obra, esse conceito deveria ganhar uma valorização positiva, de engrandecimento, de ordem e progresso associado a civilização<sup>119</sup>.

Dona Rosa, uma senhora branca, com pouco mais de 70 anos, compartilha dessa angústia, ao explicar que mesmo com o antebraço esquerdo quebrado, há anos e em não acreditar na medicina para consertá-lo, sua condição física não a impede de fazer o básico, “ela explica, em um tom ameno, mas que não esconde um certo orgulho, que andar... longe, eu não posso. Mas eu roço com o ferrinho. O médico diz que não é para eu trabalhar, carregar peso e também andar muito. Mas, assim, ao redor de casa, eu roço. Serviço de dentro de casa eu faço. Tiro leite...”<sup>120</sup>

Num país que recém havia implantado aos trancos e barrancos a sua república, que procurava civilizar-se e inseria-se na ordem capitalista, não surpreende que no imaginário social, o trabalho despertava um sentimento nacional e era elemento constituinte de uma ordem social burguesa, superando a preguiça e a rotina associada a uma sociedade considerada colonial e incivilizada. Nos debates em torno ao conceito de trabalho:

---

<sup>117</sup> MACHADO, 2003, p.82.

<sup>118</sup> MACHADO, 2003, p.31.

<sup>119</sup> CHALHOUB, 2001, p.21.

<sup>120</sup> MACHADO, 2003, p.33.

Procurava-se uma justificativa ideológica, isto é, razões que pudessem justificar a sua obrigatoriedade para as classes populares. [...] A primeira noção fundamentalmente é a de que o trabalho é o ordenador da sociedade, a sua “lei suprema”. O cidadão recebe tudo da sociedade, pois esta lhe garante a segurança, os direitos individuais, a liberdade, a honra, etc. O cidadão, portanto, está permanentemente endividado com a sociedade e deve retribuir o que dela recebe com o seu trabalho. (Chalhoub, 2001, p. 43)

Somava-se a isso um novo aspecto, de caráter reformador, educador e moralizador, para construção dessa nova sociedade, era preciso forjar a mentalidade “era preciso incutir no cidadão o hábito do trabalho, pois essa era a única forma de regenerar a sociedade, protegendo-a de efeitos nocivos trazidos por centenas de milhares de libertos - indivíduos sem nenhum senso de moralidade.”<sup>121</sup> O que na realidade expressava o posicionamento de que o negro, agora liberto, poderia fornecer um aspecto negativo, a ociosidade, às demais populações. Portanto, “as elites dominantes e as autoridades políticas empenharam-se em retratar os negros libertos como indivíduos preguiçosos e inclinados à ociosidade, reforçando, assim, o mito da preguiça inata do trabalhador negro.” Não à toa que a tipificação do crime de *vadiagem*<sup>122</sup>, presente no Código Criminal (1830) e no Código Penal (1890), foi utilizado como forma de promover o higienismo urbano e racial e conter a “ameaça ao mundo dos brancos”, o exemplo dos negros serem compartilhados pelos imigrantes europeus, por exemplo. “Essa narrativa serviu como justificativa para a marginalização e exclusão social dessas populações, negando-lhes acesso ao trabalho digno e aos direitos civis básicos enquanto cidadãos.”<sup>123</sup>

O cotidiano do antigo distrito de Bananal (atual Guaramirim), pertencente ao município de Joinville, deixa claro que as relações sociais e raciais estabelecidas entre as populações branca e negra eram de constante conflito, conforme trecho extraído da obra *Memórias de um Menino Pobre* (1977), do literato Norberto Cândido Silveira Júnior, resultante de suas memórias da época em que viveu na região interiorana do Núcleo Colonial Barão do Rio Branco, durante a década de 1920. Ao narrar a ocorrência de um baile na comunidade, traz elementos importantes para percebermos as dinâmicas de segregação racial:

[...] Os bailes eram realizados nas casas dos anfitriões e quanto a questão racial era atitude comum do período a separação em clubes de dança para brancos e clubes de dança para negros, mas uma característica que, talvez, seja particularidade de Rio Branco é que o negro poderia entrar no baile do branco, inclusive sem pagar, apenas não poderia dançar, como atesta a fala de “seu Aquilino” num baile narrado nas memórias de Silveira Jr. “Vossemecê pode apreciar o nosso balho, mas dançar

<sup>121</sup> CHALHOUB, 2001, p. 44.

<sup>122</sup> O crime de *vadiagem* só deixou de ser criminalizado em 1940, com a promulgação do Novo Código Penal, por Getúlio Vargas, conforme: ROCHA, Ana Victória Leite. Continuidade das estruturas hierárquicas no pós-abolição: uma análise da trajetória das mulheres negras recém libertas no âmbito doméstico. *Temporalidades Revista de História*, ISSN 1984-6150, Edição 41, v. 16, n. 1 (mar. 2024 | out. 2024). p. 289.

<sup>123</sup> ROCHA, 2024, p.289.

vossemecê não dança, porque vossemecê, me adescurpe, não é branco. (Deretti, 2011, p.45)

Parece que essa prática segregadora persistiu por longos anos na cidade de Guaramirim, pois Odete da Silva Borba (Dona Odete), ao falar de suas memórias de quando frequentava os bailes, afirma, “antigamente, o preconceito aqui era assim, se tinha um baile de preto eram só pretos, se tinha de branco eram de brancos, um preto não entrava em um baile de brancos.”<sup>124</sup> Dona Odete não informa a época em que aconteceu, mas já era casada com o seu marido, Abílio Belarmino de Borba (Sr. Abílio), cujo casamento foi contraído em 1956.

No início do século XX, passadas as primeiras décadas da experiência republicana democrática e a busca por uma nova ordem econômica e social que elevaria o Brasil a uma potência competitiva no mundo, não conseguiram barrar a discriminação e o racismo estrutural. Houve continuidade nas práticas discriminatórias e de exclusão do negro na sociedade brasileira e a atuação deles na busca por pertencimento e aceitação se deu na constituição de espaços que serviram, inclusive, para a formação de famílias afrocentradas<sup>125</sup>, pois, “os bailes eram encontros que reuniam boa parte dos moradores, jovens e adultos, que tinham nesses espaços, além de diversão, a oportunidade de encontrar parceiros para o matrimônio, bem como de se congregarem de acordo com suas afinidades eletivas, em especial, as de cunho étnico.”<sup>126</sup>

Nesse sentido, a resistência veio com a formação de bailes e clubes organizados por negros e negras que demonstrassem a valorização da sua identidade e autoestima coletiva, como forma de frear o preconceito racial e social que não era aspecto restrito a Guaramirim. Esses territórios eram “marcados por códigos culturais de suas matrizes e cujos traços envoltos no samba, na religiosidade e nas expectativas de vida possibilitaram a criação e a consolidação de espaços múltiplos de vivências, memórias e histórias.”<sup>127</sup>

Da mesma maneira, ao que corresponde a sociabilidade escolar de negros e brancos, percebemos ainda que, em crianças tal aspecto segregador e discriminatório era praticado como os próprios adultos faziam, por meio de supostas piadas. Dona Mariquinha, moradora também do Rio Branco, busca em suas memórias eventos que lhe marcaram:

---

<sup>124</sup> MACHADO, 2012, p.71.

<sup>125</sup> Termo usado para designar uma união afetiva e/ou sexual entre pessoas negras, conforme: Casais negros aderem a relações afrocentradas - Geledés. Acesso em 29 de dezembro de 2025, às 15h54 min.

<sup>126</sup> MACHADO, 2012, p.110.

<sup>127</sup> RASCKE, Karla Leandro. Associações negras: cacumbis, clubes recreativos, blocos carnavalescos e escolas de samba de Florianópolis na primeira metade do século XX. In: III Seminário Internacional de História do Tempo Presente. Florianópolis: UDESC. 2017. p.2.

Um menino sempre incomodava, chamava a gente de negro e tudo. Então ele inventou que ia contar uma história para nós. A história que ele contou é uma história, era uma história de ver..., Uma história mesmo. Então ele queria contar assim: 'igreja de ferro é sacristão de pau, dentro da Igreja tinha um negrinho que tocava um "barimbau"<sup>128</sup>. Mas não era isso o que ele queria dizer. Mas para nos chatear que éramos o feijão, que era preto, dentro da panela de ferro. Ai o pau comeu! Ai brigamos. Sabe o que nós fizemos? Botamos ele num pântano bem preto, o metemos dentro da vala e o fizemos todo pretinho. Todo pretinho, para ficar igual a nós. A gente, quando é criança, não cisma e não pensa... Era alemãozinho. Ai, o fizemos pretinho! Era difícil a convivência com o branco. Eu não entendia sabe, eu não queria que me chamasse assim. Eu era muito ruim, brava mesmo. (Machado, 2003, p.95)

O acesso à escola, no pós-abolição continuou sendo um entrave muito grande para a real liberdade e independência da população negra brasileira e conseqüentemente representou um atraso para a alfabetização e pleno estabelecimento de melhores condições de vida para este público. As legislações e políticas educacionais oficiais até a década de 1930, excluíam os massivamente do exercício da cidadania e significativamente até a década de 1960. A inclusão, a passos lentos, foi moldada da seguinte maneira: "camadas populacionais negras atingiram níveis de instrução quando criaram suas escolas, receberam instrução informal de pessoas escolarizadas, adentraram na rede pública, asilos de órfãos e escolas particulares."<sup>129</sup>, fenômeno já em evidência desde o período colonial.

A partir da década de 1930, com a nacionalização do ensino e os investimentos ligados à construção da identidade nacional, forjada por Vargas, a população afro-brasileira também passou a partilhar do espaço escolar. Mas, engana-se quem pensa que a entrada foi aceita facilmente, o relato acima não é o único que demonstra a hostilidade vivenciada por muitos brasileiros residentes em núcleos de povoamento de imigrantes de origem europeia. O Sr. Daniel Graudin da Silva, já citado e nascido em 1935, aponta que as escolas que haviam em Guaramirim eram divididas por origem: "Todo mundo tinha uma escola só. Alemães, russos, poloneses, italianos, lusos, todos se reuniram. (...) Negro tinha a escola do negro. Negro só veio depois de 1940! Até 40, o negro não tinha vindo ainda. O negro foi "brabo" para entrar. Nós tínhamos a escola do Putanga. Lá eles tinham uma comunidade isolada."<sup>130</sup>

A informação fornecida pelo Sr. Daniel destoa daquela apresentada pelo historiador Valdinei Deretti que, ao analisar a formação do Núcleo Colonial Barão do Rio Branco, entre as suas observações, destacou que o ensino era realizado em uma escola mista, multisseriada, fundada em 15 de janeiro de 1914, localizada na sede do núcleo e administrada pelo

<sup>128</sup> Provavelmente o instrumento berimbau.

<sup>129</sup> SANTOS, Rosimeire. A escolarização da população negra entre o final do século XIX e o início do século XX. Bahia: UFBA. 2010, p.2.

<sup>130</sup> MACHADO, 2003, p.96.

professor, zelador do núcleo, farmacêutico e subdelegado de polícia Cantalício Érico Flores, “em que a estrutura da casa era de pouco espaço já em 1915, além de relatar outros problemas que a escola possuía como a questão das diferentes nacionalidades e a precariedade, quando não a ausência, de material didático.”<sup>131</sup>

Assim como as primeiras escolas republicanas espalhadas pelo país, localizadas em regiões distantes das capitais, a escola mista do Núcleo Colonial Barão do Rio Branco, ainda em funcionamento, posteriormente nomeada de Escola de Ensino Fundamental São José, conservava o caráter rural de atender meninos e meninas, de diferentes nacionalidades e ofertando apenas as três primeiras séries. Fica evidente a mesclagem da composição étnica da escola quando observamos a seguinte matéria da *Gazeta do Commercio* de Joinville, publicada em 06 de outubro de 1915:

A 3 de Maio fez-se a festa da Bandeira... Com que entusiasmo, com que gosto aprenderam o hino! E no dia da festa foi preciso fazer sorte para saber-se qual a menina que deveria içar a bandeira... Choviam empenhos de famílias alemãs para que fosse uma menina alemã a que tivesse a dita; o mesmo com as famílias letãs. Afinal, a sorte decidiu que fosse uma brasileira, mas quando essa içava a bandeira vagarosamente, acompanhando a música do hino, duas meninas alemãs, colocadas ao lado do mastro cobriam a nossa bandeira de flores, com os olhos umedecidos pelas lágrimas da emoção. (Deretti, 2011, p. 53)

Ainda no Rio Branco, Sr João Pereira, relata um episódio que parece de total desconhecimento da existência de pessoas afro-descendentes, mesmo em Luiz Alves, onde nasceu e passou parte da sua infância. Em 1944, já em Guaramirim, foi apresentando a eles, segundo ele:

Então eu não conhecia o preto e meu pai estava roçando a banda de baixo, na beira da estrada, que era uma estrada cheia de curva, daí lá no Putanga morava um monte de preto, então passou e eu era pequenininho, eu tava ali tinha uns três pra quatro anos, estava com o pai sentado lá na beirada e lá vinha os pretos lá debaixo, uns sete, oito, mais ou menos, daí eu perguntei: pai, meu Deus do céu! Esse pessoal sai da roça lá de carvão nem toma banho e vem assim pra casa? Meu pai disse: não, filho, eles são assim mesmo, eles são pretos. Eu pensei que eles não tinham tomado banho. Eles trabalham na roça de carvão. Mas eu nunca tinha visto preto na vida. (Machado, 2012, p.45-46) (grifo meu)

É estranho pensar que em Luiz Alves não existia residentes de origem afro-brasileira, como era comum em todo o litoral catarinense e conforme vimos ao longo das testemunhas utilizadas nessa pesquisa, algumas delas nasceram ou viveram em algum momento das suas vidas, naquele local, como é o caso de Mariquinha e Paulina. Talvez, o posicionamento aponte muito mais para o fato de que a distância e segregação que existia entre negros e

---

<sup>131</sup> DERETTI, Valdinei. 2011, p.51.

brancos podem ter condicionados os brancos a acreditarem na inexistência deles, pois não podiam ser encontrados nos mesmos espaços ou horários de sociabilidade.

Já a predominância de negros na região conhecida como Putanga, citado há pouco, uma localidade que pertencia ao Núcleo Colonial Barão do Rio Branco evidencia, mais uma vez, o isolamento e o caráter de excepcionalidade dessa localidade do Putanga e levanta a possibilidade dela ter se constituído enquanto um quilombo. A fala de Dona Odete da Silva Borba, ao relembrar o que o pai falava, contribui para essa afirmação:

Que assim, quando deu a lei áurea, que assim que eles saíram [negros recém-libertos] então vieram muitos pra cá, porque aqui era uma região só de pretos, aí depois que foram vindo os poloneses, foram vindo alguns alemães e aí que foram se misturando, foram casando. A maior parte era negro com polonês. Daí foi que se formou Putanga, daí tinha a Igreja, a igreja era dos pretos também. (Machado, 2012, p.51)

**Figura 8** – Dona Odete da Silva Borba (1930). Putanga, Guaramirim/SC.



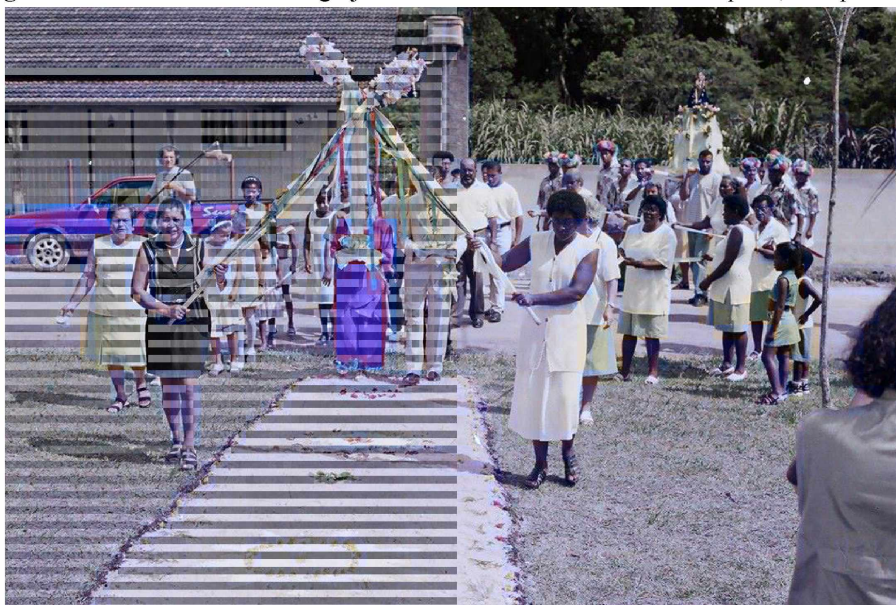
Fonte: Blog por Acaso. 16 de agosto de 2019. Autora: Natália Trentini. Disponível em: <https://poracaso.com/pessoas/odette-borba-benedeira-guaramirim/>  
Acesso em 17 de outubro de 2025, às 17h59min.

**Figura 9** – O Sr. Abílio Belarmino de Borba (01/04/1936 - 14/10/2016). Putanga, Guaramirim/SC.

Fonte: Rede social de Antônia de Borba. 09 de agosto de 2015. Autora: Antônia de Borba. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1609221866005575&set=pb.100007533312474.-2207520000&type=3>. Acesso em 17 de outubro de 2025, às 18h12min.

O Sr. Abílio, marido de D. Odete, complementa a fala da esposa, narrando a realização de uma festa em honra a Nossa Senhora do Rosário ou Nossa Senhora dos Pretos, que era realizada há tempos remotos na comunidade e durava três dias, aproximadamente entre os dias 23, 24 e 25 de dezembro, mas os preparativos iniciavam no dia 29 de setembro (ensaio).

**Figura 10** – Procissão rumo à Igreja Nossa Senhora do Rosário de Itapocu, Araquari/SC.



Fonte: Rede social do Lidiano Carlos. Sem data. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=513946028767564&set=g.228743883953266>. Acesso em 17 de outubro de 2025, às 18h57min.

O que leva a crer pelos detalhes apresentados que ele se refere ao ritual chamado Catumbi<sup>132</sup> ou Cacumbi, de acordo com algumas regiões brasileiras em que ele está presente como no Sudeste e Sul: “Tinha o juiz, o rei e a rainha e essa festa era feita por eles, [pelos festeiros] eles é que arcavam com toda a despesa.” Além disso, havia vestimentas adequadas para a ocasião: “uma dança, tinha uns capacetes, uns saiotinhos na cintura, espadinha e cantava esses cantos.” O ritual sincretiza elementos da cultura e religião africana e do catolicismo:

Aí eles cantam, depois na hora de coroar então traziam uma coroa, eu me lembro que era branca assim, bem bonita. Não sei o que era aquilo que não enferrujava nada. Aí coroavam o rei e aquela coroa assim que nem (sic) uma noiva coroava a rainha. [...] Então formavam tudo ali e eles ficavam com aquela coroa na hora do almoço tudo, eles eram coroados, estavam ali, né? (sic) Tinha instrumento, tinha tambor que dava aquele som para as cantorias que eles cantavam. Aí ficava bonito porque se eles batiam também sapateava e se tinha quatro de um lado e quatro do outro então eles dançavam pra banda da Santa. (Machado, 2012, p.52)

**Figura 11** – Comunidade acompanha a coroação dos reis e rainhas do Catumbi. Igreja Nossa Senhora do Rosário, Itapocu, Araquari/SC.



Fonte: Rede social do Catumbi de Itapocu. Sem data. Disponível em:

[https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1042889067836490&set=pb.100063462193889\\_-2207520000&type=3](https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1042889067836490&set=pb.100063462193889_-2207520000&type=3). Acesso em 17 de outubro de 2025, às 18h23min.

As semelhanças na narrativa do Sr. Abílio e a perspectiva histórica, segundo o Tesouro de Folclore e Cultura popular brasileira, são muito grandes, Cacumbi:

Congada com ocorrência em localidades do nordeste e sul do Brasil. O enredo apresenta variações, mas em geral alude aos reis Congo e Bamba e homenageia N. Sra. do Rosário e São Benedito, sendo composto de cantos de chegada, louvores religiosos, cantos soltos e uma parte de guerra entre os dois reis. Os cantos são denominados marchas e marchas de fogo e são acompanhados por música de

<sup>132</sup> [Araquari – Catumbi | ipatrimônio \(ipatrimonio.org\)](http://ipatrimonio.org). Acesso em 15 de outubro de 2025, às 11h34min.

pandeiro e batuque de tambores em várias toadas. Em Santa Catarina, representava a revolta de marinheiros que cobram do capitão o dinheiro da ração: formam-se duas alas de marinheiros trajados com calças azuis e camisas brancas, sapatos brancos e chapéus enfeitados por quatro fitas, tendo ao centro o Capitão, que desempenha o papel de chamador.<sup>133</sup>

**Figura 12** – O capelão Osvaldo Mário Eufrazio (12/06/1937 - 26/07/2024) preside a coroação dos reis e rainhas do Catumbi. Igreja Nossa Senhora do Rosário, Itapocu, Araquari/SC.



Fonte: Rede social de Lidiano Carlos. 2012. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1082673355228159&set=g.228743883953266>. Acesso em 17 de outubro de 2025, às 18h51min.

Há uma cidade, vizinha a Guaramirim, chamada Araquari que, ainda hoje realiza a festa em Honra a Nossa Senhora do Rosário, a prática religiosa tem sido feita desde 1854 e reúne numerosas famílias, todo ano elegendo novos reis e rainhas, inclusive os mirins, também recebem a coroação crianças e adolescentes, de modo a manter a viva a cultura imaterial herdada e transmitida de geração em geração. De modo que,

O rito passa de pai para filho e neto e é formado majoritariamente por homens porque o culto reverencia o feminino. Composto por um capitão, duas porta-bandeiras, dois tamboreiros, um rei, uma rainha, o capelão e um número mínimo de oito dançantes. Celebra a religiosidade com devoção e sincretismo. Culturalmente reafirma a identidade negra em Santa Catarina e no aspecto social e político combate o racismo.<sup>134</sup>

<sup>133</sup> Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira, do Centro Nacional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: [Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular :: Parte Alfabética - Cacumbi \(cnfcp.gov.br\)](http://www.cnfcp.gov.br). Acesso em 25 de janeiro de 2024, às 20h07 min.

<sup>134</sup> [Sincretismo religioso marca o Catumbi da localidade de Itapocu, em Araquari](#). Acesso em 16 de outubro de 2025, às 23h19min.

**Figura 13** – Igreja Nossa Senhora do Rosário, Itapocu, Araquari/SC.



Fonte: Rede social do Catumbi de Itapocu. 2019. Autora: Virgínia Yunes. Disponível em: <https://www.facebook.com/195750567867914/photos/pb.100063462193889.-2207520000/963636584412638/?type=3=3>. Acesso em 17 de outubro de 2025, às 18h32min.

**Figura 14** – Festa na comunidade do Putanga, Guaramirim/SC.



Acervo: Odete da Silva Borba. Autor: desconhecido. Sem data.

A festa não é realizada há muitos anos e o motivo, segundo Dona Odete “muitos negros foram migrando, segundo ela “saindo aqui do lugar”, e os que restaram “esse pessoal daqui não dão valor, porque se é preto, negro que fez, eles não dão valor”<sup>135</sup>. Teria, a festa um aspecto de resistência frente aos embates de segregação travados ao longo das décadas?

<sup>135</sup> MACHADO, 2012, p.53.

Bem, tal indagação merece a atenção sim. Por isso também, relatarei um episódio ocorrido há pouquíssimo tempo, naquela comunidade.

**Figura 15** – Caso de Racismo em placa instalada em rua de Guaramirim/SC, com os dizeres “Rua da Escuridão”. “Bairro da África.”



Fonte: Portal RBN. 19 de setembro de 2024. Disponível em:

<https://portal.rbnfm.com.br/putanga-revogacao-de-nome-de-rua-revolta-moradores-em-guaramirim/> Acesso em 17 de outubro de 2025, às 21h04min.

A rua principal que atravessa a comunidade do Putanga, denominada Estrada do Putanga, localidade pertencente ao município de Guaramirim, cuja história de sua ocupação relaciona-se à presença majoritária de afro-brasileiros, desde o final do século XIX, sofreu duras repressões no ano de 2024. Isso porque, a alteração de denominação da rua para Abílio Belarmino de Borba, falecido em 2016, realizada pela Câmara de Vereadores de Guaramirim, em 2023 foi desaprovada por parte da população após a mudança e aprovação pela casa legislativa. Na lei que promoveu a modificação no nome dessa rua, “também nomeou outras ruas com pessoas brancas. No entanto, somente o nome de Abílio de Borba teria encontrado resistência e provocado reações de alguns moradores.”<sup>136</sup>

A filha do Sr. Abílio Belarmino de Borba, ao ser procurada por um veículo de comunicação local, taxou a atitude perpetrada por alguns moradores daquela comunidade, estes sendo brancos, como racistas e disse ainda, “quando foi colocada a placa com o nome do meu pai lá foi pichada. Negócio de preto. Depois alguém foi lá e limpou porque ficou um pouco apreensivo. Mas depois disso, daí fizeram uma outra placa com um dizer ‘Rua da Escuridão, Bairro África’, e ainda um boneco simbolizando uma pessoa negra.”<sup>137</sup>

<sup>136</sup> Putanga: Rua vai continuar com nome de pioneiro negro em Guaramirim - RBN 94,3 FM Acesso em 08 de fevereiro de 2025, às 16h04min.

<sup>137</sup> Nome de rua divide comunidade do Putanga, em Guaramirim Acesso em 08 de fevereiro de 2025, às 16h16min.

Engana-se quem pensa que a discriminação era restrita a acontecer entre brancos e negros, aqueles que fugiam a regra da ordem comum dos casamentos serem estabelecidos entre pessoas de mesma cor e não havendo a miscigenação. Este aspecto era um incômodo também na sociabilidade dos bailes, realizados ainda na primeira metade do século XX, para alguns, como o que vemos a seguir,

os negros que moravam após a estação ferroviária [Estação Ferroviária de Guaramirim] chamavam os membros da família de “negro branco”, pois viviam entre os brancos. Na racista Guaramirim, aquilo era como uma traição. Refém das circunstâncias, as filhas lembram hoje da discriminação de ambos os lados. Causando maior estranheza, a dos negros. D. Maria conta que ela e sua irmã Amália, certa vez foram levadas a um baile no Avaí. Lá ficaram duas horas sentadas, sem uma viva alma tirá-las para dançar. Era represália aos “negros brancos.”<sup>138</sup> (grifo meu)

A observação ou constatação da possibilidade de negros conviverem com brancos ou mesmo manter laços que não fossem aqueles de distanciamento, parece ser identificada como um conjunto de referências para um passado que apesar de querer ser superado, há ainda em tempo a magôa ou lembrança recente do que não se pode esquecer. Afinal, o processo geopolítico desigual de globalização permitiu a prática de dominação de alguns povos (colonizador) sobre outros (colonizados) se estabelecendo a partir da assimilação cultural dos colonizados e paralelamente à perda de suas identidades culturais específicas. Na América, “tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população”<sup>139</sup>

Enquanto aos casamentos interracialis, citado anteriormente, a preocupação era grande, de todos os lados e famílias. Mariquinha, mulher negra, casou-se com João Rodrigues, “ela conheceu o seu marido, Sr. João, lavando roupas para ele. Ele é branco e o casamento foi difícil por causa disto. A família dele não aceitava. Ela também, inicialmente, não aceitava a ideia de se casar com um branco. Entretanto, contrariando a todos e a si mesma, casou. Do seu casamento resultaram 10 filhos, todos adotivos.”<sup>140</sup>

<sup>138</sup> A vida de Paula Júlia da Silva (1900-2000). Entrevista concedida a Felipe Real Corte de Camargo, em 2013, pela professora de Joinville, Maria Paulina Mathias (1932-2022), filha de Paula, em referência a Semana Dona Paulina Júlia da Silva, uma campanha em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Documento pertencente ao acervo do Arquivo Histórico de Guaramirim - Pastor Wilhelm Gottfried Lange.

<sup>139</sup> QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005, p.117.

<sup>140</sup> MACHADO, 2003, p.36-37.

**Figura 16** – Maria Júlia da Silva Rodrigues (25/05/1930 - 15/09/2009).



Fonte: MACHADO, 2003, p.40. Entre 1999 e 2002. Autor: Gerson Machado.  
Acesso em 18 de outubro de 2025, às 19h55min.

É a partir dessas três obras que se coloca em prática uma das diretrizes básicas do ensino de história, o estudo da História local, desde as séries iniciais do Ensino Fundamental, onde normalmente ela é mais predominante. O que para Fonseca (2009) demonstra ser “parte do processo de (re)construção das identidades individuais e coletivas, ao meu ver, fundamental para que os sujeitos possam se situar, compreender e intervir no espaço local em que vivem como cidadãos críticos”. Principalmente, no atual contexto, onde cada vez mais as identidades são líquidas, fluidas, como diz Bauman.<sup>141</sup>

Portanto, o patrimônio cultural pode reforçar essa base identitária, em que:

gradativamente abandona sua condição de simples legado para ser discutido, estudado, compartilhado, e neste caso, reivindicado. Excederam-se os limites da monumentalidade, excepcionalidade e até mesmo da materialidade como parâmetros de proteção, para abarcar características como a vernaculidade, a trivialidade, a imaterialidade, sem abrir mão do continuísmo na contemplação da preservação de objetos de arte e monumentos consagrados. (Nogueira, 2013, p.14)

O espaço cemiterial, nesse sentido, passa a ser um fio condutor da relação dos homens com esse espaço e “a inclusão de temas não convencionais no centro das discussões que abordam a questão patrimonial, se deve ao fato de uma perspectiva relativamente nova de uma referência cultural que desloca a atenção exclusiva dos bens de valores excepcionais, entendidos pela monumentalidade e valor histórico, para o campo das atribuições de novos sentidos e valores.”<sup>142</sup> Isso quer dizer que, temáticas tais como das populações marginalizadas

<sup>141</sup> FONSECA, Selva Guimarães. Fazer e Ensinar História. Belo Horizonte: Dimensão, 2009. 296 p. p.123.

<sup>142</sup> NOGUEIRA, 2013. p.14.

demonstram ser atrativas, o estudo da negritude, comunidades indígenas, LGBTQ+, por exemplo, em razão do discurso que contam, e não da monumentalidade de seus túmulos, esculturas e adornos. Ou, melhor dizendo, “a dimensão estrutural nos usos do patrimônio está no poder de mediação que ele exerce entre diversos domínios sociais e cosmológicos.” Naquilo que, José Reginaldo Santos Gonçalves, Roberta Guimarães e Nina Bitar chamaram de, a alma das coisas”, num sentido de indissociabilidade entre o material e o imaterial, “entre natureza e cultura, mortos e vivos, passado e presente, corpo e alma, etc.”<sup>143</sup>

Esta pesquisa apesar de não ter avançado nas discussões de forma mais profunda e ampla, nos temas propostos, como gostaríamos, ainda assim, reuniu diferentes referenciais que antes encontravam-se de certa forma dispersos, para construir um panorama sobre as relações sociais na cidade de Guaramirim e compreender parte desse sistema racializado como consequência das poucas considerações dadas a própria existência dessas populações afro-brasileiras, consideradas há décadas minoria social. Não houve integração. Houve isolamento.

#### 4.2 PROPOSIÇÃO DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA - MAPEANDO: O MEU TÚMULO CONTA!

A construção do conhecimento se deve a múltiplos fatores e atores. O docente, por exemplo, é também um sujeito que carrega intrinsecamente uma história de vida, profissional e social, assim, quando se reconhece pertencente a um espaço, é capaz de causar o mesmo aos outros, ele, professor, não está inerte ou distante dessa operação da consciência histórica, a quem Jorn Rusen afirma que “todos a nascem com”, mas é importante aprimorá-la. Afinal, o ser humano é racional e sua existência é um fenômeno de experimentação e retroalimentação informacional constante. Ele executa suas ações de um lugar de fala, em determinado espaço, amparado por aquilo que aprendeu e colocou em prática. Porém, do ponto de vista da razão, sua racionalidade terá utilidade quando se defrontar com os problemas estruturais históricos e sociais do mundo, enxergando a miséria na sociedade e buscar contribuir para a conscientização e superação desses problemas.

Nos modelos culturais das sociedades modernas, busca-se constantemente ultrapassar as antigas estruturas, consideradas arcaicas, numa lógica de progresso da nação, assim “o futuro aparece como superação da qualidade de vida já atingida, seja através do domínio

---

<sup>143</sup> DILLMANN, Mauro. A “alma” dos cemitérios: evidências patrimoniais para quem? In: Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano VIII, n. 24, Janeiro/Abril de 2016 - ISSN 1983-2850. p. 80.

sobre a natureza, da riqueza econômica, da participação política, da conscientização cultural.”<sup>144</sup>

O docente, sendo o mediador do conhecimento, ao contribuir na construção e reconhecimento da consciência histórica de cada indivíduo, busca tornar suas aulas mais atrativas, de modo a prender a atenção do máximo de olhares possíveis em suas locuções, utilizando-se daquilo que é seu instrumento mor, as fontes históricas. Elas que “são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes em certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta”<sup>145</sup>. Ou seja, tudo aquilo que serve de vestígio, resquício e prova da ação humana num tempo e espaço. É através delas que ampliamos os nossos conhecimentos primários ou tradicionais. Na prática com fontes, deixamos claro como se constrói o conhecimento histórico.

A utilização dessas fontes, tem um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, pois permite aos educandos a sua autonomia e o gerenciamento de situações que por vezes poderá se defrontar, será ele o autor da análise do documento histórico, o protagonista da história. Quebrando assim, a barreira que permanece na educação brasileira, o estudante distante da história que estuda nos livros didáticos, dos fatos que se passaram há décadas e não encontra relação entre presente-passado, pois não se enxerga nele. Fora o fato de que muitos vislumbram o campo histórico e suas narrativas como um amontoado de fatos prévios, que já obtiveram demasiado estudo e foram encerrados, como se realmente fosse possível cessar as investigações ou mesmo a história fosse refém de uma ideia estática, imutável de conhecimento, ou seja, houvesse o esgotamento de um tema. E, na realidade não, isso não ocorre.

A pesquisa histórica, nesse sentido, inserida em sala de aula, é parte substancial desse exercício de construção do conhecimento que coloca o professor na posição de pesquisador e “tal como um artista, busca as melhores maneiras de atingir os alunos no processo de ensino e aprendizagem e, utilizando diferentes materiais, procura soluções mais adequadas à sua

---

<sup>144</sup> RÜSEN, Jörn. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da “nova intransparência”. *História: questões & debates*, Curitiba, v. 10, n. 18/19, 1989, p. 304.

<sup>145</sup> BARROS, José D’Assunção. *Fontes históricas - uma introdução aos seus usos historiográficos*. História e Parcerias. ANPUH RJ, 2019. p. 1. Disponível em: [Fontes Históricas. José D’Assunção Barros. ANPUH-RJ. 2019.pdf](#). Acesso em 30 de julho de 2024, às 16h29min.

criação.”<sup>146</sup> A partir disso, o próprio espaço escolar ou a comunidade do seu entorno estão suscetíveis a tornar-se objeto de pesquisa.

Hoje se sabe que as novas concepções sobre o passado estão “condicionadas pelas perguntas que fazemos às fontes, perguntas essas que permitem que as fontes documentem algo, isto é, se transformem em evidência de algo.”<sup>147</sup> E esse algo é novo, a depender da abordagem que se faz, como sobre a história da Escravidão no Brasil, vista a partir do ponto de vista dos seus protagonistas, por exemplo. Essa mudança de paradigma se deve a Nova História ou História dos Annales que, entre outras coisas, ampliou a noção de documento histórico e permitiu que fontes documentais que antes eram utilizadas quase que ilustrativamente, no caso de fotografias, pinturas e objetos, que não tiveram a devida importância anteriormente, passassem a ocupar um lugar de destaque nas pesquisas científicas, principalmente aquelas cujo temas não possuíam interessados ou não fossem creditadas ao crivo científico.

Essa ampliação de certa maneira encontrou seus adeptos da Escola Nova que buscavam romper com o ensino tradicional e inserir nele, novas abordagens metodológicas, tornando o ensino interessante para o educando. Nesse contexto, utilizar de filmes, pinturas, túmulos cemiteriais ou mesmo imagens pressupõe que o professor reconheça que tal material possui uma linguagem própria, contexto de produção e interesses de quem produz ou patrocina. Apesar de tudo isso, reconhece-se o valor do material, afinal,

o professor pode também, pelo caminho indutivo, valer-se do documento como elemento intermediário que transmite aos alunos aquilo que se pretende ensinar, atribuindo-lhe um sentido próprio. Este é o percurso que permite uma efetiva atividade intelectual do aluno, feita de curiosidade e de espírito crítico e que confere sentido ao saber histórico escolar. (Abud, 2003, p. 183-193)

Mas a história também é feita da falta dessas fontes, em que, do mesmo modo, perguntamo-nos o porquê da inexistência delas, ou o que a falta dela nos diz? A pesquisa pode continuar da mesma maneira, analisamos o fato a partir do que existe de informações sobre ele ou o que escreveram a seu respeito, pois, a História depois dos Annales, “não se interessa tão somente em oferecer informações, descrever acontecimentos ou encadear eventos, mas também, e principalmente, em elaborar interpretações demonstráveis e bem fundamentadas sobre os processos históricos, em propor hipóteses, em promover análises, problematizar.”<sup>148</sup>

---

<sup>146</sup> FAGUNDES, Tatiane Bezerra. Os conceitos de professor pesquisador e professor reflexivo: perspectivas do trabalho docente. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21 n. 65 abr.-jun. 2016, p. 287.

<sup>147</sup> ALBERTI, Verona. Fontes. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margaria Dias; *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, Edição Kindle.

<sup>148</sup> BARROS, 2019, p. 7.

A complexidade do passado é posta à prova quando é apresentado pelo professor/pesquisador o caminho percorrido por ele, a escolha das fontes e as perguntas mostram-se úteis para a compreensão das diferentes formas de agir e pensar dos sujeitos em seu tempo. Tornando-se maleável, “nem o professor, nem o aluno ocupam uma posição secundária, mas ambos atuam de maneira ativa, aberta e flexível em relação aos diferentes saberes”<sup>149</sup>. Ambos ocupam um papel de construtores do conhecimento, naquilo que chamamos de prática de ensino-aprendizagem, o papel do professor, nesse sentido, não é de mero transmissor de conhecimento e, muito menos, o estudante ocupa a posição de mero receptor dele. O papel do professor é intermediar o conhecimento, desenvolver práticas profícuas, de maneira a tornar essa ação coletiva, naquilo que tange a interação entre o conhecimento e o sujeito.

Portanto, a prática de pesquisa e o uso de fontes históricas para o ensino de História, conduzidas pelo professor-pesquisador, é parte significativa daquilo que esperamos alcançar com o exercício da docência, despertar o interesse dos estudantes pela História e contribuir na construção da consciência histórica desses sujeitos a fim de poderem superar as desigualdades sociais e construir um mundo ideal em que todas as formas de diversidade humana possam ser vividas plenamente. Respeitando a individualidade do estudante, as identidades pessoais, compartilhadas ou não, que podem ser desenhadas, concebidas, confrontadas e até mesmo reavaliadas, quando se existe à dúvida ou a falta de clareza sobre as coisas do mundo.

Levando isso em consideração, a proposta didática sugere dialogar com o universo do estudante, as suas referências de vida, levando a uma sensibilização e em alguns, a um reconhecimento de história partilhada. É difícil nos enxergarmos em histórias que nos contam, mas estão distantes ou sermos apresentados a referenciais de pessoas, mesmo aquelas marginalizadas e elas estarem “batidas”. Isso, não quer dizer que, personagens históricos tenham um prazo de validade, não, não é isso que queremos dizer, e sim que, precisamos apresentar aos jovens novos referenciais históricos, de outros tempos, outros lugares e até que possuam familiaridade, para estabelecer conexões que revelem especificidades entre as dinâmicas da população negra no território brasileiro, bem como demonstrar padrões, repetições e além disso, permanências de práticas como o racismo e a segregação racial.

---

<sup>149</sup> FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História: Experiências, Reflexões e Aprendizados. Campinas: Papyrus, 2003. Edição Kindle.

O objetivo da atividade é apresentar aos estudantes uma outra visão da história da cidade, primeiramente. Segundo, demonstrar, a partir dos relatos que, as desigualdades e os preconceitos encontrados no país, aqui também é presente e histórico.

O primeiro passo da atividade após a pesquisa é incluir trechos em uma plataforma de dados que guarde-os e disponibilize o conteúdo, inserido num *QR Code*, a serem instalados nos túmulos cemiteriais dos falecidos, constando suas trajetórias pessoais, fornecendo complementação às poucas informações que atualmente estão disponíveis sobre a história da população afro-brasileira, de Guaramirim/SC, na historiografia oficial, bem como nos próprios túmulos reduzidos a uma lápide com breve informações. Os QR code poderão servir de guia para aquilo que chamamos de Mapeando - O meu túmulo conta! Trata-se de um folder na mesma linha de um mapa turístico, que apresenta trechos reunidos da análise realizada ao longo dessa dissertação. Isso quer dizer que, os resultados levantados durante a pesquisa foram condensados num material e este será um instrumento guia para que o professor promova a discussão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e leve os alunos a pensarem e a executarem tarefas, como se estivessem num jogo de caça ao tesouro. Eles terão tarefas a cumprir como: pintar um mapa, colar capas de livros que falem sobre a cidade de Guaramirim, analisar dados estatísticos e obras historiográficas que abordem a história oficial, acessar os *QR Code* afixados nos túmulos e elaborar a reflexão e análise do conteúdo e por último, são convidados a entrevistar 3 pessoas do seu convívio social para questionar se conhecem a localidade do Putanga, em Guaramirim, perguntando suas impressões a respeito e que serão inscritas na capa do Mapeando.

Se você observar, as atividades propostas, também poderiam ser realizadas com turmas de Ensino Fundamental Anos Finais, apesar da proposta inicial ter sido pensada para estudantes de 15 a 18 anos de idade. Mas, o acompanhamento deverá ser mais rigoroso, isso porque, algumas tarefas requerem, primeiramente, que seja feita em mais de um dia e segundo deixa implícito que sua conclusão dependerá dos recursos disponíveis na escola, computador, impressora, internet, papel e o espaço da biblioteca, bem como da organização do professor para preparar uma saída de campo a locais previamente definidos, como a Biblioteca Pública Municipal Maria Iva Cabral da Luz e os Cemitérios São José e o Alfonso Pruesse.

Agora, explicaremos o porquê do nome da atividade ser Mapeando - O meu túmulo conta! O que são *QR Code* e a justificativa da escolha do modelo de atividade, respectivamente. O nome surgiu fazendo referência a uma expressão popular “A minha boca é um túmulo” que geralmente é associada e utilizada num contexto de quando alguém vai lhe

contar um segredo e não quer que você o revele a ninguém. A outra parte, curiosa, assegura que não contará nada de nada da fofoca a ninguém e, para garantir, exclama - “A minha boca é um túmulo!”. Diferentemente da expressão, em nossa modificação frasal queríamos adaptar a expressão, de modo a deixar claro que os mortos se foram, mas suas histórias de vida ficaram. A associação dos códigos que explicaremos logo em seguida, nesse sentido, é garantir que memórias sejam partilhadas e referências de vida possam ser perpetuadas e tornem-se evidências da presença de populações historicamente desumanizadas, marginalizadas e esquecidas.

Mas, afinal, o que são esses *QR Code*? É uma tecnologia que foi inventada por Masahiro Hara, inspirada no jogo de tabuleiro Go. Hara, na época, trabalhava na Densa-Wave, empresa automotiva, do grupo Toyota, localizada na cidade de Kariya. A tecnologia não nasceu com o objetivo comercial, ela foi uma inspiração baseada na observação das pedras pretas e brancas do jogo que resultou na elaboração de um dispositivo capaz de armazenar mais informações e ser lido rapidamente<sup>150</sup>. Na empresa de Haro, ele foi implementado “com a finalidade de catalogar peças na produção de veículos.”

A palavra *QR Code*, “vem do termo em inglês Quick Response Code”<sup>151</sup> e pode ser traduzido como código de resposta rápida, “é uma espécie de código de barras estilizado, que forma a figura de um quadrado e, quando é digitalizado, transmite grande variedade de informações.” Porém, diferente do código de barras tradicional que apresenta apenas uma linha horizontal e encontramos em embalagem de mercadorias, o *QR Code* é composto tanto pela horizontal, quanto pela vertical, podendo ser lido por câmeras de celulares ou aplicativos baixados, de forma física (impressa) ou mesmo digital.<sup>152</sup>

Nesse sentido, a sua utilidade tem uma dimensão muito vasta, pois, um código desses pode ser redirecionado para sites: para o pagamento de um boleto, para a leitura de um livro, acesso a um blog, a um mapa ou imagem, enfim, inúmeras possibilidades. No nosso caso, o interesse é pautado em direcionar a um site contendo trechos transcritos, sonoros e visuais das análises das entrevistas e não excluindo a vinculação a uma árvore genealógica familiar como as do MyHeritage, Family Search ou Ancestry, por exemplo, que são especializadas em representar o histórico familiar, promovendo o conhecimento e a valorização da ancestralidade.

---

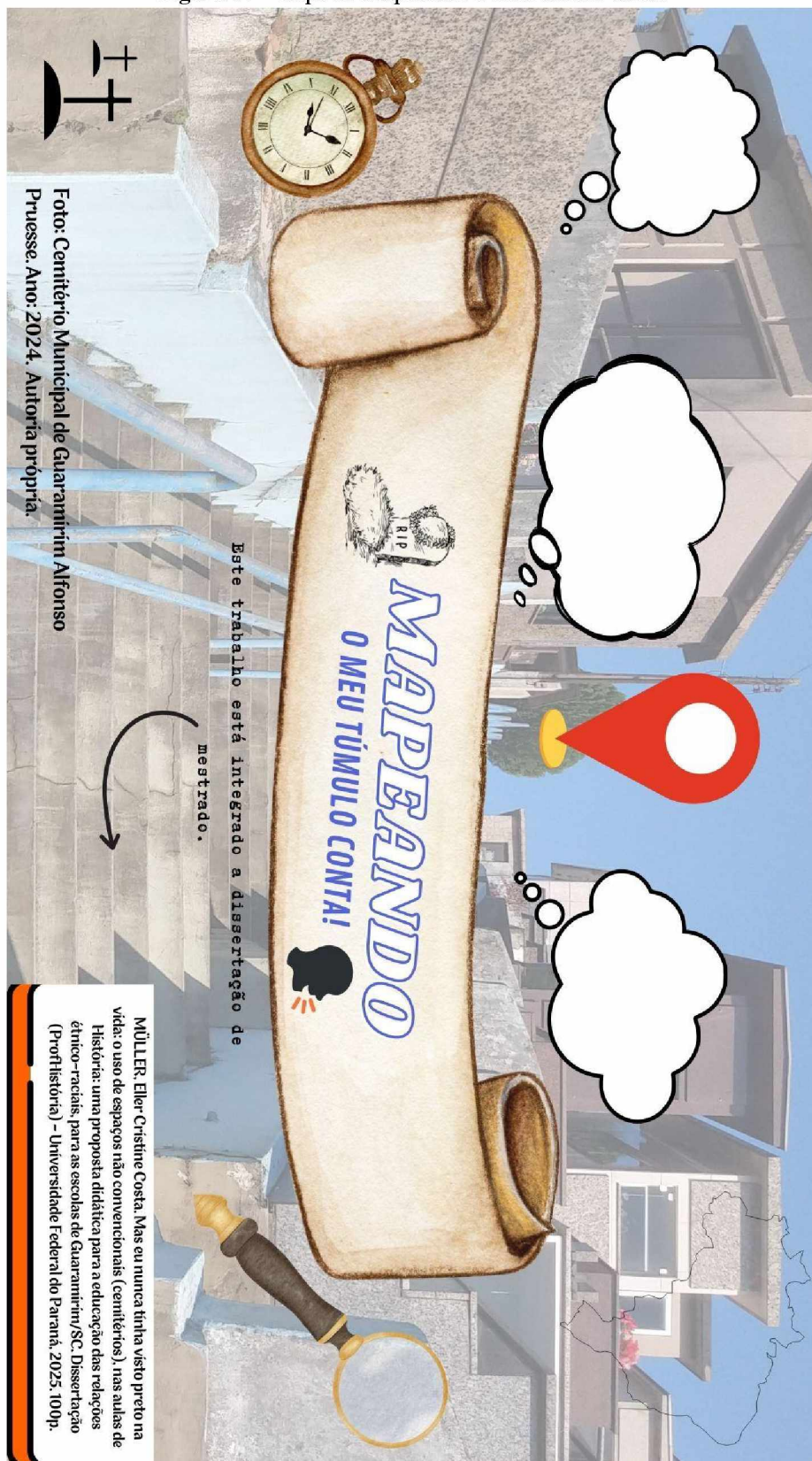
<sup>150</sup> [Como um engenheiro japonês criou o QR Code e revolucionou o mundo | TecnoGames Brasil](#). Acesso em 15 de outubro de 2025, às 12h03min.

<sup>151</sup> [QR Code: O Que é, Como Funciona e Como Gerar? - CBBR](#). Acesso em 08 de fevereiro de 2025, às 18h44min.

<sup>152</sup> [QR CODE: o que é, para que serve, onde e como é utilizado | Blog QR Plus](#). Acesso em 08 de fevereiro de 2025, às 18h39min.

Ao que se refere a escolha do modelo de atividade, ela foi pensada a partir da experiência de sala de aula, das dificuldades em encontrar materiais que fujam às regras tradicionais e que possam ser relacionadas ao jovem dessa geração em que vivemos. Há uma geração de jovens reduzidos aos seus mundinhos, possuidores de todo tipo de ferramenta, especialmente as mais cômodas, as eletrônicas na palma da mão, propícias para o aprimoramento dos conhecimentos prévios, porém, não sabem como aproveitar as oportunidades que lhes são dadas. Numa era, conseqüentemente, de facilidades com as inteligências artificiais (IAs) que lhes fornecem com celeridade uma ampla gama de informações, muitas delas distorcidas, sem aprofundamento e sem sentimento, faz-se necessário criar mecanismos alternativos, que ainda tenha o papel do professor a disposição, como mediador do conhecimento, aberto ao diálogo e genuinamente engajado na transformação da sociedade, por meio da educação, antes de tudo, uma educação antirracista.

Figura 17 – Capa do Mapeando: o meu túmulo conta!



Autoria própria (2025).<sup>153</sup>

<sup>153</sup> Criado utilizando a plataforma de recursos digitais (produção gráfica) - Canva. Disponível em: [Canva - MAPEANDO: o meu túmulo conta! - Brainstorm](#). Acesso em 18 de outubro de 2025, às 23h58min.

Figura 18 – Verso do Mapeando: o meu túmulo conta!

### CEMITÉRIOS

Os cemitérios são espaços com possibilidades de apreensão de conhecimento. Seja nas inscrições das lápides, na arquitetura tumular, nos monumentos e ou nos ritos (velas, flores, etc), que representam as transformações da sociedade.

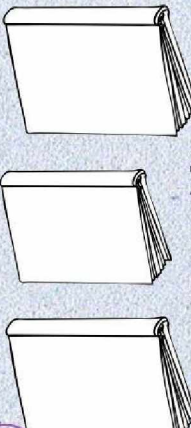
**Paula Júlia da Silva**  
(06/04/1900 - 29/06/2000)  
Cemitério Municipal  
Alfonso Prusse, bairro Nova Esperança, rua 28 de Agosto, Guararirim, SC, Brasil.

**Abílio Belarmino de Borba**  
(01/04/1936 - 14/10/2016)  
Cemitério Comunidade São José, bairro Rio Branco, rodovia SC-108, Guararirim, SC, Brasil.

Procure os túmulos abaixo, escaneie o QR Code, com a câmera do seu celular e leia o conteúdo. Após escrever, o que você considerou de relevante nas informações prestadas.

### HISTÓRIA DA CIDADE

Procure no acervo da biblioteca da sua escola ou da sua cidade, 3 obras que abordem a História da cidade de Guararirim. Fotografe e cole as suas capas no espaço reservado.



Pesquise no dicionário e em outras bibliografias e sites, o significado da palavra **Sincretismo** e relacione com o termo **Catumbi**.

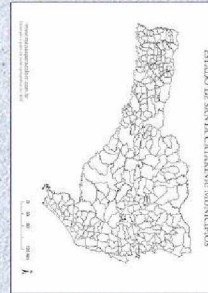
A partir dos temas: "bailles" e "a presença negra", pesquise, qual era o percentual populacional por categoria étnica, na primeira metade do século XX, em Guararirim?

### TERRITÓRIO

Sabemos da dificuldade em encontrá-los, na historiografia oficial da cidade, por isso trazemos alguns relatos de personalidades negras, da cidade, que viveram ao longo do século XX e XXI. Assim, queremos contar com o seu apoio na reconstrução dessa história.

Em muitos relatos, a região do Rio Branco foi a que predominantemente apareceu como residência para as populações afro-brasileiras, especialmente a localidade chamada de Putanga.

Em 2024, ela foi palco de episódios racistas, em reação à mudança de nome da principal rua que o corta, que recebeu a denominação de **Abílio Belarmino de Borba**.



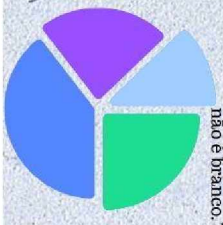
Pinte a área que corresponde a cidade de Guararirim. Após isso, pergunte a 3 pessoas do seu convívio, se conhecem a localidade de Putanga, registre nos balões da capa, as impressões que eles possuem sobre ela.

### A PRESEÇA NEGRA

“José Pereira, por volta de 1947, relata que estava, com o seu pai, roçando, no Putanga, devia ter uns três pra quatro anos, quando viu os pretos lá de baixo uns sete, oito, mais ou menos, vindos em sua direção, daí eu perguntei: pai, meu Deus do céu! Esse pessoal sai da roça lá de carvão nem toma banho e vem assim pra casa? Meu pai disse: não, filho, eles são assim mesmo, eles são pretos. Eu pensei que eles não tinham tomado banho. Eles trabalhavam na roça de carvão. Mas eu nunca tinha visto preto na vida.”

### BAILLES

Conforme atesta “seu Aquilino” num baile narrado nas memórias de Silveira Jr. ocorrido em Guararirim, na década de 1920: “Vossemeçê pode apreciar o nosso baího, mas dançar vossemeçê não dança, porque vossemeçê, me adescurpe, não é branco.”



### CATUMBI

Nas obras, analise a presença das populações negras. Como elas são representadas (registradas)?




Figura 19 e 20 – Mapeando: o meu túmulo conta! Recorte: História da cidade.

**NEGROS EM GUARAMIRIM**

**HISTÓRIA DA CIDADE**

Procure no acervo da biblioteca da sua escola ou da sua cidade, 3 obras que abordem a História da cidade de Guararamirim. Fotografe e cole as suas capas no espaço reservado.

1 2 3

Sabemos da dificuldade em encontrá-los, na historiografia oficial da cidade, por isso trazemos alguns relatos de personalidades negras, da cidade, que viveram ao longo do século XX e XXI. Assim, queremos contar com o seu apoio na reconstrução dessa história.

Nas obras, analise a presença das populações negras. Como elas são representadas (registradas)?

Autoria própria (2025).

Figura 21 e 22 – Mapeando: o meu túmulo conta! Recorte: Território.

**TERRITÓRIO** 2

Em muitos relatos, a região do Rio Branco foi a que predominantemente apareceu como residência para as populações afro-brasileiras, especialmente a localidade chamada de Putanga.

RUA DA ESCURIDÃO  
PLANALTO: AFRICA

Em 2024, ela foi palco de episódios racistas, em reação a mudança de nome da principal rua que o corta, que recebeu a denominação de Abílio Belarmino de Borba.

ESTADO DE SANTA CATARINA: MUNICÍPIOS

Pinte a área que corresponde a cidade de Guararamirim. Após isso, pergunte a 3 pessoas do seu convívio, se conhecem a localidade do Putanga, registre nos balões da capa, as impressões que eles possuem sobre ela.

Autoria própria (2025).

Figura 23 – Mapeando: o meu túmulo conta! Recorte: Catumbi.


3

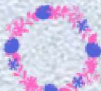



CATUMBI

As comunidades negras na região Norte de Santa Catarina, compartilhavam de uma prática ancestral herdada do continente africano.

Pesquise no dicionário e em outras bibliografias e sites, o significado da palavra Sincretismo e relacione com o termo Catumbi.

os temas: \_\_\_\_\_  
 "e "a \_\_\_\_\_  
 negra", \_\_\_\_\_  
 ise e \_\_\_\_\_  
 , qual era \_\_\_\_\_  
 ntual \_\_\_\_\_  
 onal por \_\_\_\_\_  
 étnica, na \_\_\_\_\_  
 metade do \_\_\_\_\_  
 XX, em \_\_\_\_\_  
 stina?



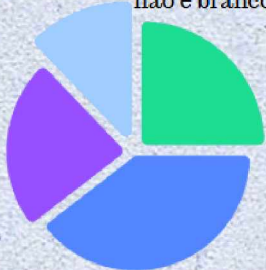
Autoria própria (2025).


Figura 24 e 25 – Mapeando: o meu túmulo conta! Recorte: Bailes e a Presença negra.

4

BAILES

Cónforme atesta "seu Aquilino" num baile narrado nas memórias de Silveira Jr, ocorrido em Guaramirim, na década de 1920: "Vossemecê pode apreciar o nosso balho, mas dançar vossemecê não dança, porque vossemecê, me adescurpe, não é branco."





5

A PRESENÇA NEGRA

"José Pereira, por volta de 1947, relata que estava com o seu pai, roçando, no Putanga, devia ter uns três pra quatro anos, quando viu os pretos lá debaixo, uns sete, oito, mais ou menos, vindos em sua direção, daí eu perguntei: pai, meu Deus do céu! Esse pessoal sai da roça lá de carvão nem toma banho e vem assim pra casa? Meu pai disse: não, filho, eles são assim mesmo, eles são pretos. Eu pensei que eles não tinham tomado banho. Eles trabalham na roça de carvão. Mas eu nunca tinha visto preto na vida."

A partir dos temas: "bailes" e "a presença negra", pesquise e represente, qual era o percentual populacional por categoria étnica, na primeira metade do século XX, em Guaramirim?


Autoria própria (2025).

Figura 26 – Mapeando: o meu túmulo conta! Recorte: Cemitérios.


**CEMITÉRIOS**

Os cemitérios são espaços com possibilidades de apreensão de conhecimento. Seja nas inscrições das lápides, na arquitetura tumular, nos monumentos e ou nos ritos (velas, flores, etc), que representam as transformações da sociedade.


**Paula Júlia da Silva**  
(06/04/1900 - 29/06/2000)


 Cemitério Municipal  
Alfonso Pruesse, bairro  
Nova Esperança, rua 28  
de Agosto. Guaramirim,  
SC. Brasil.

**Abílio Belarmino de Borba**  
(01/04/1936 - 14/10/2016)

 Cemitério Comunidade  
São José, bairro Rio  
Branco, rodovia SC-108.  
Guaramirim, SC. Brasil.

Procure os túmulos abaixo, escaneie o QR Code, com a câmera do seu celular e leia o conteúdo. Após, escreva o que você considerou de relevante nas informações prestadas.





Autoria própria (2025).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho sucinto procurou trazer contribuições sobre a atuação das populações negras na sociedade guaranirensense, ao longo do século XX, principalmente, destacando como as suas trajetórias não interessaram a historiografia oficial, a ponto de serem registradas. Tampouco receberam o mérito de portarem seus nomes em ruas, pontes, praças, escolas e demais espaços de sociabilidade que frequentemente são homenageados com nomes vinculados aos descendentes da imigração europeia.

As estruturas de poder condicionaram as vidas desses sujeitos ao isolamento, as dificuldades de interação social, bem como ao racismo, mecanismo pelo qual, povos e nações foram historicamente inferiorizados e tiveram suas identidades negras negadas ou ridicularizadas. A permanência de preconceitos ainda, na atualidade, seja ele velado ou descarado, demonstram que apesar dos avanços que tivemos com a Constituinte de 1988 e as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que ampliou o debate e tornou as populações afro-brasileiras e indígenas sujeitos de direitos e portadores de uma história riquíssima, devendo ela ser reconhecida e valorizada, pois, são nessas histórias que reside a identidade brasileira.

No que tange ao Ensino de História, ao elaborarmos essa proposição didática nos atemos a instituição escola, ela que vive uma batalha constante para aproximar os jovens do ensino escolar, pois parece não mais interessá-los, o mesmo vive a disciplina de História, em que o estudante não consegue estabelecer correspondência temporal e espacial. Entendemos a importância deste local, onde não apenas ensinamos conteúdos, unicamente, mas aquilo que se refere à sociabilidade, ao compartilhamento de experiências e referências, o enriquecimento do diálogo, das aprendizagens basilares (raciocínio lógico, criação de rotina, alfabetização, respeito à diversidade e, por aí em diante). Muitas vezes é unicamente nesse espaço, que se encontra, o diálogo, o acolhimento e o respeito.

Ao trazer essas discussões para dentro da sala de aula e vinculando a um espaço extra-muro, o espaço cemiterial, estamos reforçando, de um lado que o ambiente educacional mudou muito nos últimos anos e para além do caráter conteudista, ele é um espaço onde se manifestam preconceitos, angústias, dúvidas e onde as identidades são parcialmente construídas, avaliadas e reavaliadas. Por outro, ao partilhar a sala de aula com os “museus a céu aberto”, isto é, os cemitérios, estamos convidando as famílias e a comunidade a valorizar esse espaço e olhar para ele numa perspectiva de monumento, em que registram-se histórias da vida de alguém, suas famílias e da própria cidade. Para o estudante, é um ponto de partida que respeita o domínio da temporalidade que lhe pertence, o alcança, o enxerga. Partindo da

perspectiva da História Local para que depois também possamos abordar as relações existentes em fatos que ocorreram em outras regiões do nosso país, comparativamente, percebendo semelhanças e especificidades próprias de cada evento.

Como é o caso dos discursos em disputa na construção da história da cidade vizinha Jaraguá do Sul, que carrega desafios parecidos com os nossos, ou mesmo na descoberta de relações religiosas partilhadas na região, por populações afro-brasileiras, por meio do Catumbi, que não só se caracteriza como uma expressão artística, mas, para além desse aspecto, ele é um signo de resistência, frente a opressão colonial e as tentativas de assimilação cultural.

Desse modo, o material didático produzido, *Mapeando - O meu túmulo conta!* Não apenas procurou valorizar as trajetórias individuais das personalidades estudadas, mas também analisá-las coletivamente, procurando estabelecer, entre os seus discursos correspondência e, assim, poder construir um quadro histórico-social sobre a forma de ocupação do território, o partilhamento de experiências do mundo do trabalho, da escolarização, da religiosidade e do lazer, de forma a favorecer o desenvolvimento da autonomia do aluno e as diferentes formas de conduzir a resolução de problemas e a autopercepção e o autoconhecimento do seu lugar no mundo.

Em suma, foi de uma satisfação imensa, para mim, chegar até aqui e perceber que o caminho na área da educação que tenho trilhado, possui uma enorme responsabilidade na formação de sujeitos críticos, contribuindo na construção das identidades, especialmente aquelas que se encontram em conflito, pelos aspectos negativos atribuídos a elas.

Por fim, não conseguimos o registro dos *Qr Code* há tempo de podermos experimentar a totalidade da proposta didática, assim, a presente sugestão de atividade pode ser adaptada, sem prejudicar de maneira alguma a sua premissa de mobilizar a participação dos estudantes na construção do conhecimento, mediados pelos professores. Da mesma forma, essa pesquisa não termina com esta dissertação, há muito o que refletirmos e estendermos o passo para a valorização das trajetórias de vidas das múltiplas vozes e existências que formam o nosso imenso Brasil. O mapeando por si só, da conta de fornecer meios para o diálogo, como um importante recurso às práticas educativas de ensinar História, podendo inclusive ser adaptado a outras realidades e que sejam engajadas às políticas públicas de promoção a igualdade, a equidade e a emancipação do nosso povo negro.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das diretrizes “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira: uma conversa com historiadores.” Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.21, n.41, jan.- jun. 2008. p.5-20.

ABUD, K. M. The construction of a Didactic of History: some ideas about the utilization of movie on teaching. História. São Paulo, v.22, n. 1, 2003. p. 183-193.

ADAMI, Luiz Saulo. Testemunho de fé: memorial do pastor Wilhelm Gottfried Lange = Ein Leben im Glauben: Memoiren des pastors Wilhelm Gottfried Lange. Blumenau: Nova Letra, 2003.

AMORIM, Aluizio Batista de. O Nazismo em Santa Catarina. Florianópolis. Editora Insular. 2000. 96p.

[Araquari – Catumbi | ipatrimônio \(ipatrimonio.org\)](http://ipatrimonio.org)

ARIÈS, Philippe. História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias. Tradução: Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Saraiva de Bolso). 2012. p.33-34.

AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira. São Paulo: CIA. Editora Melhoramentos/Editora da Universidade de São Paulo. 1971. A obra publicada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), em 1943, “defendia a ideia da unidade através das forças culturais assimiladas entre si.” ( AZEVEDO, 1971, p.698).

BARBOSA, José Alberto Barbosa. Emílio da Silva e seu século. Jaraguá do Sul: Design Editora. 2011. 872 p. p.21.

BARROS, José D’ Assunção. História Local e História Regional. A historiografia do pequeno espaço. Revista Tamoios, v. 18, n. 2, 21 jul. 2022. p. 23-24.

\_\_\_\_\_. Fontes históricas - uma introdução aos seus usos historiográficos. História e Parcerias. ANPUH RJ, 2019. p. 1.

\_\_\_\_\_. O lugar da História Local na expansão dos campos históricos. In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (Org.) História Regional e Local: discussões e práticas. Salvador: Quarteto, 2010, 217-241 p.

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 3, jul./set. 2016. p. 591-605.

BOND, Rosana. A saga de Aleixo Garcia: o descobridor do império Inca. Florianópolis: Insular/Fundação Franklin Cascaes, 2ª ed., 2004. p. 82.

BORGES, Maria Elizia. O cemitério como “museu a céu aberto”. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL IMAGENS DA MORTE: TEMPOS E ESPAÇOS DA MORTE NA

SOCIEDADE. São Paulo: Instituto Goethe São Paulo. 2016. Anais do Colóquio. p.2. Disponível em: [texto-final-cem.-museu-imagens-da-morte-2016.pdf](http://texto-final-cem.-museu-imagens-da-morte-2016.pdf) ([artefunerariabrasil.com.br](http://artefunerariabrasil.com.br))

\_\_\_\_\_. Imagens da morte: monumentos funerários e análise dos historiadores da arte. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho de 2011. p.2. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300659144\\_ARQUIVO\\_XXVIANPUH\\_2011paramesclagem.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300659144_ARQUIVO_XXVIANPUH_2011paramesclagem.pdf). Acesso em 27 de janeiro de 2025, às 11h40min.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. VII Comissão da ordem social: anteprojeto da comissão. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1987.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, DF. MEC: CONSED: UNDIME, 2018 (Versão Final). Disponível em: [BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal.pdf](http://BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf). Acesso em 16 de outubro de 2025, às 20h32min.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira (1988). Disponível em: [Art. 216 da Constituição Federal de 88 | Jusbrasil](http://Art.216daConstituicaoFederalde88|Jusbrasil). Acesso em 15 de outubro de 2025, às 16h13min.

CARDOSO, Fernando Henrique, 2000, p.140. apud: AUED, Bernadete Wrublewski, EISSLER, Roberto João. Alfaiates imprescindíveis: imigração, trabalho e memória. Jaraguá do Sul: Design Editora. 2006. p.56.

CARVALHO, Marília. Quem é negro e quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. Revista Brasileira de Educação. Jan /Fev /Mar /Abr 2005. n. 28 2011. p. 88-89. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PHZCR8tTdbgDtFCbTQ7dL8z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 de outubro de 2025, às 18h45min.

CASTRO, Elisiana. Trilha. Para cada morto, a sua cova: algumas restrições para o sepultamento de protestantes no Brasil, Século XIX. Revista Inter-Legere, [S. l.], v. 1, n. 12, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4199>.

\_\_\_\_\_. Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008). Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação - Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis. 2008. p.1.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. ArtCultura : Revista de História, Cultura e Arte, v. 12, n. 20, jan.-jun. 2010. — Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. 2010. p.165. Disponível em: [http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF20/f\\_catroga\\_20.pd](http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF20/f_catroga_20.pd). Acesso em 27 de janeiro de 2025, às 11h37min.

[Cemitério | Michaelis On-line](http://Cemiterio|MichaelisOn-line) Acesso em 27 de janeiro de 2025, às 18h22min.

CERRI, Luis Fernando. Ensino de história e consciência histórica. Rio de Janeiro: FGV, 2011. 138 p.

CORREIA, Cíntia Chung Marquês; DORO, Fernanda Gonçalves. Origem e trajetória do Plano Nacional do Livro e do Material Didático e a relação com o desenvolvimento de formação de leitores. *Bibl. Esc. em R., Ribeirão Preto*, v. 9, n. 1, e-208554, 2023. 21p. Disponível em: [stamiko,+208554-OrigemTrajetoria.pdf](#). Acesso em 13 de outubro de 2025, às 20h11min.

DERETTI, Valdinei. Núcleo Colonial Rio Branco - Guaramirim: microcosmo nas memórias de Silveira Júnior. Monografia apresentada ao Centro de Ciências Humanas e da Comunicação. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2011. 60p.

\_\_\_\_\_. Ensinar História na Cidade: uma proposta de educação patrimonial para Guaramirim. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em Ensino de História - ProfHistória. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. 90 p. p.25.

ELIAS, Norbert. A solidão dos moribundos: seguido de envelhecer e morrer. Tradução de: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. 2001. 112p. p.97-98.

ELLISON, Ralph. Homem Invisível. São Paulo: Marco Zero, 1990.

EMENDÖERFER FILHO, Victor. A Primeira História de Guaramirim. Jaraguá do Sul: Ed Correio do Povo, 2001. p.28.

ESCHRIQUI, Jorge. Direito à memória, cidadania cultural e ensino de História: o patrimônio cultural como recurso didático para a construção de identidades no ensino de História. In: **Cidadania e ensino de história**. Brasília/DF: Thesaurus, 2008. 143-192p.

FELIPE, Delton Aparecido; MOREIRA, Liége Torresan. Estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. *Revista África e Africanidades - Ano XII - N. 30*, maio de 2019. p.11. Disponível em: [0020052019.pdf](#) Acesso em 31 de julho de 2025, às 18h27min.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Ensino de História e seus conteúdos. *ESTUDOS AVANÇADOS* 32 (93), 2018. p.164.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FICKER, Carlos. História de Joinville. Imprensa Ipiranga Ltda, 2ª edição, 1965. p.323.

FONSECA, Selva Guimarães. Fazer e Ensinar História. Belo Horizonte: Dimensão, 2009. 296 p.

\_\_\_\_\_. Didática e prática de ensino de História: Experiências, Reflexões e Aprendizados. Campinas: Papirus, 2003. Edição Kindle.

FONSECA, Marcus Vinicius. Educação e controle em relação à população negra de Minas Gerais no século XIX. In: *Relações étnico-raciais e educação no Brasil*. FONSECA, Marcus Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES. Alexandra Borges (orgs.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. 216 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970. p.89-91.

FROTSCHER, Méri. *Identidades móveis: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950)*. Blumenau: EdFurb, 2007. 240 p. p.11-12.

GOMES, Nilma Lino. *Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?*. *Revista Brasileira de Educação*. Set/Out/Nov/Dez 2002 N. 21. p.40. Disponível em: [scielo.br/j/rbedu/a/D7N3t6rSxDjmrxrHf5nTC7r/?lang=pt&format=pdf](https://scielo.br/j/rbedu/a/D7N3t6rSxDjmrxrHf5nTC7r/?lang=pt&format=pdf)

\_\_\_\_\_. *Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: uma breve discussão*. In: BRASIL. *Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03*. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 – 62. Disponível em: [vol2antirac.pdf\\_-\\_Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Relaes-R.pdf](#)

\_\_\_\_\_. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 154 p.

GOMES, Nilma Lino; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. *Resistência democrática: a questão racial e a constituição federal de 1988*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 39, nº. 145, out.-dez., 2018. p.928-945. Disponível em: [scielo.br/j/es/a/LF9R5KRdpmDkCSRvDjmWyfL/?format=pdf](https://scielo.br/j/es/a/LF9R5KRdpmDkCSRvDjmWyfL/?format=pdf). Acesso em 01 de agosto de 2025, às 15h14 min.

GONÇALVES, Márcia de A. *História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância*. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Org.) *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 275.

GUARAMIRIM, Prefeitura Municipal de. *Perfil Cultural de Guaramirim*. Edição de Luxo. Guaramirim: Glück edições, 2011. p.13.

GUARAMIRIM. *Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina – Guaramirim*. SEBRAE. 2019. 80 p. p.12. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Guaramirim%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em 19 de agosto de 2024, às 19h22min.

GUARAMIRIM. Lei N. 1295/1989. *Cria a Fundação Cultural de Guaramirim*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/g/guaramirim/lei-ordinaria/1989/130/1295/lei-ordinaria-n-1295-1989-cria-fundacao-cultural-de-guaramirim?q=funda%E7%E3o%20cultural>. Acesso em 19 de fevereiro de 2019, às 13h39min.

[Guaramirim \(SC\) | Cidades e Estados | IBGE](#).

GUIMARÃES, Valéria dos Santos. Entrevista com Roger Chartier- representações das práticas, práticas da representação. *História* (São Paulo), v.40, e2021065, 2021. p.11. Disponível em: [Revista História \(São Paulo\), 2021 \(scielo.br\)](https://doi.org/10.11606/issn1518-8787.v40n1p11)

GREIN, Gustavo.; COELHO, Ilanil. Patrimônio e identificações culturais: consumos contemporâneos. In: II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2013, Belo Horizonte. *Anais do II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades*, 2013.

[IBGE | Cidades@ | Santa Catarina | Guaramirim | História & Fotos.](#)

HALL, Stuart. As culturas nacionais como comunidades imaginadas. In: A identidade cultural na pós-modernidade. 11 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006. p. 59.

[História | Guaramirim - https://www.guaramirim.com.br/historia/](https://www.guaramirim.com.br/historia/)

KOVÁCS, Maria Júlia. Educação para a morte. Temas e reflexões. São Paulo: Casa do Psicólogo: Fapesp, 2003. p.486-487.

LE Goff, Jacques. História e Memória. São Paulo: UNICAMP, 1992.p.196. apud: MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado. Rio de Janeiro: Lucerna, FAPERJ, 2002. 296p. p.15.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de.; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál. Florianópolis* v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MACHADO, Gerson. Memórias e relações étnicas: um olhar a partir da oralidade (Distrito de Bananal - SC, 1930-1940). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em História. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2003. 174 p.

MACHADO, Elaine Cristina. Em nome da fé e do pároco: memórias e experiências religiosas em Guaramirim (Décadas de 1950, 1960 e 1970). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em História. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. 136 p.

MATOS, Júlia Silveira; Senna, Adriana Kivanski de. Estado, editoras e ensino: o papel da política na produção, avaliação e distribuição dos livros didáticos de História do Brasil (1938-2012). *Revista História Hoje*, v.2, n.4, 2013, p.213-240.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.109.

Moura, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação I. *Lutas Sociais*, 27 (50), 2023, 61–73p. <https://doi.org/10.23925/lis.v27i50.69808>. Acesso em 13 de outubro de 2025, às 18h57min.

MINAS GERAIS. Regula a Criação das cadeiras de instrução primária, o provimento, e os ordenados dos professores. Disponível em: [Lei nº 13, de 28/03/1835 - Texto Original - Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#). Acesso em 15 de outubro de 2025, às 17h06min.

MINAYO, Maria. Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: \_\_\_\_\_. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

NOGUEIRA, Renata de Souza. Quando um cemitério é patrimônio cultural. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação - Memória Social- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2013. p.14.

OLIVEIRA, Thiago Luiz Soares de. O Negro e a Mídia: Representatividade e Racismo na Indústria Cultural. Relatório (Trabalho de conclusão de Curso em Jornalismo) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2024, 177p. Disponível em: Livro reportagem – o negro e a mídia \_representatividade e racismo na indústria cultural [PRODUTO EDUCACIONAL].pdf. Acesso em 12 de outubro de 2025, às 15h22min.

PORTA, Mario Ariel Gonzálles. A Filosofia a partir de seus problemas: didática e metodologia do estudo filosófico. Edições Loyola. 2014.

QUEIROZ, Rachel de. “Olhos Azuis”. Publicado originalmente em 19 de março de 1949, na revista O Cruzeiro, edição de No 19, e republicado no Tomo XLIII, Edição No 5 e 6, de maio/junho de 2002, na Revista Blumenau em Cadernos.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005, p.117.

RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. DOSSIÊ – Bases Nacionais e o Ensino de História: embates, desafios e possibilidades na/entre a Educação Básica e a formação de professores. Educar em Revista. Curitiba: v.37.e77056. 2021.19p. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/77056/44762>. Acesso em 15 de outubro de 2025, às 23h53min.

RASCHE, Karla Leandro. Associações negras: cacumbis, clubes recreativos, blocos carnavalescos e escolas de samba de Florianópolis na primeira metade do século XX. In: III Seminário Internacional de História do Tempo Presente. Florianópolis: UDESC. 2017. p.2.

REIS, J. J. [1991]. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (6ª reimpressão: 2012). 357 p.

RICHTER, Klaus. A sociedade Colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau. 2ª ed. Florianópolis, Blumenau: UFSC. 1992. p.15.

RIGO, Kate Fabiani. Morte e Cemitério no Espaço Escolar? Revista Científica CENSUPEG, no. 3, 2014, p. 134-139. ISSN 2318-1044. p.135. Disponível: Artigo\_Censupeg-libre.pdf (d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net).

ROCHA, Ana Victória Leite. Continuidade das estruturas hierárquicas no pós-abolição: uma análise da trajetória das mulheres negras recém libertas no âmbito doméstico. Temporalidades Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 41, v. 16, n. 1 (mar. 2024 | out. 2024).

RODRIGUES, Cláudia. Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997. 276 p. (Coleção Biblioteca carioca; v. 43. Série publicação científica).

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 63 | 2002, publicado a 01 de outubro de 2012. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/1285>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>. Acesso em 01 agosto 2025, às 15h55 min.

SANTOS, Rosimeire. A escolarização da população negra entre o final do século XIX e o início do século XX. Bahia: UFBA. 2010. p.2.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Braga. O trabalho histórico em sala de aula. in: **História & Ensino**. Londrina: UEL, v. 9, out. 2003.

SILVA, Michel Honório da. Combates pela cidade: Pomerode, de distrito a município (1934-1959). Blumenau: EdiFurb, 2018. 134 p. p.68.

SILVA, Kalina Vanderlei. Biografias. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Novos Temas nas aulas de História. São Paulo: Contexto, 2010. p.13-28.

SILVA, José Bento Rosa da. Festa de preto em terra de branco: história oral, memória e identidade em Santa Catarina. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994, p. 38-43.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, Ensinar e Relações Étnico-Raciais no Brasil. in: Relações étnico-raciais e educação no Brasil. FONSECA, Marcus Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges (orgs.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. 216 p.

SILVA, Tomáz Tadeu da. Documentos e Identidades: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 156p.

SOUZA, Angélica Silva de.; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de.; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43. 2021. p.64-83.

SOUZA, Giane Maria de; ABRANTES, Cristiano Viana; ROTHERT, Dietlinde Clara. Tombamentos, processos, disputas e tensões nas histórias do patrimônio cultural de Joinville: outras questões para o debate público. FRONTEIRAS: REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA, v. 32, 2018. 71-91 p.

SOUZA, Áureo João de. O poder simbólico. Resenha não crítica do livro O poder simbólico, de Pierre Bourdieu, 1989. Teresina/PI, fevereiro de 2004. 25p. Disponível em: [BOURDIEU o poder simbólico TS-II PPGS 12fev2014 Áureo João.pdf - Google Drive](#). Acesso em 12 de outubro de 2025, às 14h52min.

TENÓRIO, Jeferson. O Averso da Pele. São Paulo: Companhia das Letras. 7ª reimpressão. 2022. 189 p.

TERNES, Apolinário, et al. Rodovia do Arroz: um marco da nossa história. Joinville: Editora Letra D'água. 2007. p.15.

Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira, do Centro Nacional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: [Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular :: Parte Alfabética - Cacumbi \(cnfcp.gov.br\)](http://cnfcp.gov.br). Acesso em 25 de janeiro de 2024, às 20h07min.

**Fontes documentais:**

A vida de Paula Júlia da Silva (1900-2000). Entrevista concedida a Felipe Real Corte de Camargo, em 2013, pela professora de Joinville, Maria Paulina Mathias (1932-2022), filha de Paula, em referência a Semana Dona Paulina Júlia da Silva, uma campanha em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Documento pertencente ao acervo do Arquivo Histórico de Guaramirim - Pastor Wilhelm Gottfried Lange.